

proposta

EXPERIÊNCIAS EM EDUCAÇÃO POPULAR

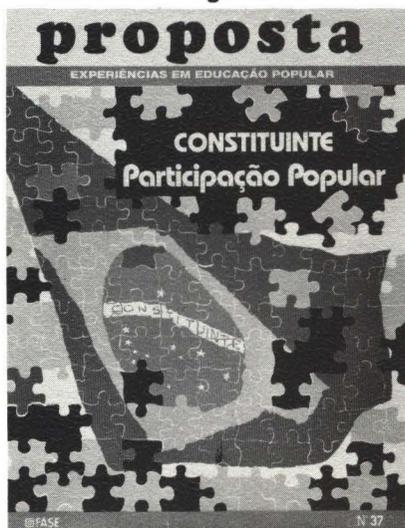
CONSTITUINTE Participação Popular



Sumário

Apresentação	01
Introdução	
<i>Crise de poder e alternativas populares</i>	
Pedro Cláudio Cunca Bocayúva	03
Os eixos da reflexão política	04
Constituinte na rua	
<i>A Experiência de Vila Velha</i>	
Fabiana Éboli Santos	07
O histórico do movimento popular local	07
O Movimento Pró-Participação Popular na Constituinte	11
Avaliação de um militante	
Depoimento de Aloísio Krohling	19
Educação política para nova cidadania	
<i>A experiência de São João de Meriti</i>	
Márcio Azevedo	31
Organização política da população	32
O Congresso Constituinte municipal	33
Liderança social e representação política	35
A queda do prefeito de São João de Meriti	36
Mudança política na Baixada Fluminense	36
Movimento popular urbano e partido político	37
Priorizando o movimento popular	38
A formação política diferenciada	38
A busca de alternativas	39
Projeto educação popular para a Constituinte	
Cesar Caldeira	42
Constituinte e democracia direta	
Depoimento de Cláudio Nascimento	49
<i>Constituinte: Retrato do Brasil?</i>	
Depoimento de Herbert de Souza	57
<i>A Igreja popular e a política</i>	
Entrevista com Pedro Oliveira	61
Nós e a Constituinte	
<i>Uma experiência de educação popular</i>	
Gajop	65
Participação popular na Constituinte	
<i>A plenária nacional e as emendas populares</i>	70
Os movimentos sociais como atores políticos	
Trabalhadores rurais e sem-terra	73
Movimento de Meninos e Meninas de Rua	76
As crianças da Baixada Fluminense	78
Seringueiros e Índios	80
Mulheres	81
Movimento de bairro em São Paulo	83
Informação	
<i>Arquivo Constituinte popular — IBASE</i>	
Emmanuel G. Vieira Filho	84
<i>Glossário</i>	86

Proposta nº 37 Ano XIII — agosto de 1988



Proposta: Experiências em Educação Popular é uma publicação trimestral da FASE — Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional

Conselho Editorial

Alberto Lopes Mejia
Cândido Grzybowski
Haroldo Batista de Abreu
Jean-Pierre Leroy
Jorge E. Saavedra Durão
Lourdes M. Grzybowski

Coordenação Geral

Maria Emília L. Pacheco

Planejamento Edit. e Gráfico

Alfons Klausmeyer

Organização e Redação

Fabiana Éboli Corrêa dos Santos
Pedro Cláudio Cunca Bocayúva

Editor de Arte

Gerardo Hanna

Arte

Marcelo Riani Marques

Capa

Gerardo Hanna

Revisão

João Luiz Pacheco
Inácio Dorado

Datilografia

Jussara Martins Gomes
Adelir Pires Rodrigues

Distribuição e Vendas

Paulo Martinechen Neto



Rua Bento Lisboa, 58 — Catete
22221 — Rio de Janeiro — RJ

Direção Executiva da FASE:

Jorge Eduardo Saavedra (Diretor Coordenador Nacional); Maria Emília L. Pacheco (Diretora Coordenadora Nacional Adjunta); Virgílio Rosa Netto (Diretor Administrativo e Financeiro); Matheus Henricus Otterloo (Coordenador Reg. Norte); José Luciano Freitas (Coordenador Reg. Nordeste); Lorenzo Zanetti (Coordenador Reg. Sudeste-Sul).

FASE — NACIONAL
Rua Bento Lisboa, 58
22221 RIO DE JANEIRO — RJ
Tel.: (021) 285-2998

REGIONAL NORTE

FASE — ABAETETUBA
Trav. Pedro Pinheiro Paes, 330
68440 ABAETETUBA — PA
Tel.: (091) 751-1181

FASE — BELÉM
Rua Bernal do Couto, 1329
66030 — BELÉM — PA
Tel.: (091) 222-0318

FASE — CAPANEMA
Av. Pres. Médici, 1992
68700 CAPANEMA — PA
Tel.: (091) 821-1716

FASE — IMPERATRIZ
Rua Aquiles Lisboa, 167
65900 IMPERATRIZ — MA

FASE — SÃO LUÍS
Rua dos Afogados, 704
65010 SÃO LUÍS — MA
Tel.: (098) 22-1175

FASE — MANAUS
Cx. Postal 2259
69061 MANAUS — AM

REGIONAL NORDESTE

FASE — RECIFE
Rua Barão de S. Borja, 495
50070 RECIFE — PE
Tel.: (081) 221-5478

FASE — FORTALEZA
Rua Prof. João Bosco, 73
60430 FORTALEZA — CE
Tel.: (085) 223-4056

FASE — ITABUNA
Rua Francisco Ferreira Silva, 115
45600 ITABUNA — BA
Tel.: (073) 211-4498

FASE — MACEIÓ
Rua Gonçalves Dias, 62
57055 MACEIÓ — AL
Tel.: (082) 221-0667

FASE — ICÓ
Rua Dr. Inácio Dias, 2148
63430 ICÓ — CE

SUDESTE/SUL

FASE — RIO
Av. Pres. Wilson, 113/Conj. 1302
20030 RIO DE JANEIRO — RJ
Tel.: (021) 220-7198

FASE — VITÓRIA
Rua Gal. Osório, 83/Sls. 1306/7
29020 VITÓRIA — ES
Tel.: (027) 223-7436

FASE — SÃO PAULO
Rua Loeffgren, 1651/c. 6
04040 SÃO PAULO — SP
Tel.: (011) 549-3888

FASE — JABOTICABAL
Rua João Brunini, 53
14870 JABOTICABAL — SP

FASE — PORTO ALEGRE
Rua Gaspar Martins, 470
90220 PORTO ALEGRE — RS
Tel.: (051) 225-0787

FASE — VALE DO GUAPORÉ
Trav. Cel. Ricardo Franco, s/nº
78770 VILA BELA SSMA. TRINDADE — MT
Tel.: (065) 259-1210

PROGRAMAS ANEXOS

FASE — PROGRAMA DE SAÚDE
Rua Rui Barbosa, 200
55300 GARANHUNS — PE
Tel.: (081) 761-0941

**FASE — PROJETO
TECNOLOGIAS ALTERNATIVAS**
Rua Bento Lisboa, 58
22221 RIO DE JANEIRO — RJ
Tel.: (021) 285-2998

Apresentação



Douglas Mansur

Caravana à Brasília, outubro de 87

A idéia da realização desta revista surgiu da preocupação em registrar as informações sobre experiências de participação popular no processo constituinte. A partir da concepção de que a Constituição também se faz nas bases, no cotidiano dos movimentos populares, no sentido de que o ato de "constituir" extrapola as atividades do Congresso Nacional, e se legitima na prática dos cidadãos, a revista apresenta alguns exemplos de movimentos, grupos, entidades que buscaram interferir na elaboração da Constituição. Colocando suas propostas, participando na reflexão e elaboração das novas leis básicas da sociedade brasileira, reforçando seu empenho em se fazerem ouvir, compreendendo este momento como oportuno para a colocação de seus anseios e necessidades, enfim, depositando no processo constituinte legítimas expectativas de transformação das condições econômicas, sociais e políticas que vêm oprimindo e marginalizando grandes parcelas da população, estes movimentos, grupos, entidades, atuaram resgatando o sentido da cidadania, materializando a necessidade de justiça social, acreditando que era este o momento de fazer valer suas reivindicações.

Os resultados de todo este processo ainda não podem ser devidamente avaliados porque a Constituinte não concluiu seus trabalhos. No entanto, os ganhos e as perdas do movimento popular já podem ser vislumbrados. O vislumbre de que inúmeras emendas populares (como a reforma agrária) não foram acatadas pelos constituintes, e que, em outros casos, os ganhos populares foram garantidos através de negociações, é que deixa a sensação de que as elites brasileiras insistem em manter as classes populares e os trabalhadores excluídos tanto da participação política, quanto dos possíveis benefícios de uma transformação desta ordem econômica, social e política.

Henfil

APR 25 1988



1944

1988



É FÁCIL SABER!
SE DEVALORIZAR
É A VERDEIRA!

MEU PAI É
DEPUTADO
CONSTITUINTE!

SAUDADES DE UM LUTADOR

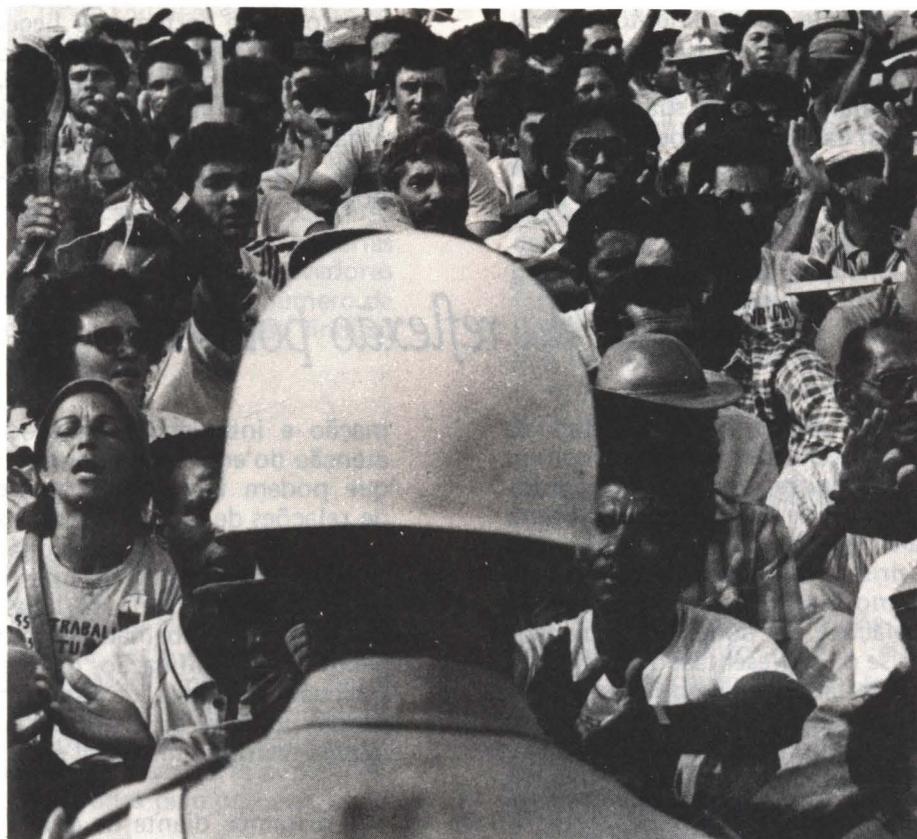


SEI...
É ONDE É
QUE ELE
TRABALHA?



Crise de poder e alternativas populares

Pedro Cláudio Cunha Bocayúva*



Douglas Mansur

A construção desse número de **Proposta** partiu da preocupação de registrarmos a relação entre experiências educativas e o processo político institucional. Na conjuntura marcada pela convocação de um congresso constituinte procuramos inventariar as formas e instrumentos utilizados pelos movimentos e organizações populares, na ocupação dos espaços abertos na crise do poder ditatorial, na sua dimensão de educação política.

A década de oitenta vem se pautando pelo ziguezague entre avanço e resistência democrática de corte popular, e reações e refluxos conduzidos com a intenção de preservar o bloco do poder. Os elementos de continuidade política do regime autoritário vêm sendo limitados pelas forças sociais ligadas aos trabalhadores e aos excluídos pelo capitalismo brasileiro. A questão social e a questão democrática têm forçado o movimento operário e

popular a buscar renovar os seus recursos de consciência e organização, para interferir nesse quadro. É nas brechas desse quadro de crise de direção política, em que os de cima não conseguem reciclar a sua dominação, nem os de baixo conseguem conformar um novo bloco de forças capaz de produzir uma alternativa de governo e de poder, é nesse espaço que se localizam as preocupações e os experimentos registrados neste número de **Proposta**.

Na tentativa de resgatar e divulgar algumas das experiências de educação popular ligadas ao processo político em curso, por motivos óbvios, escolhemos o tema da Constituinte. Classicamente a questão da Constituinte é o ponto de condensação das lutas democráticas, no quadro de crises revolucionárias ou de crises de poder (num sentido amplo, crise de regime, crise de governo). Em geral podemos considerar as Constituintes como pontos limites das mudanças aceitas pelos segmentos dominantes, e ponto de partida das reformas sociais mais

* Professor de História e assessor da FASE nacional.

profundas que podem levar a processos de ruptura popular com mudanças no regime econômico, político e social. Como ponto de fusão de contradições políticas e anseios diversos de uma formação social, na pior das hipóteses espelho das contradições de classe que atravessam organicamente uma sociedade, a Constituinte pode permitir a organização e a formulação dos diferentes interesses sociais mesmo sem atendê-los.

O recorte popular numa conjuntura em movimento, as novas formas de entendimento do processo político refletidas por novas formas de organização popular, que ocorreram no Brasil entre 1985/88, cujo efeito mais geral teve sua manifestação mais evidente na(s) campanha(s) pelas emendas populares. Mas daí para trás e daí para a frente resolvemos os diversos matizes da experiência política

popular, referida ao quadro institucional, e foi no subsolo da luta política, na sutileza das experiências de formação de lideranças, nos debates e nos cursos que captamos as duas grandes linhas que nortearam o processo de esclarecimento político dos setores populares, mais empenhados em participar do processo constituinte. Foi nos capilares das experiências locais que encontramos os esforços mais concentrados de transformar uma forma de transição política pelo alto conduzida sob tutela burocrático-militar, um processo de Constituinte controlado e fortemente hegemônico pelas forças conservadoras do grande capital e do latifúndio num momento de ampliação da participação popular. Foi nos experimentos de luta-consciência e organização política de base local que encontramos duas das mais ricas experiências de mobilização popular.

Os eixos da reflexão política

Os dois eixos de interpretação política da forma como as forças populares deveriam explorar a conjuntura da Constituinte encontram-se representados nos depoimentos de Herbert José de Souza (IBASE) e Cláudio Nascimento (CEDAC). Nas preocupações do primeiro, o movimento constituinte é captado como totalidade, como expressão concentrada das relações de poder na sociedade brasileira, onde a crise de representação política e a crise social vão se materializando na primeira radiografia da sociedade brasileira. O quadro brasileiro mesmo no que tem de mais perverso vai se revelando, e o próprio processo constituinte com seus debates e mesmo com suas frustrações vai tendo um efeito generalizador de educação política.

A síntese política levada a efeito pelos enfrentamentos da Constituinte pode, na visão de Betinho, representar a construção das correntes e forças partidárias, que dentro e fora do Congresso vão tomando consciência de si mesmas, a transparência do processo político institucional permite desnudar parte dos poderes nacionais. O resultado geral desse desnudamento político poderá ser um avanço qualitativo da consciência democrática do nosso povo, inclusive no retrato que temos de nós mesmos.

Já a segunda linha de abordagem da questão institucional procura resgatar a questão da educação política, pelos elementos de democracia direta que podem se desenvolver nesse quadro de crise. A verdade da capacidade de ampliar as conquistas populares, para Cláudio Nascimento, depende da construção da autonomia dos movimentos sociais em face aos mecanismos de dominação.

O sentido de classe da democracia política é ressaltado nessa segunda linha de trabalho de for-

mação e intervenção no processo constituinte. A atenção do educador se orienta para as experiências que podem impulsionar elementos de construção de relações de poder diversas das existentes. Valorizar a componente revolucionária da conjuntura de crise, principalmente de fora para dentro, de baixo para cima, a partir dos locais e dos organismos próprios dos trabalhadores e do povo. Nessa perspectiva a modificação das relações de força na sociedade depende de uma estratégia de independência política, cujas formas fazem parte da experiência histórico-universal das classes oprimidas.

Estamos diante de duas formas de manifestação da cultura política voltada para a formação e educação política dos setores populares. Mas a resposta para esses eixos de interpretação que informaram os experimentos de participação popular nesse período encontraram em dois municípios brasileiros respostas práticas extremamente significativas.

Merece referência especial a entrevista com Pedro Oliveira, do ISER, na medida em que procura definir a relação entre educação popular e participação política dos segmentos da chamada "igreja popular". Ultrapassando os marcos das amarras ideológicas para o pensar e o agir políticos, "pessoas de igreja" assumiram suas tarefas e compromissos com a dimensão classista e secular da existência, sem deixar de reconhecer uma esfera própria da "dimensão de fé".

Já César Caldeira contribuiu para este número com uma das sistematizações mais precisas, que abarcou o trabalho formativo e informativo dos primeiros embates em torno do tema Constituinte.

Sistematização que pode ser complementada, na dimensão entre cidadania e conquistas jurídico-políticas populares, pela experiência do GAJOP (PE) que detalha toda a seqüência de uma experiência que utilizou desde as cartilhas até a radio-difusão.

A construção de movimentos sociais de novo tipo, mesmo quando trata de velhas formas de opressão e exploração, fez parte da dinâmica de construção da dimensão popular da sociedade civil no Brasil. Incluímos nessa publicação referências que nos foram entregues por representantes de movimentos sociais, cuja natureza renovadora fala por si mesma: o Movimento dos Meninos de Rua, a REDE Mulher, e o Movimento dos Seringueiros. Ampliamos, assim, sobremaneira o leque das experiências, ao trazeremos breves informações sobre esses movimentos que indicam o aprofundamento político-cultural do alcance temático das matérias aqui publicadas. É evidente que ficamos devedores no que se refere a um tratamento, neste número de **Proposta**, da questão do negro, da questão sindical e da problemática indígena.

As experiências de dimensão municipal

A crise do regime político nacional, na sua dimensão de crise de poder, de crise de autoridade e de falência administrativa das classes dominantes, teve respostas criativas da parte dos movimentos populares de São João de Meriti, no Rio de Janeiro, e de Vila Velha no Espírito Santo. As possibilidades mais ricas de explosão de uma conjuntura ainda não definida respondem em parte às perspectivas que vêm sendo frustradas pelo processo constituinte nacional.

Instituir uma nova ordem social que represente os trabalhadores e o povo significa fazer muitas perguntas, mas o que caracteriza o experimento político recente do nosso povo, que teve uma marca de mais de 12 milhões de assinaturas por reformas de base através de emendas populares, é não esperar um desfecho negativo da crise aberta com o advento da chamada "Nova República". Ao invés de considerar o momento político como um momento de repetição das velhas formas de manipulação política, de conciliação das elites, resolvemos e conseguimos captar uma conjuntura em movimento.

Na busca de se afirmar como poder municipal, os movimentos populares de Vila Velha e São João de Meriti vão prefigurando as condições de ser governo. Movimentos, partidos e organizações populares assumem uma nova estrutura, a nova democracia aparece como um terreno possível, ao menos ali nos elos mais frágeis da dominação de classe.

Se embaixo a coisa caminha, em cima ela não deixa de produzir os seus efeitos. Conseguimos colher inúmeros instrumentos de controle político, por parte do movimento popular de certos compromissos até folhetos de acompanhamento do comportamento de representantes. Os votos dados pelos constituintes são acompanhados conforme os interesses e compromissos assumidos, e mesmo a indicação de alguns parlamentares sofreu a influência das cartas de princípio e das plataformas, nascidas de encontros. Uma representação orgânica ainda está longe, mas a vinculação política do parlamentar já tem um conjunto de elos que levam o movimento popular a tentar guardar um pouco do controle e da informação acerca do comportamento dos representantes escolhidos.

Processo limitado na aparência, pois que foi difícil colhermos experiências com significado tão evidente quanto as aqui apontadas e registradas. Mas o gigantesco efeito dos pequenos debates e cursos se fez ver em escala nacional, nos comitês e nas articulações sindicais e comunitárias pela participação popular na Constituinte. Mas é preciso que esse tipo de atividade encontre o seu fio de continuidade. Qual direção tomar daqui para a frente?

O alcance do trabalho de educação política

Educação política supõe trabalho intelectual, divulgação de informações, elaboração de instrumentos. Educação política supõe desdobramentos organizativos com efeitos de poder. Nas grandes campanhas o destaque vai para a articulação dos rurais onde a vontade do movimento pela reforma agrária alcançou a forma de uma proposta de fazer a própria lei. Brasília sentiu por diversas vezes a presença dos trabalhadores rurais, dos sem-terra, etc. Mas apesar da generalização da luta, da ampliação das expectativas e da propaganda em torno da reforma agrária, nessa como nas outras questões democráticas e sociais que interessam aos trabalhadores a luta será longa.

Os ziguezagues da luta política podem produzir desânimo, daí que memória e educação fazem parte do processo de acumulação política de forças por uma democracia de novo tipo no Brasil. Registramos esses traços dessa conjuntura inconclusa, na esperança de aprofundar os efeitos e os experimentos aqui registrados, e em oposição à desesperança que nos ameaça como complemento ideológico da força dos poderosos. Nenhuma derrota política se consuma sem uma derrota no plano da consciência, sem uma derrota subjetiva que afete o ânimo e a vontade e apague a experiência. Mas as luzes continuam acesas nas pequenas cidades, em Vila Velha e São João de Meriti, quando o institucional pode ser disputado como poder real, ali está aberta a brecha da política transformadora.

Aspectos da participação da FASE

Resumidamente, a participação da FASE no processo, além de ter elaborado com um grupo de entidades (CEDI, CEDAC, ISER, CPT, CPO, IBASE e SEP) cartilhas e outros materiais informativos e educativos, variou de acordo com a região.

Em São Paulo, por exemplo, uma das atividades de capacitação e relação interentidades foi a participação num seminário organizado pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, em 12 de dezembro de 1986: "Constituinte: direitos aprovados, direitos conquistados". No Rio de Janeiro, dentro do coletivo de entidades da cidade do Rio de Janeiro, participou da discussão sobre o uso do solo urbano e a Reforma Urbana, e da elaboração da proposta popular de Reforma Urbana levada ao Congresso Constituinte. No Conselho de Delegados dos Ferrovários a FASE participou do debate sobre Constituinte relacionado às questões de trabalho, saúde, etc., e com os metalúrgicos, de um seminário sobre os resultados parciais da Constituinte, produzindo, junto com o IBASE, o CEDAC e a CUT, um dossiê com tiragem de 500 exemplares sobre estes resultados parciais no capítulo dos Direitos Sociais. Em São João de Meriti, através da assessoria à ABM, a FASE participou das atividades de formação política voltadas para o processo Constituinte. Em Maceió, num grupo com a CUT, realizou 10 reuniões para a discussão das pro-

postas populares para a Constituinte. Participou também dos debates sobre a participação do movimento sindical na Constituinte e sobre a Convenção/87 da OIT (Unidade ou Pluralismo Sindical) com o objetivo de discutir a posição do movimento sindical frente à Assembléia Nacional Constituinte. No Recife, junto com um grupo de trabalhadores da Construção Civil da Colina, realizou a discussão sobre o Congresso Constituinte; elaborou o jornal da Constituinte com o CEAS (Centro de Estudos e Ação Social), o GAJOP (Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares), a Comissão de Justiça e Paz e a ETAPAS (Equipe Técnica de Assessoria, Pesquisa e Ação Social); participou do seminário "Questões Atuais Sobre Reforma Urbana", que discutiu a legislação nacional e municipal sobre solo urbano e tirou propostas para a Constituinte. Em São Luís, junto com o Comitê de Defesa do Bairro Coroadó, participou dos encontros comunitários para debater Constituinte, nos quais participaram entre 50 e 100 pessoas. Em Manaus, a equipe da FASE teve um papel decisivo na fase inicial de estruturação do Plenário Pró-Participação Popular na Constituinte, assumindo inclusive sua coordenação. O plenário organizou palestras com Dom Luciano Mendes de Almeida (CNBB) e o Deputado Federal Luís Inácio Lula da Silva (PT-SP), que tiveram ampla repercussão; encaminhou a coleta de assinaturas para as propostas de Emendas Populares e articulou a ida de trabalhadores rurais amazonenses a Brasília na caravana nacional pró-reforma agrária.

Douglas Mansur



Caravana à Brasília, outubro de 87

A experiência de Vila Velha

Fabiana Éboli Santos*

*O histórico do movimento popular local***

O Movimento pró-Participação Popular na Constituinte em Vila Velha (ES) é parte da própria história do movimento popular local. Ao caracterizar o município e as lutas travadas anteriormente, percebe-se o caráter "exemplar" do processo que se desencadeou em Vila Velha.

O município, com população de 280 mil habitantes, tem características de "cidade dormitório": baixa industrialização; setor de serviços e comércio pouco desenvolvidos (grande parte dos moradores trabalha na capital ou em municípios vizinhos), os sistemas de ensino e saúde são precários, o transporte coletivo é escasso e de má qualidade, o saneamento também é precário e até inexistente em alguns bairros. O "quadro" favorece a mobilização popular por melhores condições de vida. Mas, além disso, outros fatores contribuíram para a conscientização e a organização popular em Vila Velha: durante a ditadura militar o município sempre foi governado pela oposição (MDB), e a Pastoral Social da Igreja, através das CEBs, manteve um trabalho sistemático de conscientização sócio-política com a população.

Os primeiros passos

Há mais ou menos vinte anos começa a história recente do movimento comunitário de Vila Velha: em 1967, sob a liderança de Curió (José Silvério Machado), os moradores de Jardim Marilândia se mobilizam e iniciam a luta por melhores condições de vida para o bairro. Desta luta surge a Associação pró-Melhoramentos de Jardim Marilân-

dia, e em seguida, baseados nesta experiência, os bairros de Alto Cobi e Santa Rita também criam suas associações. Em 1971 a Secretaria do Trabalho e da Promoção Social propôs assessoria técnica aos movimentos e, embora várias outras entidades tenham surgido nessa época, seus estatutos eram completamente atrelados ao Estado. A administração do prefeito Max Mauro incentivou a formação de entidades comunitárias, que passam a ser conhecidas como movimentos comunitários.

Em fins dos anos 70 (77/78) explode um intenso movimento pela melhoria do sistema de transportes coletivos e contra o monopólio exercido pela Viação Alvorada. Esse movimento, apoiado pelas CEBs, foi o embrião de uma mobilização maior, que se ampliou a nível da Grande Vitória, e culminou, em 1984, com vitórias concretas. No âmbito de Vila Velha foi conseguido o congelamento das tarifas das linhas municipais por seis meses e a publicação de um decreto do prefeito tornando obrigatório para as empresas o aumento do número de ônibus das linhas municipais de 16 para 25. A nível estadual, foi conseguida a representação comunitária no Conselho Deliberativo do DETRAN e o Conselho Comunitário de Vila Velha participou também de dois seminários sobre a criação da empresa estadual de ônibus da Grande Vitória (CETURB).

Conselho comunitário: no papel e na prática

No início da década de 80 (nos anos de 80 a 81), a população de Vila Velha já alcançava um grau de mobilização e organização bem maior e começava a se colocar em questão os estatutos anteriores dos movimentos comunitários. Realiza-se então, nos bairros, uma discussão ampliada destes estatutos e a sua reformulação. Durante as discussões fica clara a necessidade de uma entidade que congregasse todos os movimentos comunitários de Vila Velha, o que acaba refletindo no texto dos

* Cientista política e pesquisadora em movimentos sociais.

** Texto elaborado a partir do material fornecido pelas lideranças comunitárias de Vila Velha (representantes de entidades de bairro, do Conselho Comunitário e da Comissão pró-Constituinte). Deste material constam o histórico do movimento popular no município, textos de reflexão política do Conselho, atas de reuniões e assembleias, boletins e materiais de divulgação, etc. Alguns destes documentos serão anexados a esta matéria. Principalmente aqueles que se referem ao processo de mobilização para participação na Constituinte.

novos estatutos. No artigo 25 consta o seguinte: "Fica instituído o Conselho Municipal dos Movimentos Comunitários de Vila Velha, cuja composição será de dois representantes de cada movimento comunitário eleitos em Assembléia Geral de cada bairro". E no Parágrafo 1: "O Conselho Comunitário terá órgão diretor próprio e a ele competirá assessorar os Movimentos Comunitários, além de outras atribuições que lhe forem determinadas em seu regimento interno".

A preocupação com a criação de uma federação das entidades comunitárias de Vila Velha aflora durante o movimento dos transportes coletivos e durante a discussão dos estatutos, e, embora tenha sido instituído pelos novos estatutos, a criação, de fato, do Conselho, só se dá posteriormente.

No início da sua gestão o Prefeito Vasco Alves (PMDB) convoca todos os presidentes de entidades comunitárias de Vila Velha para uma reunião (em 26 de março de 1983) na qual se verificaria a "instalação oficial" do Conselho Comunitário de Vila Velha. Nessa iniciativa já se encontrava presente a idéia da participação popular na gestão pública, mas, ao mesmo tempo, havia um interesse evidente da prefeitura em que o Conselho Comunitário fosse caudatário de suas reivindicações frente ao governo estadual (Governo Camata). Após um longo processo de discussão e definição de atribuições, os 24 presidentes de entidades comunitárias presentes aprovaram, ao invés da "instalação oficial", a criação "provisória" do Conselho. Quatro presidentes propuseram levar a discussão aos bairros, mas foram voto vencido. De qualquer forma já começava a se colocar, para as lideranças comunitárias, a questão da autonomia do Conselho diante dos poderes municipal e estadual, e dos partidos políticos.

A superação do atrelamento

No período de 26 de março a 30 de outubro de 1983 o Conselho Comunitário fazia reuniões quinzenais, convocadas e coordenadas pelo Serviço Social da Ação Comunitária da Prefeitura. Neste período a presença dos técnicos da prefeitura e do próprio prefeito nas reuniões e assembléias era constante, o que demonstrava o interesse do poder executivo local no Conselho Comunitário, enquanto fórum de participação popular.

No dia 30 de outubro foi eleita a diretoria provisória do Conselho Comunitário, que passou a convocar e coordenar as reuniões, que se realizavam, ainda, no auditório da prefeitura. A partir daí se reinicia um processo intenso de discussão dos estatutos, que culmina com sua aprovação, em março de 84, definindo uma composição de 2 representantes por bairro e total autonomia em relação ao estado e ao município. A esta altura já se avançara também na questão da representação do Conselho:

se antes só os presidentes das entidades eram reconhecidos como membros, desde set./out. de 83, os dois representantes de bairro já eram eleitos em assembléia popular em cada bairro, procedimento legitimado posteriormente nos estatutos.

A diretoria provisória encaminhou e coordenou o Primeiro Encontro do Conselho Comunitário de Vila Velha, no dia 27 de maio de 1984, no qual foram discutidas e aprovadas as lutas prioritárias e formadas comissões para encaminhá-las. O Conselho já se mostrava com força suficiente para dispensar o apoio da prefeitura, e encaminhar, de acordo com suas próprias avaliações, as prioridades aprovadas no encontro. Estas foram: transporte coletivo, saúde e saneamento, moradia, desemprego, infraestrutura urbana, educação e lazer, abastecimento e hortas, meio ambiente, segurança e aterro comunitário. Foram consideradas de maior urgência as questões do transporte coletivo, da saúde e saneamento e da moradia. Além disso, ficou decidida a eleição da diretoria definitiva do Conselho em 60 dias.

No dia 5 de agosto de 1984 é eleita a diretoria definitiva do Conselho, que toma posse no mesmo dia e começa a encaminhar as deliberações do encontro. A composição da diretoria foi a seguinte: presidente — Marcos Pereira; vice-presidente — Aloísio Krohling; secretário-geral — Magno Pires da Silva (atual prefeito de Vila Velha, do PT). Em fins de 84 o presidente do Conselho se muda de Vila Velha, e assume o vice-presidente.

O encaminhamento das prioridades

Em relação à luta pelos transportes coletivos, já mencionada, os resultados foram bem animadores. Na questão da moradia, foram realizadas assembléias com a presença de 400/500 pessoas e foi feito um cadastro no qual constam quatro mil famílias.

A comissão de saúde também funcionou ativamente, discutindo a questão da saúde de uma maneira ampla, mas também pensando sobre a construção de um hospital infantil em Vila Velha, o que tinha sido considerado como prioridade desde o primeiro Encontro do Conselho Comunitário, em maio. Em abril de 85 o Conselho foi convidado pelo governo estadual para uma reunião cuja pauta incluía a construção de um hospital infantil, e o Conselho assume então a incumbência de definir o local adequado no prazo de um mês. Para isso o Conselho estuda 11 locais indicados pela comunidade e considera quatro deles com melhores condições. O cálculo do número de leitos necessários influenciou na escolha dos terrenos, que deveriam ter por volta de 25.000 metros quadrados para receber uma construção que desse espaço a 200 leitos.

A participação na elaboração do orçamento

Em 1985 Vila Velha faz sua primeira discussão sobre o orçamento municipal. A iniciativa parte do prefeito Vasco Alves, que, seguindo o exemplo de Pelotas (RS) e Lages (SC) de participação popular na aprovação do orçamento municipal, mobiliza sua assessoria para iniciar discussões nos bairros e levantar as necessidades de obras para a aplicação de 10% do orçamento de 85. O fato de o prefeito ter se dirigido diretamente aos bairros provocou protestos do Conselho Comunitário e uma certa resistência em participar da aprovação do orçamento. Mas, em seguida, os líderes comunitários, entendendo a importância da participação popular no orçamento, fizeram do confronto com o prefeito um fator de aprendizagem na relação poder popular/poder executivo. Neste ano, 5.000 moradores, reunidos em assembleias nos bairros, decidiram sobre as obras em que seriam aplicadas as verbas.

Em 1985, a discussão do orçamento foi mais bem preparada e dividida em 5 fases: na primeira fase se realizariam assembleias nos bairros para levantar as reivindicações para o ano seguinte, discutir o reajuste dos impostos e eleger três delegados para a assembleia municipal do orçamento. Na segunda fase, em reunião preliminar da assembleia municipal, se daria a aprovação do reajuste dos impostos, a discussão sobre a divisão dos recursos e investimentos, e os critérios de rateio entre os bairros. Na terceira fase, novas assembleias nos bairros para decidir as obras a serem realizadas de acordo com as verbas já destinadas. A quarta fase é a assembleia municipal em si, que delibera sobre os recursos para saúde, transporte coletivo, meio ambiente, educação, cultura, habitação, esporte, lazer, turismo, e outras obras municipais. A quinta fase é o encaminhamento, pela prefeitura, do orçamento à Câmara Municipal, pedindo aprovação. Neste ano, 10.000 moradores participaram do processo, e foi conquistada a institucionalização da discussão do orçamento, através da lei 2.247/85 (anexo 1, pág. 23), o que representa um grande marco para o movimento popular de Vila Velha e também do Brasil.

Em 1986, 15.000 moradores participaram da discussão do orçamento, e a assembleia do orçamento criou uma Comissão de Controle e Fiscalização do Orçamento, cujo objetivo seria, principalmente, verificar se o cronograma de obras e recursos seguia de acordo com o estabelecido na elaboração do orçamento. As principais preocupações do conselho comunitário, em relação ao processo de participação popular, diziam respeito ao cumprimento de alguns itens importantes: que os orçamentos fossem efetivamente cumpridos, assim como as obras consideradas prioritárias, respeitando a decisão das assembleias dos bairros e a representati-

vidade dos delegados eleitos; que o orçamento destinado à saúde, moradia, educação, transporte etc., tenha também seu destino assegurado; que recursos financeiros extras tenham seu destino discutido também na assembleia do orçamento; que qualquer alteração do orçamento já aprovado, só poderá ser feita em nova assembleia do orçamento, de acordo com a lei.

Todo esse processo de participação popular nas decisões sobre o orçamento foi uma experiência importante do ponto de vista político e organizativo, mas também do ponto de vista da constituição da cidadania. A população se constituindo enquanto poder popular, poder que influi nas decisões políticas e administrativas do município, poder que institui condutas e as torna leis... Neste sentido é um processo que acumula em direção à mobilização pró-Constituinte.

Nasce a Comissão Pró-Constituinte

A Comissão Pró-Constituinte de Vila Velha surge junto com outras comissões formadas numa Assembleia do Conselho Comunitário de Vila Velha, no dia 9 de fevereiro de 1985, para encaminhar as lutas do município. Entre a comissão de saúde, a comissão de moradia, e outras, a Comissão Pró-Constituinte nasceu da proposta de alguns representantes comunitários que haviam participado de um debate sobre a Constituinte com Dom Mauro Morelli e, convencidos da necessidade de tirar uma comissão específica para encaminhar um processo de mobilização, reflexão e debates sobre o tema, deram início às atividades.



APRESENTANDO

Companheiros:

Aqui está o primeiro número do Informativo do CONSELHO COMUNITÁRIO DE VILA VELHA. Por meio deste pequeno boletim, queremos:

- divulgar as lutas e as atividades do Conselho Comunitário e dos Movimentos Comunitários e Associações de Moradores de Vila Velha.

Queremos também fortalecer as diversas lutas e Movimentos existentes em Vila Velha, divulgando suas reivindicações e atividades. Pois, somente com a UNÃO firme de todos os bairros, teremos um MOVIMENTO POPULAR FORTE, onde o povo tenha vez e voz ativa! Para que isto aconteça, é fundamental que os bairros se filiem ao Conselho e participem das reuniões.

Mandem suas notícias para o INFORMATIVO. Ele existe pra todos. Mãos-à obra, e até o próximo número!

Um abraço da

COMISSÃO DE IMPRENSA POPULAR



Como o Conselho Comunitário de Vila Velha (CCVV) representa 55 bairros, seria necessária a criação de comissões por bairro, para levar o debate às bases. Neste sentido, a Comissão Pró-Constituinte do Conselho Comunitário teve o papel de visitar os bairros e estimular a formação das comissões, iniciando o processo de integração dos bairros no debate sobre Constituinte. Inicialmente cada bairro mandava um ou dois representantes para trabalhar a nível de comissão constituinte do conselho; este realizava reuniões semanais para aprofundar a discussão, e os representantes de bairro retornavam com a discussão para os bairros, através de palestras, debates etc. Rapidamente o processo se ampliou.

Na assembleia de 9 de fevereiro ficou decidida também a confecção de um boletim do conselho e a realização de um seminário de estudos sobre Constituinte no dia 21 de abril, com ampla participação de representantes de bairros, entidades, partidos políticos etc. O boletim nº 1 do CCVV faz a apresentação do próprio conselho, seu funcionamento e sua diretoria, das lutas que as comissões encaminham, e chama atenção para o processo constituinte. Logo em seguida, um número especial do boletim fala só sobre Constituinte e convoca a população a se mobilizar, integrar as comissões de bairro, e a comparecer ao seminário do dia 21 de abril.

O seminário, mais amplo do que se esperava, contou com a presença de 110 pessoas, entre representantes de entidades e bairros de Vila Velha, sindicatos, partidos, parlamentares do estado e do município, e ainda representantes de entidades e movimentos da Grande Vitória. O dia 21 de abril de 1985, dia da morte de Tancredo Neves, para o movimento pró-Constituinte em Vila Velha foi também um dia inteiro de debates sobre direitos humanos e direitos sociais — temas centrais deste 1º seminário. A partir deste dia, o movimento deslança: cerca de 10 bairros se comprometem com a formação de comissões e em estimular o mesmo em outros bairros; é elaborado o documento inicial que sistematiza as propostas surgidas nos debates nos bairros; é decidida a criação da Comissão Municipal Pró-Constituinte, com representantes de entidades civis, partidos políticos, sindicatos, grupos, e dos poderes legislativo, executivo e judiciário de Vila Velha; é decidida uma convocação ampla para uma plenária no dia 5 de junho, quando se formalizaria a comissão.

No dia 25 de junho, a Comissão Municipal Pró-Constituinte de Vila Velha, já formalizada, rea-

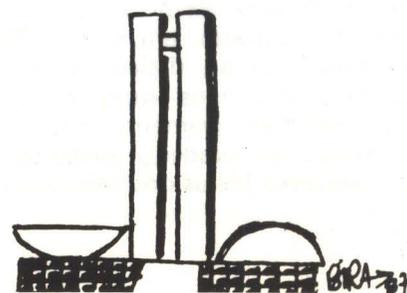
liza um debate: "A legislação de Vila Velha e a elaboração democrática do orçamento municipal". É que a assembleia legislativa capixaba havia aprovado emenda constitucional que possibilitava os municípios fazerem suas próprias constituições.

Em 3 de julho, novo debate cuja pauta era 1) texto de convocação da Assembleia Nacional Constituinte aprovado por Sarney; 2) anteprojeto institucionalizando a participação popular na elaboração anual do orçamento municipal. A questão do orçamento, dentro do processo pró-Constituinte, colocava na ordem do dia o debate sobre democracia participativa. Ao mesmo tempo, se desencadeava em Vila Velha o debate Assembleia Nacional Constituinte/Congresso Constituinte, gerando discussões ricas sobre soberania, representação, relação executivo/legislativo, poder popular etc.

Realiza-se o 2º Seminário Pró-Constituinte no dia 20 de julho de 85, como resultado do crescimento do debate nas bases. Em 27 de outubro de 85 é feita a 1ª Assembleia Municipal Constituinte com a presença de 161 pessoas (delegados de diversas entidades de Vila Velha, suplentes, observadores da Grande Vitória e do interior, acompanhantes e convidados). A discussão foi centrada nos grandes temas e direitos que a população considerou fundamentais na nova Constituição, e ficou decidida também a realização de um plebiscito tipo questionário (ver anexo 2). Daí ficou marcada a segunda assembleia municipal, para 22 e 23 de março de 86, para a discussão de um programa mínimo que seria cobrado como compromisso dos candidatos à Constituinte. Nesta assembleia estiveram presentes cerca de 120 pessoas.

Na última assembleia, em 6 e 7 de setembro de 86, estiveram presentes mais ou menos 50 pessoas e a discussão foi, principalmente, sobre a Lei Orgânica do Município.

Nas entrevistas realizadas com lideranças de bairros e representantes do CCVV, sobre o Movimento Pró-Participação Popular na Constituinte, são levantadas várias questões relativas ao caráter educativo e de formação política do processo de mobilização e discussão. As opiniões, embora variadas sobre várias questões, convergem numa avaliação: o processo de mobilização e debates para a Constituinte foi rico e deixou saldos exatamente no aspecto de educação e formação política da população de Vila Velha.



O Movimento Pró-Participação Popular na Constituinte *

O início do Movimento Pró-Participação Popular na Constituinte em Vila Velha seguiu uma dinâmica diferenciada no interior dos bairros. Em Atafde, foram as lideranças integradas no departamento cultural do Centro Comunitário que deram início ao processo, realizando três dias de debates com os moradores. Daí se formou uma comissão de 12 pessoas que começaram a reunir por ruas, trazendo informações do que estava ocorrendo em termos de mobilização a nível municipal, estadual e nacional, e estabelecendo uma integração com a comissão municipal.

Em Cobilândia, a motivação surgiu do primeiro seminário realizado pelo Conselho Comunitário de Vila Velha e as atividades começaram com a divulgação do primeiro seminário de Cobilândia, que seria em junho de 85. A mobilização inicial consistiu no contato com TODAS as entidades do bairro: escolas (diretoras e professores), creches, times de futebol, centros espíritas e Igrejas (Católica, Metodista, Batista, Presbiteriana, evangélicas etc.), que culminou no comparecimento massivo ao primeiro seminário. Fica clara, então, a necessidade de uma organização maior e de um trabalho mais sistemático dentro do bairro. Desta assembléia saem também os temas indicados para discussão na próxima Assembléia Municipal e uma comissão de 18 pessoas que encaminharia o processo de mobilização no bairro. Esta comissão, de acordo com D. Alafdes, começou se reunindo para "estudar as cartilhas e o material sobre a Constituinte. Mas em seguida vimos que aquilo não bastava, porque a gente convidada o povo e o povo não vinha. Aí nós partimos para eles, de porta em porta, as lideranças reunindo as pessoas em casa e fazendo o debate. Conversávamos sobre Constituinte, sobre o que são as leis, e de que serviria para nós a nova Constituinte".

As lideranças começavam levantando o grau de informação do povo sobre Constituição, e sobre o que achavam importante ver garantido através de leis. Seu Argeu coloca:

"Com o tempo, a gente percebeu que as pessoas, até de um certo nível escolar, não tinham nem um conhecimento superficial, e que o nosso trabalho não seria só em torno da eleição dos constituintes, mas principalmente um trabalho de esclarecimento e conscientização da população."

Esta constatação se deu também em Atafde, e posteriormente em âmbito municipal. As lideranças começam a perceber o "caráter" do trabalho a ser desenvolvido, os diferentes momentos do processo, e duas percepções iniciais vão orientá-las no desdobramento do trabalho. A primeira, relacionada com o método de trabalho, é a de que existem três etapas a serem percorridas: a do "antes", que é a fase de conscientização da população e da escolha de candidatos; a do "durante", que é o acompanhamento das atividades do Congresso; e a do "depois", que é o retorno da Constituição aos estados e municípios e a pressão a ser feita para que as leis não fiquem só no papel. A segunda percepção, de conteúdo político, é a de que, ao se definir um Congresso Constituinte, e não uma Assembléia Constituinte, o movimento popular já estaria em desvantagem para fazer valer suas propostas na Constituição. Goreti esclarece:

"Assembléia Nacional Constituinte era a proposta da gente, do povo mesmo, do movimento popular. A proposta de quem já estava lá no poder era a de Congresso. Achávamos importante que as pessoas percebessem que o governo em si estava querendo mais uma vez excluir o povo da participação numa coisa que é a lei maior do país. E essa lei maior tem que atender a maioria! Mas a gente estava sentindo exatamente o contrário, que uma minoria já queria estar no poder de elaboração desta Constituição. Então, essa diferença entre Congresso e Assembléia foi uma das coisas que a gente colocou com bastante clareza para a população."

Problemas cotidianos e direitos do cidadão

Na etapa do "antes", quando se desenvolvem as atividades de conscientização e mobilização, havia uma preocupação das lideranças em realizar os debates a partir de realidades concretas vividas pela população, fazendo a relação destas vivências com os direitos e garantias que deveriam constar na Constituição.

"Se fôssemos perguntar à população de uma maneira geral o pessoal diria que a Constituição tem que sair do jeito que for, grande, pequena, detalhada ou genérica, mas iam querer que estivesse lá: todos têm que ter casa com banheiro, com luz, com água... Outra coisa que aparecia eram os levantamentos dos preços do arroz, do feijão, dos produtos básicos e a comparação com os salários", diz Alexandre.

* Este relato é baseado em entrevistas realizadas com lideranças comunitárias de Vila Velha. Do bairro de Atafde: Goreti e Orlandina; de Cobilândia: D. Alafdes, Ana Rita, Solange e Seu Argeu; de Alvorada: Madalena e Alexandre, o atual presidente do CCVV.

As reivindicações de direitos básicos, de salários que dessem para viver bem, eram canalizadas pelas lideranças para a discussão sobre CIDADANIA. Por exemplo, ao colocar a necessidade de que as pessoas se conscientizassem de sua condição de cidadãos, enfatizavam que o conhecimento da Constituição significava o conhecimento das leis que definem os direitos e obrigações, mas também da existência de direitos básicos pelos quais os cidadãos devem zelar e lutar para que sejam respeitados. O papel de levar estas informações e discutilas com o povo era visto como um trabalho de conscientização sobre o direito à cidadania.

O processo pedagógico

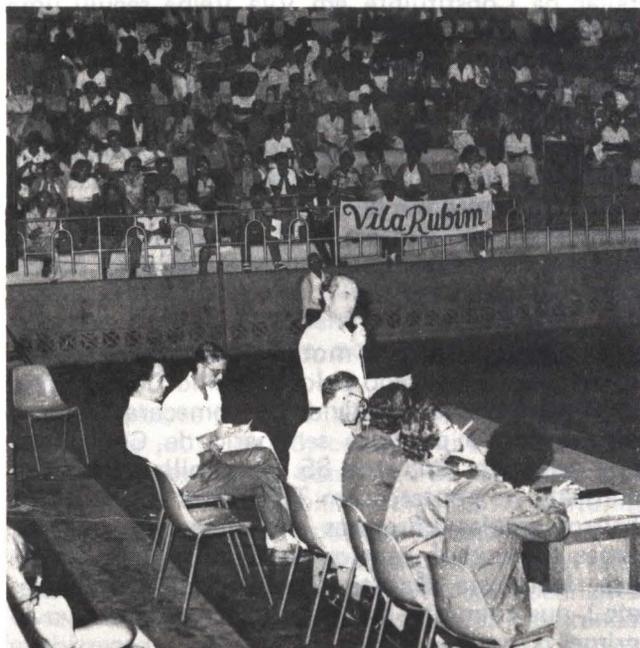
As lideranças tinham claro que para realizar este trabalho era necessário pesquisar, aprofundar seus próprios conhecimentos sobre os temas que eram levantados pela população, o que se transformou num processo de autoformação. Ao mesmo tempo em que percebiam que aprendiam também "com o povo", encaravam o auto-esclarecimento como algo "complexo", pois envolvia não só a pesquisa, mas desenvolver a capacidade de fazer leituras: sobre o que "estava por trás" da discussão Presidencialismo/Parlamentarismo, das propostas que surgiam na sociedade, do que era publicado na imprensa etc.

Neste sentido, grande parte do material utilizado era produzida a partir das discussões, numa linguagem popular e relacionada com a realidade da população. Segundo Orlandina, o SABER não pode ser propriedade de poucos! Em Ataíde, além do jornalzinho **Informativo do Centro Comunitário**, outro instrumento muito utilizado foi o que chamaram "Noções Gerais sobre Constituição", que Goretí explica como foi elaborado:

"Primeiro deixamos bem clara a diferença entre Congresso Constituinte e Assembléia Constituinte; depois listamos todas as definições de Constituição que já haviam surgido nas reuniões: lei máxima de um país; lei que regulamenta as relações dos cidadãos e o Estado; lei que organiza a vida das pessoas, do governo e das instituições; um conjunto de regras e normas que estipulam as competências e atribuições dos órgãos públicos etc. Outra coisa importante foi o histórico das Constituições, como meio de conhecer um pouco de nossa história: só na de 34 as mulheres puderam votar; na de 67 veio a repressão. Depois levamos o texto da atual Constituição, e ao comparar sua própria realidade com os direitos que estavam escritos lá, o povo viu que estes não eram respeitados e que se não se engajassem, a nova Constituição não ia sair do jeito que a gente queria."

Certos de que muitos temas, se "jogados soltos" a população não se interessaria em discutir, as

lideranças exploraram bem o processo constituinte para colocar questões presentes no dia-a-dia dos bairros. Em Ataíde, a luta pelo posto de saúde acabou se ampliando ao entrar na discussão sobre o direito à saúde e saneamento básico.



João Herkenhoff, debatendo com a população em Vitória, ES.

Participação dos jovens e mobilização dos aposentados

A questão da educação também foi muito discutida e o sistema educacional questionado. Em Ataíde surgiu a proposta, por exemplo, de que constasse na Constituição que a História do Brasil deveria ser contada como ela realmente foi e não como é manipulada! Mas também que a educação voltasse a ser pública e de boa qualidade, e que todo jovem tivesse direito de estudar e depois trabalhar.

"Os jovens, em geral, colocavam que tendo que trabalhar, não podiam estudar, daí que o estudo deveria ser, de alguma forma, garantido a eles. Queriam também que a educação se desse de uma maneira interessante, de modo que o jovem pudesse usar o que aprendeu, e, por fim, que os estudantes tivessem o direito de se expressar dentro da sociedade", diz Goretí.

A participação de jovens e crianças no movimento foi bastante expressiva. Nos debates em escolas, que envolviam professores, jovens, crianças e pais, as crianças perguntavam sobre o que é uma Constituição e se colocavam politicamente sobre a situação atual, de forma que abriam espaço para discussões sobre a importância de lutar e opinar. Solange conta:

“Com as crianças a gente usava a dinâmica da árvore: de um lado uma árvore sem frutos, do outro uma árvore com frutos, que eram os frutos que queríamos colher com o processo constituinte. Elas diziam: ‘hoje tem violência e nós queremos um mundo sem violência; hoje tem fome, e eu não quero mais fome; quero lazer, não quero mais prédios cercados por carros’. Queriam emprego para o pai, que a mãe pudesse ficar mais em casa, e queriam creche também. Então, dentro das suas realidades, elas foram colocando os problemas que as atingiam hoje e que elas queriam ver resolvidos amanhã.”

Seu Argeu, ferroviário aposentado, ao mesmo tempo que participava na Comissão Pró-Constituinte de Cobilândia, desenvolveu um trabalho na Associação dos Ferroviários Aposentados (a “Pós-Vale”, ou seja, a associação dos antigos trabalhadores ferroviários da Cia. Vale do Rio Doce), relacionado com o processo constituinte.

Fizeram cerca de 12 reuniões para levantar a situação real dos aposentados e propostas para a Constituição. Destas reuniões, partiram para a ampliação do movimento, se unindo com a Associação dos Aposentados do ES e outras entidades de aposentados, e acabaram reunindo por volta de quatro mil aposentados para discutir as propostas para a Constituição. Aprovaram propostas de direito à paridade, direito ao salário integral, direito à saúde, e muitas outras, que entregaram a todos os constituintes eleitos pelo ES. “É claro que nós, aposentados, vamos ficar de olho em cima deles, porque não há falta de subsídios para eles ajudarem naquilo que são representantes. Promovemos esse trabalho porque ele é necessário, é uma maneira de educar o povo, e foi muito importante para a conscientização do aposentado.”

Feira, encontros, debates e gincana

As atividades de sensibilização da população realizadas pelos integrantes da Comissão Pró-Constituinte de Cobilândia foram muitas. Além dos debates e palestras em escolas, da tribuna livre na feira, dos encontros por ruas e da gincana realizados no bairro, também foram convidados para debates e palestras fora do bairro e mesmo do município. Todos eles consideram a experiência, em geral, “maravilhosa”, “muito boa de ser vivida”, porque neste momento do processo constituinte havia o estímulo inicial da demanda por informações e da enorme receptividade por parte da população ao incentivo para uma ampla participação. O trabalho da comissão, ao mesmo tempo que representava a descoberta de um canal de protesto, era também o espaço da esperança na nova Constituição como um instrumento que servisse para “melhorar a situação”.

D. Alaídes descreve o trabalho na feira:

“Para este trabalho tivemos que nos reunir muitas vezes, pensar, planejar . . . e foi um sucesso! No início estávamos um pouco reprimidas, porque foi um choque, né? Os feirantes se assustaram com aquele carro de som enorme dentro da feira, mas nós ficamos firmes: começamos a falar sobre Constituinte, colocamos uma mesa, apresentamos o material — cartilhas, livros, apostilas — vendemos camisetas, tocávamos as fitas gravadas quando cansávamos de falar, e cantávamos no microfone também (ver a letra de música elaborada pelos próprios moradores). Aí as pessoas começaram a vir cantar com a gente, e envolvemos de tal maneira o povo da feira, que o pessoal que ia passando vinha ao microfone reclamar do preço das mercadorias. Foi uma coisa muito gozada porque nesse momento os feirantes também quiseram fazer uso do microfone, e virou uma tribuna livre. Eles corriam para explicar que as verduras estavam caras porque eles compravam na CEASA já por um preço alto, e mais o transporte, o levantar de madrugada, o não dormir . . . Eles começaram a colocar a vida deles e nós íamos ligando tudo isso com a Constituinte: o momento que estamos vivendo é importante para vocês, temos que saber escolher nossos representantes nas eleições de 15 de novembro para que essa vida que vocês levam seja amenizada, e que essas leis injustas possam ser mudadas . . .”



Gildo Loyola

Os encontros por ruas foram considerados "muito produtivos", explica Ana Rita:

"Convidávamos os moradores através de textos para discutir, e do próprio questionário (anexo 2) — de certa forma um plebiscito — que era uma consulta à população sobre vários pontos que estavam para ser definidos ainda: parlamentarismo ou presidencialismo, com relação à proporcionalidade, com relação ao tempo de mandato do presidente etc. Todas essas questões a gente discutiu com a população e sentimos o interesse por parte deles em querer entender e acompanhar."

A gincana de Cobilândia também envolveu bastante a população, principalmente a juventude, com toda a movimentação na praça principal do bairro, com caminhão, som, alto-falante, batuque, durante todo o domingo. Foi uma fonte eficaz de informação sobre a Constituinte e um canal de integração de novas pessoas no movimento.

Movimento popular e candidatos constituintes

As lideranças têm uma visão crítica sobre a participação de políticos profissionais no movimento.

O pessoal de Cobilândia, principalmente, notou a ausência dos vereadores da região durante todo o processo, como uma omissão no cumprimento do "papel" de organizar e conscientizar a população, desenvolvendo atividades do tipo das realizadas pelas lideranças (palestras, debates, e outras). Neste sentido, consideram que assumiram o "papel" dos políticos ao responderem às solicitações da região de Vila Velha e do interior, realizando este trabalho de maneira satisfatória — o que deveria ser feito pelos políticos.

Com relação à escolha dos candidatos, a preocupação inicial que surgiu por parte da população era que eles saíssem do meio popular, vivessem a realidade popular, pois conhecendo a vida do povo teriam mais condições de defender seus interesses e seriam mais confiáveis. A visão de que os constituintes defendem seus próprios interesses ou de grupos aos quais são ligados, deixava claro que os candidatos apoiados pelos "grupos no poder" não eram os candidatos populares. Outra visão era de que os candidatos populares deveriam ser aqueles que já estivessem trabalhando com o povo ou representando o povo. O levantamento da sua história política, os debates como meio de aferir suas posições em relação aos pontos considerados prioritários pela população eram a forma de traçar o "perfil" do candidato, que era avaliado pela população. No entanto, o movimento popular não chegou a trabalhar a partir de um nome, e como diz Solange:

"Na hora das eleições mesmo, os partidos é que indicaram os candidatos, a nível da população não saiu nada, e aqueles que não foram atingidos pelo movimento pró-participação popular votaram nos candidatos mais próximos."

Dá que Alexandre avalia:

"O peso político do nosso trabalho em relação à definição do candidato, realmente não foi muito significativo. O candidato mais votado dentro do ES para a Constituinte não tem nada a ver com o movimento popular e nem tinha vida política anterior: foi a Rita Camata. Os candidatos de alguma forma ligados ao movimento popular e que foram eleitos por Vila Velha são o Vasco Alves, que acumulou força desde a sua gestão na prefeitura, e o Vitor Buaiz¹, que participava de algumas assembleias da Comissão Constituinte de Vila Velha e de Vitória. O Vitor tinha a vantagem de ter sido o segundo mais votado, no ano anterior, nas eleições para a Prefeitura de Vitória, e a população toda o conhecia. Mas o único candidato que fez aquele trabalho de porta em porta, participou desde o início do movimento pró-Constituinte, foi o Aloísio Krohling, que não foi eleito. Ele já participava do movimento, sua candidatura foi consequência disso e da desistência de um candidato ligado à Igreja."

Alexandre também considerou "interessante" o fato de que nos debates não se cogitava a questão do nome e do partido político, e viu a campanha para governador como um elemento "comprometedor" no processo constituinte:

"Não se via faixas, pixações, e poucos candidatos tinham o discurso de candidato constituinte. O que se via nas ruas era trio elétrico de candidatos a governador estremeendo as paredes das casas. Era só eleição para governador, e eu acho que as pessoas ficaram com isso na cabeça na hora de votar... A própria tentativa que o movimento popular fez de mobilizar em cima da Constituinte não surtiu grande efeito! Atingimos bastante gente para as nossas condições, para o nosso potencial, mas se formos ver dentro do universo do ES, é muito pouca gente! De qualquer jeito não poderíamos atingir mais pessoas porque o processo que tínhamos era esse."

Este aspecto, da falta de recursos, foi levantado unanimemente como um fator que limitou o trabalho. A falta de um local para centralização e irradiação do material e das informações, falta de dinheiro para as viagens, para correspondência,

¹ Candidato constituinte eleito pelo PT.

para reprodução do material, para remunerar alguém com disponibilidade integral, foram sentidas como obstáculos ao crescimento do processo. A única fonte de recursos eram as entidades registradas no movimento, às quais as lideranças recorriam, principalmente nos períodos de realização das assembleias, o que significava que era uma captação esporádica de recursos.

Em geral, as avaliações das lideranças concordam no seguinte aspecto: as campanhas enfatizavam muito mais a eleição para governador do que para a Constituinte.

Refluxo do movimento

Na etapa do "durante" a idéia principal era acompanhar tudo que estivesse acontecendo, as propostas que surgiam e eram aprovadas ou não no Congresso, por área de interesse ou categoria profissional, com o objetivo de passá-las por um plebiscito. O que se verificou depois foi a não realização do plebiscito, mas uma intensa mobilização na campanha pelas emendas populares. Nesta fase as lideranças se animaram pois consideraram um novo espaço para influir. No entanto, ao final do processo de coleta das assinaturas, as expectativas não eram otimistas, como expressa Alexandre:

"Corre o risco de não serem nem apreciadas as emendas que serão definidas por representantes populares. Claro que se acaba ganhando um artigo aqui, outro acolá, mas nada significativo. Na minha avaliação, o ganho do movimento popular foi bastante significativo diante desse pequeno avanço em termos de alterações e definições da Carta Magna propriamente."

Na verdade, o desânimo começou quando ficou definida a composição do Congresso. Houve

uma decepção, pois o resultado parecia não corresponder ao esforço feito pelas lideranças. Goreti coloca:

"Realmente, quando a gente viu o resultado, aqueles 559 constituintes dos quais só uma minoria estava defendendo as nossas propostas, ficamos perplexos. Aquela luta todinha. Desde a definição de que não seria uma Assembleia Constituinte, já sabíamos que era uma perda nossa, porque queríamos um poder popular e fomos sabotados aí. Mas quando vimos a porcentagem de cada corrente, as mais progressistas, as mais conservadoras, a gente se assustou realmente. E com o passar do tempo vimos que a coisa estava piorando, que havia os lobbies, que as pessoas não estavam ali defendendo o que prometeram em praça pública..."

Uma sensação de que houve uma espécie de "traição" ao povo, ou, no mínimo, uma total desconsideração à vontade popular, se tornou comum a todos os que trabalharam no movimento pró-participação popular. Seu Argeu opina:

"Nas eleições nós fomos enganados. Primeiro misturaram as eleições para a Constituinte com as eleições para governador, senadores e deputados estaduais, e nisso o povo ficou inibido. Logo em seguida o Plano Cruzado I, que iludiu esse povo que está aí preterido, sem emprego, ganhando pouco, que foi uma farsa para ludibriar o pessoal... enfim, eles aprontaram em cima da população e foram reeleitos. Hoje, o que estamos vendo dentro do Congresso? O Centrão, que é a maioria dos empresários, dos capitalistas, bloqueando as propostas que a população tirou e mandou para lá."

Os moradores apareciam com jornais nas mãos para comentar com as lideranças as propostas apro-



Ana Maria Magalhães

Está chegando a hora

Refrão: Ai, ai, ai, ai
Está chegando a hora
Estaremos nas lutas com toda união
Na esperança de transformação.

Estamos aqui nesta grande assembleia
falando de Constituinte
Pedindo a sua atenção
Para essa nova Constituição.

Novembro já vem, vamos eleger
os novos constituintes
Prestando bastante atenção
E cuidado com o tubarão.

Queremos que as teses que foram escolhidas
Sejam respeitadas e defendidas
Porque foram todas tiradas
Da esperança do povo sofrido

Reforma agrária, desemprego e salário
Foram assuntos muito debatidos
Queremos saber se serão
Por vocês todos defendidos

Vamos gritar minha gente
Sem ter medo de ameaça
Pra' acabar com a vergonha
Que invadiu a nossa raça.

É chamada de Lei Magna
Por ser a maior que temos
Socinha não é cumprida
É preciso que a conheçamos.

vadas, o trabalho da Sistematização, os golpes e os "quebra-quebras" dentro do Congresso. Orlandina, "cansada e desestimulada", pensava:

"Acho que não vai dar certo mesmo não, saía alguma coisa no jornal, na televisão, nas revistas, não era nada a nosso favor... mas continuamos em atividade."

Madalena acrescenta que outra coisa que desmotivou foi o fato de não ter sido realizado o referendo popular que era reivindicado desde o início do processo constituinte.

O Centrão e a UDR

O surgimento do Centrão dentro do Congresso, e da UDR pressionando por fora e por dentro do Congresso, foram dois fatores que também influíram numa sensação de descrença no processo de elaboração da nova Carta. O Centrão era visto como "uma manobra para derrubar o povo", como diz Orlandina, ou como "uma questão muito séria, e a população não está entendendo a importância e as conseqüências da organização desse Centrão"; de acordo com Ana Rita, que acrescenta:

"Hoje as pessoas que compunham a comissão pró-Constituinte estão envolvidas na comissão de saúde, no conselho comunitário, na obra social da Igreja, em partidos políticos etc., mas estamos acompanhando e inclusive denunciando os deputados capixabas que estão compondo o Centrão. A própria Comissão de Justiça e Paz, em nome da arquidiocese, mandou um telegrama para todos estes constituintes, lembrando seus compromissos com o povo. Depois este telegrama foi divulgado para todas as comunidades junto com uma carta denunciando-os. E a gente sabe que isto mexeu com eles..."

D. Alafdes vai mais fundo:

"O Centrão vai acabar agora, mas a UDR é que é a maior ameaça ao povo brasileiro. E está entrando na casa, na família; eu vi isso na minha rua, o pessoal apoiando, e fiquei muito triste e preocupada. Inclusive eu acho que a gente tem que se reestruturar e voltar àquele trabalho que a gente fez com tanta garra, de casa em casa, em cima do Centrão e da UDR. Lá na Constituinte o povo não vê, mas muitos candidatos eleitos pelo povo para nos representar, estão representando a UDR, como o próprio Nyder Barbosa². Se não abirmos bem os olhos teremos um presidente da República da UDR, assim, sem nem ter tempo de pensar, e isto é uma vergonha para nós."

Apesar do desestímulo, todos estão de acordo que não é o momento de parar de lutar, pelo contrário, é hora de cobrar, de pressionar, de acompanhar o processo no Congresso, e continuar passando as informações para a população.

É neste momento que os constituintes eleitos pelo estado são chamados "para ouvir as propostas que foram aprovadas nas três assembleias de Vila Velha, para que se comprometessem a defendê-los no Congresso. Só compareceram o Vasco Alves e o Stélio Dias³. Posteriormente compareceu o Vitor Buaiç que, nesta época, estava comprometido com as assembleias no interior do estado", diz Solange.

Mas Goretí avalia que os três que estão lutando com mais firmeza pelas propostas populares são:

"O José Inácio Ferreira⁴, o Vitor e o Vasco. O Camata (que está aí no Centrão), e a própria esposa dele, e outros deputados, defendiam uma coisa antes de eleitos e agora têm outra posição."

Críticas à imprensa

A visão das lideranças com relação ao papel exercido pela imprensa durante todo o processo constituinte é rigorosa. Alexandre coloca:

"Ela foi uma grande responsável pelo desinteresse da população na Constituição, quando começou a denegrir a imagem do Congresso e dos constituintes: 'esse pessoal não está fazendo nada, está ganhando um dinheiro lá'. ... sabe? Eu acho que isto foi uma articulação para realmente o povo desacreditar. Então o fato do pessoal não estar empolgado se deve à própria forma como foi conduzido o processo."

E Goretí acrescenta:

"Parece que aquelas informações passadas pela televisão e pelo rádio eram justamente numa linguagem complicada para as pessoas não entenderem, não terem o incentivo de participar e discutir a Constituinte."

Solange avalia que o comportamento da imprensa mudou em um ano e meio:

"Há um ano e meio atrás não se divulgava nada sobre a Constituinte, não se sabia para que era a Constituição, existia uma confusão entre Constituição e Constituinte e não se sabia a finalidade da eleição para Constituinte."

² Deputado estadual de 1974 a 82. Eleito deputado federal em 1982 e 86, sempre pelo PMDB.

³ Reeleito deputado federal pelo PFL. Seu primeiro mandato pelo PDS foi no período 1982-86.

⁴ Eleito em 1982, pelo PMDB, com mandato até 1990. Foi deputado estadual pelo MDB, eleito em 1966 e cassado em 1969.

Hoje a Constituinte é divulgada nos meios de comunicação de massas e a gente ouve falar do Centrão e das propostas que o grupo minoritário progressista dentro do Congresso está tentando fazer passar. Isso, de certa forma, divulga. Mas naquela época a imprensa, de um modo geral, não queria que o povo tivesse noção do que ia acontecer no futuro, quer dizer, um ano e meio depois. Se a Constituinte tivesse sido divulgada como a gente vê nos meios de comunicação hoje, muita gente teria refletido um pouquinho mais sobre em quem votar."

Então, as lideranças valorizam o trabalho "de formiguinha", de "porta em porta" esclarecendo sobre a importância do instrumento que seria a Constituinte, para decidir sobre questões que dizem respeito à vida cotidiana do povo. Trabalho de esclarecimento que a imprensa não fez.

Saldos positivos

Nas avaliações globais do processo, a primeira questão sentida como característica da "pouca força" do movimento popular havia sido a derrota de um Congresso soberano. A segunda foi a composição do Congresso Constituinte com uma maioria bastante expressiva de conservadores. A partir deste quadro, as lideranças começaram a perceber que o movimento não teria força para influir efetivamente nas questões consideradas fundamentais. Ficou claro, então, que o grande avanço do movimento popular estava se dando nos aspectos da conscientização, politização e organização. Os saldos aí foram muito expressivos; segundo Alexandre, "o momento foi bem aproveitado, não ficou nada a desejar, e inclusive muita gente passou a participar do movimento popular a partir das discussões nos bairros, e ficaram formados grupos em Alvorada, Atafde, Cobilândia, outros bairros e até em outros municípios."

O caráter educativo do trabalho vai ficando mais claro para as lideranças, no momento em que

os moradores passam a se interessar pelos eventos políticos, vêm discutir com elas e começam a se integrar nos movimentos comunitários e nos partidos políticos. Daí que a avaliação positiva da experiência seja unânime entre as lideranças. Goreti conclui:

"A população percebeu que quando a gente se mobiliza e descobre uma realidade, por exemplo, que o nosso lado sofre mais pressão e por isso temos que lutar mais, é um ganho! Outra coisa que a população passou a ver mais claro foi como se dá o confronto das forças políticas, e que se a vontade do povo não se fez valer, não foi por nossa causa. Aí é que está: a gente descobriu que as forças deles foram muito maiores e a forma vergonhosa como eles as usam."

Orlandina completa:

"Quando eles vêem que o povo está aprendendo as coisas e se mobilizando, ficam com medo do povo esclarecido, e fazem logo alguma coisa para desviá-lo desse tipo de trabalho que a gente vem fazendo. Coisas como o Rock in Rio, o futebol, são tentativas de desmobilização dos jovens e do povo em geral."

O resultado da eleição municipal em Vila Velha é associado ao processo de mobilização e conscientização para a Constituinte. O fato da população ter sentido a necessidade de participar é debitado "àquele trabalho de rua, àquele papo um com o outro, os papéis distribuídos... ganhamos a confiança do povo e ganhamos politicamente! Aquele trabalho todo talvez tenha clareado as coisas — mesmo que não tenha resolvido naquele momento — porque nestas eleições em Vila Velha a população soube escolher o melhor candidato, mesmo sem a máquina de governo fazendo campanha" — conclui D. Aláides.

Douglas Mansur



Manifestação em frente à rampa do Congresso

Avaliação de um militante

Depoimento de Aloísio Krohling*



Rogério Medeiros/VIX

Foi no processo que envolveu representantes de bairros e membros do CCVV na Comissão Pró-Constituinte de Vila Velha e nas atividades que a comissão realizava a nível de bairros (reuniões, palestras, debates) que começou a crescer a organização de uma assembleia municipal. Em 27 de outubro de 1985 realizou-se a primeira assembleia municipal pró-Constituinte, da qual saíram as teses que a população estava defendendo para a Constituinte. Foi feito um relatório com essas propostas e devolvido para os bairros, que continuaram o trabalho (anexo 3), principalmente Cobilândia, Atalde e Vila do Aires. Os bairros mais organizados a nível comunitário foram os mais atuantes no movimen-

to pró-Constituinte. Ainda em 85 alguns bairros promoveram eventos maiores, como dois dias de Constituinte, ou uma semana — cada noite um debate — tentando atrair a população. Foi um movimento de educação popular para a Constituinte, que a Igreja apoiou através das comunidades de base, inclusive colocando as idéias da Constituinte dentro das jornadas bíblicas e dentro do ciclo bíblico. Nesta época também começaram a aparecer os folhetos e cartilhas sobre Constituinte. A do DIEESE foi muito usada e também a da FASE que saiu inicialmente.

A segunda assembleia municipal pró-Constituinte foi em 22 e 23 de março de 1986. Aí a discussão já estava mais aprofundada e centramos em cima do texto da Constituição atual, o que queria-

mos mudar na Constituição. Muitas críticas, mil idéias, e pode-se dizer que a nível de assembleia, a discussão nunca foi técnica, nunca foi orientada por advogados ou juristas, mas surgiu com a própria necessidade da população. E outra vez, deste material, foi feito um relatório que voltou para os bairros.

Na última assembleia municipal de Vila Velha, em 6 e 7 de setembro de 86, a discussão foi muito acentuada em cima da questão do orçamento municipal e da lei orgânica do município. Como Vila Velha já tinha experiência da participação popular na elaboração do orçamento e inclusive havia aprovado lei municipal nesse sentido, isso foi visto como exemplo para o Brasil todo, inclusive por ter entrado na Constituinte através da Comissão de Sistematização.

* Presidente da CCVV na época da criação e do desenvolvimento das atividades da Comissão Pró-Participação Popular na Constituinte.

Enquanto nós estávamos neste processo de discussão, desde final de 85 também já se formara uma comissão a nível estadual — o plenário pró-participação popular na Constituinte. Em maio de 86, então, foi feito um ato público em Vitória pela participação popular na Constituinte, que ficou registrado no Espírito Santo porque, depois dele, nem a CUT nem outros grandes movimentos conseguiram reunir tanta gente em praça pública: duas mil pessoas, entre lideranças de Igreja, lideranças de bairro e até municípios do interior. Conseguimos trazer Leonardo Boff, Frei Beto, Lula, Jair Meneguelli, e foi muito importante porque depois desse ato, começaram a se organizar comissões nos municípios do interior.

Em Nova Venécia, por exemplo, a Igreja organizou um trabalho de Constituinte em todas as comunidades de base, em todas as capelas do interior, e depois de três meses de trabalho, em agosto ou setembro, fizeram uma assembleia municipal Constituinte num estádio de futebol com três mil pessoas. Em São Mateus, a arquidiocese fez um trabalho semelhante. Em São Gabriel do Palha também. Quer dizer, a comissão estadual divulgou a idéia e houve cinco municípios onde a coisa pegou e o pessoal trabalhou bem. Até que em setembro/outubro de 86 se realizou uma assembleia estadual com a presença de 15 municípios da qual foi feito um relatório que foi enviado para todos os candidatos, e posteriormente aos constituintes capixabas e outros. Fizemos o mesmo com os relatórios das três assembleias municipais.

Participação das entidades

Sempre houve um esforço nosso no sentido de envolver as entidades. Desde o ato público, no qual participaram partidos, sindicatos, associações, diversas entidades civis, Igrejas etc., eram 75 entidades registradas no plenário pró-participação popular na Constituinte. Para dizer a verdade, esse plenário teve piques, como os debates, mas os partidos políticos

praticamente se ausentaram. Nas vésperas das eleições é que houve uma intensificação na participação dos partidos, e nós chegamos a fazer um debate sobre Constituinte com todos os partidos — dois candidatos por partido. No processo todo, com exceção do PT que tinha militantes participando, mesmo os outros partidos de esquerda sumiram, a não ser alguns líderes políticos que a gente sabia que apareciam para angariar simpatias, votos...

O pessoal que participou mais ativamente do movimento veio ou das CEBs católicas ou da Igreja Evangélica Luterana. O PC do B participou muito pouco, o PT tinha militantes participando que eram também das CEBs, e o PCB é que talvez seja exceção. O PCB tinha 2 ou 3 lideranças participando, sem se engajar muito, e militantes ligados à administração Vasco Alves que tinham interesse em envolvê-la e por isso conseguiram um grande apoio da prefeitura em termos de alimentação e infraestrutura.

A arquidiocese de Vitória teve uma influência muito grande de D. Luís Fernandes na formação inicial das CEBs, que foi o fermento que ficou e deu na mobilização para a Constituinte. Ela usou todos os seus canais, a nível local, municipal e regional, para levar esse debate. Foi a arquidiocese também que puxou o debate com D. Hélder, onde compareceram umas cinco mil pessoas.

Participação dos candidatos

No último debate, onde foram apresentadas as propostas tiradas nas assembleias, todos os candidatos, inclusive do PDS e PFL, afirmavam que, caso eleitos, iam colocar tudo em prática. Mas o debate foi uma grande escola em si, porque revelou o nível de compreensão dos candidatos sobre o que era a Constituinte e sobre as teses levantadas. Eles estavam por fora de tudo! Uns do PDS, e até de partidos de esquerda, alguns até professores secundários, ignora-

vam o que é uma Constituição Federal. Pegavam simplesmente uma reivindicação popular qualquer e diziam que iam colocar na Constituinte. O movimento popular, com os debates nos bairros, a nível municipal e estadual, estava mais avançado e consciente do que deveria ser uma tese para a Constituinte do que os próprios candidatos.

Em Serra, por exemplo, os debates foram muito bons, porque envolveram, várias vezes, os diferentes partidos políticos, e continuaram depois das eleições. Em Vila Velha também. Outra coisa importante, que de certa forma facilitou nosso trabalho, foi que a Rede Gazeta (filial da Globo no Espírito Santo) trouxe todos os candidatos à Constituinte para um debate ao vivo no auditório da rede. Isso criou na opinião pública o sentido da importância da discussão sobre Constituinte e forçou os candidatos a se exporem, inclusive através de documentos por escrito, e foi tudo gravado. Depois de eleitos, foram novamente convidados pela rede para o debate na TV, e alguns se recusaram a ir, como a Rita Camata, que nunca apareceu para um debate, nem como candidata nem como eleita, por medo de se expor, de debater mesmo. Outros, como o Nyder Barbosa, que é da UDR e contra a reforma agrária, apareceram várias vezes defendendo suas teses. Então, essa dialética do confronto de idéias enriqueceu a opinião pública e ajudou a educação política na Grande Vitória e no Espírito Santo.

Educação política e cidadania

Em 85 e 86, nós do conselho comunitário fomos acusados pela administração municipal e pelo PCB de não colaborar, não discutir o orçamento e a administração, de esquecer a realidade da periferia e só fazer trabalho sobre Constituinte. Mas em termos de educação política, o CCVV avançou muito mais em Vila Velha discutindo a Constituinte do que sendo sufocado por reuniões de gabinete, com

secretarias da prefeitura. Foi uma questão de prioridade: investir na formação política.

Quando a gente faz um trabalho assim, de educação política, como as assembleias municipais, atingimos entre 110 e 160 pessoas, que são lideranças que, em geral, multiplicam o trabalho a nível de bairro. Esse trabalho não atingiu as massas, mas fez avançar o processo de organização popular nos bairros, e, nesse sentido, fez crescer a consciência política em Vila Velha. Inclusive o grau de autonomia do município, mesmo das lideranças sem muita formação, é colocado como necessidade do movimento popular, coisa que em Vitória não acontece. O fato de o CCVV ter tido a hegemonia desse processo, do trabalho todo, ajudou a afirmar para as lideranças a importância da unidade orgânica do movimento. Em Vitória foi criado um conselho atrelado à prefeitura, paralelo ao conselho popular, e nenhum dos dois funciona. Então, a aprendizagem destas questões, na prática, faz avançar o processo político, o processo educativo, e eu acho que o saldo se viu na última eleição para a prefeitura.

Resultado da eleição municipal

Uma eleição que ninguém esperava, em que o próprio governador é derrotado, depois de semanas de propaganda intensiva na televisão, com a derrota do seu candidato. Ao mesmo tempo o PCB tem 12 mil votos e o PT 26 mil. Isso mostra o processo de conscientização política a nível municipal, que não se deve só ao trabalho de Constituinte nem do CCVV, mas também à Igreja já que vem fazendo, há 25 anos, um trabalho de comunidades de base com um caráter educativo muito forte. Vila Velha é um município essencialmente oposicionista, desde a oposição à ditadura, e não deixa de ser também um laboratório de educação popular, mas sempre a partir da prática, dos movimentos comunitários e das associações. Neste processo educativo

Gildo Loyola



que se instalou, a nível de bairros, vários fatores contribuíram, mas o que importa é que, na questão da Constituinte, o debate saiu do nível acadêmico das universidades, do nível teórico do auditório da Rede Gazeta, e foi para o nível do bairro, da Igreja, do centro comunitário, de uma gincana de estudantes em busca da Constituinte. Conseguimos botar a Constituinte na rua.

Mobilização para as emendas populares

Várias vezes representantes da plenária estadual foram a Brasília. Eu mesmo estive três dias em Brasília participando da plenária nacional, assim como outros representantes. Essas idas a Brasília, se por um lado alimentavam o processo, por outro lado mostravam que o comparecimento era mínimo: oito estados, a nível de Brasil. O sacrifício da viagem não compensava o fato de se ficar, às vezes, um dia em Brasília e ver que o

movimento tinha pouca força. Não havia um **feed-back**, essa relação que a gente sentisse estar ganhando alguma coisa. E Brasília desilude qualquer um. As idas a Brasília acabavam reforçando o movimento a nível local, a nível estadual.

O que alimentou o processo no "durante" foram as emendas populares. O Espírito Santo deu um exemplo muito bom de participação popular nas assinaturas pela reforma agrária: foram perto de 75 mil assinaturas, não sei quantos quilos. Mas depois da entrega das emendas em Brasília, ninguém mais se dispôs a ir a Brasília, nem respondendo às convocações da plenária. Isso porque se sentiu que as emendas não foram respeitadas, os próprios deputados constituintes diziam que não adiantava nada, que as forças reacionárias eram muito grandes. Essa fase foi muito frustrante, e o "depois", que vai ser colocar em prática a Constituição, para que não seja lei morta, essa fase não veio ainda...

A gente precisa reconhecer que quando se instalou a Constituinte houve uma caída, um refluxo no movimento. As eleições eram o pique, nós caminhamos para esse pique, e, com os resultados das eleições, apareceu a realidade do que o povo preferiu escolher: os capixabas elegeram constituintes conservadores, como a Rita Camata, a maioria do PMDB e só um do PT. Essa foi uma das causas. A outra é que os constituintes progressistas eleitos, que haviam se comprometido com as propostas populares não ajudaram a continuar o processo, ficaram encastelados em Brasília. O caso do Vasco Alves, por exemplo, que voltava às bases para fazer a assembleia do Vasco Alves, e não do movimento. A gente percebeu que o movimento não podia ser caudatário de um político, mesmo que fosse progressista, do PMDB, do PT ou de qualquer outro partido, até porque a idéia da plenária de participação popular na Constituinte e da comissão do CCVV era criar um sentido pluralista. Este sentido foi imprimido antes das eleições, quando, por exemplo, fizemos um debate com candidatos de todos os partidos no salão da paróquia de Vila Velha, com questões discutidas anteriormente nas comunidades de base.

Movimento sindical entra em cena

É interessante notar que no "antes", a CUT e os sindicatos quase não se envolveram no movimento, mas agora são eles que estão puxando o processo no ES, com os out-doors, os panfletos, as propostas de debates — formas de pressão sobre Brasília. A nível de movimento popular, além de tudo depender das lideranças, coisas mais imediatas como a própria eleição municipal em Vila Velha ajudaram a esvaziar o trabalho de Constituinte, que agora parece distante. As questões da organização, das lutas populares em cada município fazem com que o movimento popular não se junte à frente sindical. Pode ser que se consiga

retomar, mas eu não vejo muita perspectiva, com a influência do Centrão. Só se a nível nacional começar uma grande mobilização para manter, pelo menos, o que está na Comissão de Sistematização, ou então, se a crise econômica e a inflação aumentarem. Mas aquela organização quase molecular, a nível de comunidade de base, a nível de bairro, acho que dificilmente volta. Talvez a plenária estadual, o conselho comunitário e a comissão também não tenham entendido o que seria agir durante.

Além disso, toda essa questão da falta de integridade e credibilidade dos políticos e do próprio governo, repercute no movimento popular que se volta para suas questões mais imediatas.

Agora, nós achamos que alguns mecanismos de participação popular têm chance de entrar: a participação no orçamento, o plebiscito, a questão do meio ambiente... São mecanismos que, entrando, ajudam o próprio crescimento do movimento popular. É uma questão de investirmos nisso, não aceitarmos como lei morta.

Para concluir, quero ressaltar algumas questões. A primeira é que o trabalho no interior foi mais marcante do que na Grande Vitória. Lá a receptividade foi maior e a demanda de palestras e debates também. Os debates em escolas reuniam 50, 100 professores e mais os estudantes, e foram tan-

tos, que no final já estávamos exaustos. Mas mesmo com todo esse trabalho, a gente tem uma sensação de frustração, porque parece que não atingiu de fato, não teve o resultado que nós esperávamos. Essa é outra questão, o resultado eleitoral não correspondeu ao nosso trabalho: o PMDB arrasou no resultado, teve o Plano Cruzado... Outra coisa que dificultou foi a falta de infra-estrutura: não havia dinheiro para as viagens, para os encontros regionais e nacionais, era tudo na base da boa vontade.

O que se pode ver como resultado foi o surgimento de novas lideranças. Muitas lideranças da Igreja, ou de escolas, assumiram uma postura mais política. Houve esse crescimento em termos de atores, de pessoas, mas não é mensurável, não é palpável em termos de organização. As plenarinas estaduais continuam, mas em Vila Velha as reuniões dependem da presença de pessoas-chave.

A nível de Grande Vitória, conseguimos multiplicar mais lideranças, mas depois da entrega das emendas ninguém mais se dispôs, por falta de tempo. Tentamos conseguir, com a assembleia legislativa, uma infra-estrutura de sala e secretária, que ficou prometida. Mas, de repente, a assembleia criou uma comissão de deputados. Quer dizer, ao invés de cooperar conosco, cria uma estrutura paralela. Isso tudo ajudou a frustrar.

ESTÃO MUDANDO A SUA VIDA											CONTINUA O SEU VOTO		
TEMAS	PDT		PFL		PMDB						PT		
	NELSON AGUIAR	PEDRO CEOLIN	STELIO DIAS	GERSON CAMATA	HÉLIO MANHÃES	JOÃO CALMON	JOSE IGNÁCIO	LÉZIO SATHLER	NYDER BARBOSA	RYTA CAMATA	ROSE DE FREITAS	VASCO ALVES	VITOR BUAZ
40 HORAS SEMANAS													
ESTABILIDADE NO EMPREGO													
REFORMA AGRÁRIA SOB CONTROLE DO TRIBUNAL													
4 ANOS P/SARNEY													
ASSEMBLEIA MUNICIPAL													



– LEI 2.247/85

LEI QUE INSTITUCIONALIZA A PARTICIPAÇÃO POPULAR NA DISCUSSÃO DO ORÇAMENTO MUNICIPAL, APROVADA PELA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA VELHA (ES).

Art. 1º – Fica obrigado o Poder Executivo a discutir anualmente com os Movimentos Comunitários, Associações de Moradores e outras entidades sociais organizadas do município de Vila Velha, a Proposta Orçamentária e obter a aprovação da mesma, antes de seu envio à Câmara Municipal.

Parágrafo Único: a discussão e aprovação da Proposta Orçamentária dar-se-á no período de 90 (noventa) dias antecedentes ao envio da mesma à Câmara Municipal.

Art. 2º – Far-se-á a discussão:

I – Através de 2 (duas) assembleias nas entidades habilitadas, onde:

a) Na primeira:

1. Será verificado o andamento das obras municipais prioritizadas no Orçamento e Plano Anual de Obras Prioritárias do ano corrente;
2. Serão eleitos 3 (três) delegados que irão representá-la nas sessões da Assembleia Municipal do Orçamento.

b) Na segunda:

1. Serão escolhidas as obras prioritárias a nível de comunidade, devidamente orçadas pelo poder executivo municipal; e
2. Através de quantas sessões que se fizerem necessárias da Assembleia Municipal do Orçamento, onde serão discutidos e votados:
 - a) os critérios de reajuste e/ou aumento de impostos e taxas municipais;
 - b) os critérios de rateio dos recursos orçamentários, extra-orçamentários e/ou qualquer outra receita não prevista na Proposta Orçamentária;
 - c) os projetos de investimentos municipais e o Plano Anual de Obras Prioritárias a nível municipal e comunitário;
 - d) a projeção da receita e despesas do próximo exercício apresentada pelo poder executivo municipal; e
 - e) os critérios utilizados para orçar as obras municipais e comunitárias.

§ 1º – Cada comunidade deverá ter entre seus delegados eleitos, no mínimo 1 (um) que seja integrante do Colégio de Representantes do Conselho Comunitário de Vila Velha.

§ 2º – O poder executivo municipal deverá apresentar, nas assembleias comunitárias e de entidades, todas as informações para conhecimento, discussão, avaliação e deliberação das matérias referentes à Proposta Orçamentária.

§ 3º – O poder executivo municipal apresentará, na primeira sessão da Assembleia Nacional do Orçamento, todos os planos, projetos e programas de investimento para o exercício seguinte.

§ 4º – A Assembleia Municipal do Orçamento poderá eleger, dentre seus membros, comissões para estudo e/ou avaliação de dados e/ou projetos que sejam de interesse da mesma.

Art. 3º – Serão componentes da Assembléia Municipal do Orçamento:

- I – os vereadores que estejam exercendo, na época, o mandato legislativo;
- II – os delegados eleitos nas entidades habitadas;
- III – o prefeito do município de Vila Velha;
- IV – os representantes técnicos designados pelo poder executivo municipal; e
- V – a Diretoria do Conselho Comunitário de Vila Velha.

Parágrafo Único: Somente os vereadores e os delegados eleitos nas entidades habilitadas terão direito a voto.

Art. 4º – Fica obrigado o Poder Executivo a enviar, anexados à Proposta Orçamentária, à Câmara Municipal:

- I – as atas de cada sessão da Assembléia Municipal do Orçamento realizada;
- II – a lista de presença referente às sessões realizadas;
- III – as deliberações tomadas;
- IV – o resultado das votações das propostas apresentadas; e
- V – o Plano Anual de Obras Prioritárias aprovado na Assembléia Municipal do Orçamento.

Parágrafo Único: Amplia-se às emendas o que dispõem os artigos 3º (terceiro) e 4º (quarto) da presente lei.

Art. 6º – Esta lei entra em vigor a partir da data de sua publicação, e seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 1986.

Art. 7º – Revogam-se as disposições em contrário.

Anexo II

COMISSÃO CONSULTIVA MUNICIPAL CONSTITUINTE DE VILA VELHA

“CONSTITUINTE SEM POVO NÃO CRIA NADA DE NOVO”

PLEBISCITO/QUESTIONÁRIO/REFERENDUM POPULAR

1. Os congressistas atuais votaram a favor da Constituinte Congressual, onde só os deputados e senadores vão participar da Assembléia Nacional Constituinte. Você defende:
 - () Que o Constituinte, após a aprovação da nova Constituição, continue a atuar como congressista, isto é, deputado ou senador?
 - () Que o Constituinte seja eleito com o mandato exclusivo de elaborar a Nova Constituição?
2. Existem 2³ senadores eleitos em 1982 para mandato congressual de oito anos. Pela emenda aprovada pelo Congresso, eles serão Constituintes “penetras” ou “biônicos” na Assembléia Nacional Constituinte sem novas eleições. Você acha que os senadores “penetras” podem participar da Constituinte, sem novas eleições?

3. O regime ditatorial no Brasil criou uma lei pela qual o Norte e Nordeste, por serem mais influenciados pelo clientelismo das classes dominantes e conservadoras, teriam mais parlamentares na Câmara Federal e, conseqüentemente, mais constituintes. Por exemplo, no Acre, com 8 mil votos se elege um deputado federal. No Rio Grande do Sul e São Paulo são necessários 250 mil a 450 mil eleitores para eleger um deputado federal. É preciso mudar esta lei pela proporcionalidade por habitantes. Você concorda?
() Sim () Não
4. A Assembléia Nacional Constituinte tem poderes TOTAIS para definir o mandato do Presidente Sarney eleito em 1984. Qual a duração que você defende?
() eleições diretas já – 1986 – marcada pelo Congresso atual, duração = 02 anos
() eleições diretas em 1987 – marcada pela Constituinte, duração = 03 anos
() eleições diretas em 1988 – marcada pela Constituinte, duração = 04 anos
() eleições diretas em 1989 – marcada pela Constituinte, duração = 05 anos
() eleições diretas em 1990 – marcada pela Constituinte, duração = 06 anos.
5. O Congresso atual e a Assembléia Nacional Constituinte têm poderes TOTAIS para definir a amplitude dos poderes do Congresso e do Presidente da República. Você defende para o Brasil:
() o regime parlamentarista com mais poderes para o Congresso?
() o regime presidencialista com mais poderes para o presidente?
6. O Referendo Popular é uma consulta à população para ver se aprova ou não partes específicas da futura Constituição, que a Assembléia Nacional Constituinte vai elaborar. E o plebiscito é a mesma pergunta para a aprovação global ou não, da nova Carta Magna. Nós, cidadãos constituintes, podemos lutar:
() para que sejam feitos referendos populares durante a Constituição em 1987
() para que seja feito o plebiscito só no final da elaboração da nova Carta Magna
() para que sejam realizados o referendo popular e o plebiscito.

Anexo III

PROPOSTAS DA 1ª ASSEMBLÉIA MUNICIPAL CONSTITUINTE*

I) ORGANIZAÇÃO NACIONAL

Deverão constar na próxima Constituição mecanismos que assegurem:

a) UNIÃO, ESTADOS, DF, TERRITÓRIOS, MUNICÍPIOS

- autonomia político-administrativa para municípios e estados;
- eleições diretas para todos os níveis nos territórios e DF;

b) PODER EXECUTIVO

- mandato para presidência da República e governadoria de estados e territórios de 04 (quatro) anos;
- diminuição da interferência do executivo sobre os demais poderes; e
- maior controle do executivo pelo poder legislativo;

c) PODER LEGISLATIVO

- Congresso Nacional unicameral;

* Extraídas do "Relatório dos Grupos de Trabalho" in "Relatório Síntese" da Comissão Consultiva-Municipal Constituinte de Vila Velha.

- fim do mandato representativo substituindo-o pelo mandato imperativo;
- mandato para vereadores, deputados estaduais e federais de 02 (dois) anos;
- criação de tribunal popular para julgamento de atitudes, procedimentos, comportamentos dos legisladores;
- período de legislatura anual de 11 (onze) meses, compreendido entre 15 de janeiro a 15 de dezembro;
- subsídios fixos com extinção da parte variável (jetons etc.); e
- perda de mandato do parlamentar que estiver ausente durante 1/3 das sessões ordinárias;

d) PODER JUDICIÁRIO

- direito de acesso a todos os tribunais independente do valor da causa;
- mecanismos que assegurem rapidez processual;
- criação do Tribunal de Pequenas Causas nos municípios baseando-se em índice populacional;
- eleições diretas para juízes de comarcas;
- juízes de tribunais estaduais serão indicados/nomeados pelo poder legislativo estadual;
- Juízes federais serão indicados/nomeados pelo Congresso Nacional;
- acesso de juízes federais aos tribunais superiores mediante concurso;
- extinção da vitaliciedade dos juízes;
- aposentadoria para juízes por critério de idade-limite ou tempo de serviço;
- acesso de advogados à Defensoria ou Promotoria Pública via concurso público aplicado pelo poder judiciário; e
- número de defensores/promotores públicos proporcional ao de habitantes por município;

e) PODER MILITAR

- a função constitucional das forças armadas deverá ser "defesa do país contra agressões externas e auxílio, quando requisitado, à polícia federal no combate ao contrabando e/ou ao tráfico de tóxicos em áreas de fronteira internacional";
- unificação dos ministérios militares com a criação do Ministério da Defesa;
- promoção ao generalato via aprovação/indicação do Congresso Nacional; e
- discussão e deliberação pelo Congresso Nacional sobre: aumento do contingente efetivo, compra e/ou venda de armamentos ou tecnologia militar, instalação de bases militares em território nacional.

II) ORGANIZAÇÃO ECONÔMICA

a) SISTEMA TRIBUTÁRIO

- extinção da tributação indireta;
- aumento da tributação sobre a renda ou lucro;
- criação de tributação progressiva sobre o patrimônio;
- criação de imposto sobre heranças; e
- reversão da atual porcentagem de distribuição de impostos, taxas e contribuições arrecadadas para o município, o estado e a união;

b) SISTEMA ECONÔMICO

- criação de mecanismos que garantam a real avaliação e planejamento do desenvolvimento sócio-econômico da União;
- institucionalização da participação popular em organismos de pesquisa/planejamento da economia da União; e
- institucionalização da discussão/deliberação/pelo povo dos planos de desenvolvimento, orçamento, investimento etc.;

c) FUNÇÃO DA PROPRIEDADE

- o direito à propriedade deverá estar subordinado, em qualquer nível, ao interesse social coletivo;

d) REFORMA AGRÁRIA E URBANA

- desapropriação de latifúndios;
- o pagamento pela desapropriação de latifúndios será feito com Títulos da Dívida Agrária resgatáveis a longo prazo;
- proibição da concentração da posse da terra;
- distribuição de áreas para exploração agropecuária, a nível individual ou coletivo, não superiores a 500 ha;
- proibição da posse da terra com mais de 100 ha para estrangeiros físicos ou jurídicos;
- confisco compulsório de terrenos urbanos usados com o fim de especulação imobiliária; e
- estabelecimento de prazo para construção de moradia em áreas urbanas;

e) ESTATIZAÇÃO E NACIONALIZAÇÃO DE EMPRESAS

- estatização dos setores essenciais da economia como: informática, bancos, exploração de minérios e/ou minerais, serviços públicos (saúde, geração/distribuição de energia, transporte urbano, comunicações), indústria química e farmacêutica;

f) TRANSNACIONAIS

- controle rígido sobre campo e forma de atuação no país;
- remessa de lucros determinada em percentual fixo através de produtos manufaturados ou semi e não através de divisas;
- proibição e punição severa para prática de sub e superfaturamento;
- controle sobre aquisição de tecnologia ultrapassada ou improdutiva ;
- proibição de interferência na política interna do país; e
- não permissão à formação de oligopólios ou manutenção de monopólios;

III) ORGANIZAÇÃO SOCIAL

a) DIREITOS SOCIAIS

1) TRANSPORTE:

- estatização do transporte coletivo urbano sob controle dos trabalhadores;
- que o valor gasto com transporte não exceda a 5% do salário mínimo; e
- planejamento da integração dos transportes urbanos adequados a cada município;

2) MORADIA:

- novo uso e parcelamento do solo urbano com o fim da especulação imobiliária e ocupação de áreas não construídas;
- criação de mecanismos que permitam e garantam a todo cidadão comprar/construir sua moradia; e
- planejamento da expansão urbana;

3) EMPREGO:

- garantia de emprego e estabilidade para todo trabalhador (urbano e rural);
- fixação de diferença entre maior e menor salário;
- seguro-desemprego;
- elaboração de um Código de Direito de Trabalho;
- adoção de pisos salariais para todas as categorias de trabalhadores;
- um único emprego para cada cidadão com remuneração justa e suficiente para manter sua família;
- acesso a cargos públicos mediante exclusivamente concursos públicos; e
- jornada máxima de trabalho semanal de 40 horas;

4) PREVIDÊNCIA:

- aposentadoria por tempo de serviço aos 25 anos;
- atendimento a todo povo, independente de idade, tempo de trabalho, local etc.; e
- participação popular na administração previdenciária;

5) SAÚDE:

- estatização da indústria de medicamentos/vacinas;
- verba definida na Constituição – percentual do orçamento da União, estados, DF, territórios e municípios;
- controle da comercialização de medicamentos;
- proibição de propaganda de medicamentos;
- estatização de todos os serviços de saúde – atendimento preventivo e curativo e corretivo; e
- garantia de saneamento básico e distribuição de água tratada em todos os municípios;

6) ALIMENTAÇÃO:

- a produção e distribuição de alimentos deverão ser prioritárias no planejamento governamental;
- crianças de zero a seis anos de idade e as mulheres gestantes e nutrizes deverão receber da União alimentos que proporcionem a quantidade de calorias e proteínas necessárias ao normal desenvolvimento e a manutenção da saúde do feto, da criança e da mulher; e
- o atendimento ao direito à alimentação será obrigação social prioritária das empresas para com os trabalhadores;

7) EDUCAÇÃO:

- estatização do ensino;
- fim de convênios do poder público com estabelecimentos particulares;
- reformulação geral da educação;
 - período escolar de dez meses;

- ciclo básico obrigatório dos cinco aos 18 anos;
- turno único de dez horas diárias;
- garantia de acesso para toda população aos níveis médio e superior do ensino; e
- institucionalização da participação popular na administração/direta das escolas e aperfeiçoamento de currículos e metodologias a serem adotados;

8) CULTURA:

- garantia de proteção à cultura nacional sob os mais diferentes aspectos: folclore, artesanato, artes, música etc.

9) PRIVACIDADE:

- direito constitucional de defesa contra a violação da privacidade; e
- controle popular sobre bancos de dados;

10) DISCRIMINAÇÃO:

- proibição e punição para qualquer tipo de discriminação ao negro, ao índio, ao homossexual, à mulher, ao idoso, ao estrangeiro, ao deficiente físico;
- garantia da demarcação e autonomia das áreas indígenas;
- direito de representação parlamentar às nações indígenas;
- reconhecimento do direito da auto-determinação das nações indígenas; e
- reconhecimento das línguas-tronco indígenas;

IV) ORGANIZAÇÃO POLÍTICA

a) DIREITOS POLÍTICOS

- todo brasileiro deverá votar inclusive militares e religiosos;
- todo brasileiro poderá ser votado;
- adoção do sufrágio universal;
- concessão de canais de televisão e rádio deverão ser feitos pelo Congresso Nacional;
- garantir o acesso da comunidade aos meios de comunicação existentes, sejam públicos ou privados;
- estabelecer mecanismos concretos de fiscalização sobre a veracidade das informações trazidas a público; e
- o direito coletivo à informação prevalecerá sobre o direito individual da privacidade;

b) DIREITOS INDIVIDUAIS

- proibição de tortura física mental ou de qualquer outra espécie;
- liberdade de expressão;
- liberdade de ideologia político-partidária;
- liberdade de reunião independente de local;
- liberdade de culto religioso;

- liberdade de associação; e
 - que sejam consagrados na nova Constituição todos os artigos referentes aos direitos individuais que constem na Declaração Universal dos Direitos Humanos;
- c) PARTICIPAÇÃO POPULAR
- direito constitucional de participação popular: referendun, plebiscito, iniciativa popular, revogação e veto;
- d) PARTIDOS POLÍTICOS
- igualdade de espaço nos meios de comunicação para todos os partidos; e
 - liberdade de organização partidária;
- e) DIREITOS TRABALHISTAS
- liberdade de associação e formação de sindicatos;
 - autonomia dos sindicatos; e
 - não-ingerência do governo nas negociações coletivas de trabalho;
- item ENCAMINHAMENTO DO MOVIMENTO POPULAR PRÓ-CONSTITUINTE:
- I) A NÍVEL MUNICIPAL
- realização de plebiscito em Vila Velha, consultando-se a vontade popular quanto a questão: Congresso Constituinte ou Assembléia Constituinte única, exclusiva, soberana;
 - realização da II AMC-VV em fevereiro de 1986;
 - criação e fortalecimento da Comissão Consultiva Municipal Constituinte de Vila Velha;
 - reforçar as comissões de bairro;
 - realização de debates nos bairros usando material e documentos tirados na I AMC-VV;
 - envio de telegramas aos congressistas à Assembléia Constituinte;
 - incentivar a discussão dos critérios para escolha dos futuros constituintes. Destaque: que a comissão aguarde o resultado da votação final da Emenda Valmor Giavarina antes da divulgação de nomes dos congressistas que forem contra a Assembléia Constituinte;
 - orientação do povo quanto à posição dos futuros candidatos à Constituinte; e
 - realização de atos públicos para conscientização e esclarecimento da população;
- II) A NÍVEL ESTADUAL
- realização da I Assembléia Estadual pró-Constituinte;
 - realização de manifesto público pela Assembléia Nacional Constituinte;
 - incentivo para realização de AMC em municípios diversos;
 - realização de plebiscito a nível estadual;
 - denúncia dos congressistas contrários à ANC; e
 - fortalecimento da Comissão Estadual pró-Constituinte;
- III) A NÍVEL NACIONAL
- realização de atos públicos pró-Assembléia Constituinte; e
 - realização de plebiscito.

A experiência de São João de Meriti

Márcio Azevedo*



Rogério Medeiros/VIX

São João de Meriti foi uma das cidades em todo o Estado do Rio de Janeiro onde houve um trabalho mais consistente quanto à questão da luta por uma Constituinte soberana e popular. Isso se deu basicamente devido ao avanço do trabalho que há alguns anos vem sendo realizado de forma sistemática e com objetivos políticos claros naquele município, pelo movimento popular.

A 30 km do centro da cidade do Rio de Janeiro, dividido no meio pela via Dutra (que liga o Rio a São Paulo), está São João de Meriti. É um pequeno ponto, que aparece no mapa do Brasil, apenas por ter uma das maiores densidades demográficas do país, pois sua extensão territorial é de

34 km². E sua população já beira os 700 mil habitantes. É um município essencialmente urbano, sem nenhuma área rural, principalmente por não haver espaço. Sua população é composta por nordestinos (vários estados), mineiros (MG), capixabas (ES) e uma minoria de pessoas nascidas no município. Não é caracterizado pelas atividades industriais; a área de maior concentração empresarial é o comércio e já foi mais de uma vez usada de forma caricatural a expressão "cidade do amor", devido ao excessivo número de motéis de alta rotatividade instalados no município.

Grande parte da população economicamente ativa trabalha em outros municípios e a média de renda mensal da maioria das famílias fica entre um (1) e três (3) salários mínimos, caracterizando o município como cidade proletária.

Os serviços e equipamentos urbanos praticamente inexistem. As condições de vida nos bairros são muito ruins e as pessoas vivem em total pre-

* Esse relato é de autoria de Márcio Azevedo que foi presidente do Comitê Constituinte Municipal (85-86) a partir de conversas com Sérgio Bonato, atual presidente da ABM (Federação das Associações de Moradores de São João de Meriti), e com Jorge Florêncio, técnico da FASE e membro do Comitê de Saneamento da Baixada Fluminense.

cariedade; na visão de quem gosta do município, ele é muito bonito e necessita ser equipado e mais bem planejado para que os moradores passem a se sentir bem residindo ali.

Cantada em verso, prosa e sangue pelo mundo afora, a Baixada Fluminense na visão de muitos é um local em que as pessoas, para sair às ruas, têm de andar em ziguezague, se esquivando das balas que o tempo todo são cuspidas dos revólveres e escopetas de policiais, criminosos e policiais-criminosos.

Mas não é só esta a imagem que se tem da Baixada Fluminense: ela é considerada como o maior bolsão de pobreza do país e lá se acotovelam quase quatro milhões de pessoas; a Baixada, com seus quatro municípios (São João, Nilópolis, Nova Iguaçu e Duque de Caxias), é um extrato da realidade brasileira: oligarquias dominantes, péssimas condições de vida e trabalho, insegurança, des-caso do poder instituído, grande maioria de pobres e miseráveis, pouquíssimos ricos e as lutas da população para reverter este quadro . . .

A Baixada Fluminense é tudo isto e também calor humano, solidariedade, vontade de viver melhor e ser feliz . . .

Os movimentos de moradores organizados em três federações, **ABM** (Federação das Associações de Moradores de São João de Meriti), **MUB** (Federação das Associações de Moradores de Duque de Caxias) e **MAB** (Federação das Associações de Moradores de Nova Iguaçu) são hoje poderosos instrumentos de mobilização e pressão da população organizada. Este poder aumenta à medida que, em algumas lutas, as federações têm unificado sua atuação, tais como a questão do saneamento e, mais recentemente, da habitação.

João Marçal Bodé de Moraes



Organização política da população

Sérgio Bonato, presidente da Federação das Associações de Moradores de São João de Meriti, diz:

“Tivemos um papel muito importante nesta questão da Constituinte, porque quando surgiu a discussão no início de 85, achamos que deveríamos levá-la para dentro do movimento popular. Normalmente os companheiros das associações de moradores têm sua preocupação mais voltada para as questões do dia-a-dia: água, esgoto, problemas de luz etc. Mas achávamos que era uma grande oportunidade de trabalhar esta questão das lutas mais amplas. A resposta foi surpreendente, pois as pessoas conseguiam fazer a ligação entre os

problemas imediatos e a luta por uma Constituinte livre e soberana. Houve muito interesse de discutir, pois o pessoal entendia que sua luta por melhores condições de vida deveria se travar em várias frentes e poder influir na legislação, sem dúvida, seria importantíssimo.”

O relato do presidente da ABM ajuda-nos a iniciar, colocando a cronologia do trabalho de constituinte que fizemos.

Durante o ano de 85, a partir de março, começamos a fazer discussões localizadas no município sobre a questão da Constituinte. Naquela época o Sarney havia enviado para o congresso o

projeto de convocação da Constituinte. Resolvemos discutir com o movimento popular, com a Igreja e com as comunidades, o que era Constituinte, como ela seria feita e como a gente poderia interferir nesse processo.

Começamos a fazer debates nos bairros, nas comunidades, debates em tudo que foi lugar possível. Procuramos capacitar algumas pessoas que teriam condições de estar intervindo diretamente aqui no município, sem que precisássemos ficar trazendo pessoas de fora para falar sobre isso.

Começamos a capacitar algumas pessoas como monitores que tivessem condições de ajudar na discussão. A partir daí Dom Mauro Morelli (bispo da Diocese de Duque de Caxias e São João de Meriti) propôs o lançamento de uma campanha nacional pela Constituinte livre e soberana, com participação popular. A fundação do comitê Constituinte aconteceu em Duque de Caxias.

Nós de São João participamos do ato e surgiu a idéia de criar um comitê Constituinte Municipal.

O Diretório do PT (Partido dos Trabalhadores) decidiu tomar a dianteira e convocou uma reunião com todos os partidos e entidades. Na primeira reunião só foram três entidades e decidiu-se pela convocação de outra reunião. Daí em diante as coisas começaram a andar. Esta primeira etapa — primeira não, segunda pois já estavam acontecendo os debates na base — culminou com o lançamento do Comitê Constituinte Municipal, no dia 13 de setembro de 85, na sede da ABM.

Havia mais de 200 pessoas presentes. Contamos também com a presença de Dom Mauro, Francisco Alencar (na época, presidente da FAMERJ),

do prefeito José Cláudio e outros representantes de entidades. As discussões, debates e reuniões continuaram com mais ânimo. Estruturamos o comitê com um presidente, um secretário, um tesoureiro e um secretário-executivo. No final de outubro, realizou-se o 2º Congresso da ABM, que tirou como prioridades, a nível de luta específica, o saneamento básico e, a nível de luta geral, a Constituinte. Isso reafirmou dentro do movimento popular a necessidade de discutir esta questão.

No final de 85, nosso ânimo arrefeceu um pouco à medida que foi aprovado no Congresso Nacional o projeto do Sarney de Constituinte não-soberana, de Congresso Constituinte ao invés de Assembléia. Em Brasília, ficamos quase uma semana, companheiros de vários pontos do país, pressionando os deputados, para aprovar uma proposta mais democrática, mas eles não aceitaram.

Em fevereiro de 86 retomamos o trabalho, buscando táticas para enfrentar a conjuntura adversa do momento. Nesta mesma época Dom Mauro havia tomado a iniciativa de articulação do Movimento Constituinte Fluminense, que buscava unificar no estado a luta pela Constituinte. O que tínhamos claro era que não podíamos ficar de braços cruzados e algumas de nossas iniciativas seriam:

— fazer debates sobre temas constitucionais específicos, tais como reforma agrária, saúde, questão tributária, questões econômicas etc.;

— trazer candidatos progressistas para discutir suas idéias e propostas com a população; e

— realizar um Congresso Constituinte Municipal.

O Congresso Constituinte Municipal

Com este congresso visávamos tirar uma proposta de Constituinte alternativa para o povo brasileiro, a partir do município de São João de Meriti, da visão dos moradores daqui. Criamos uma comissão para pensar a dinâmica de realização do congresso. Definiu-se que qualquer entidade, formalizada ou não, poderia, a partir de reunião exclusiva para este fim, tirar propostas e delegados para o Congresso Constituinte.

Tínhamos dúvidas se isto seria um elemento mobilizador, pois era ano eleitoral e as preocupações de muitos centravam-se apenas no eleger seus candidatos. Estas dúvidas acabaram quando nos dias 16 e 17 de agosto de 86, data do congresso, tivemos um comparecimento em torno de 400 pes-

soas. Tivemos o comparecimento de quase todos os partidos políticos do município mandando delegados, todas as associações de moradores mandaram delegados.

Todas as entidades populares e até entidades não populares se preocuparam em se fazer presentes no congresso, e foi um negócio bastante animado. Foram dois dias de discussão intensa em que conseguimos tirar duas coisas como elementos principais: uma que foi a carta aos constituintes (anexo 4, pág. 40); é uma carta que a gente chamou de carta-compromisso, com alguns tópicos, alguns pontos que a gente achava fundamentais que aqueles "caras" que eram candidatos se comprometessem.

A segunda coisa importante do congresso foi tirar um conjunto amplo de propostas para uma nova Constituição brasileira, a partir de setores populares. Não conseguimos dar um corpo, vamos dizer, um corpo jurídico elaborado, mas foi um conjunto de propostas bastante interessante que fizemos questão de utilizar mais tarde, nas lutas que levamos. E, a partir do congresso, tínhamos colocado como uma preocupação as eleições, pois discordávamos daqueles que ingenuamente achavam que as lideranças comunitárias não deveriam se envolver nas eleições. Em várias partes do estado havia companheiros que se negavam a discutir nomes por achar que isto passaria uma imagem de atrelamento dos movimentos. Discutíamos em São João que o movimento popular, a ABM, as associações não podiam se posicionar — embora houvesse clareza de que não se devia votar em candidatos da direita — mas as pessoas, as lideranças tinham mais era que ir pra rua defender o nome de candidatos que estivessem realmente comprometidos com a luta do povo e constituí-los.

O Bispo Dom Mauro colocava as coisas de maneira mais clara:

“É preciso que o povo se constitua! O que é o povo se constituir? Primeiro é importante localizar que, der o que der a Constituinte, nossa luta não pára; segundo, é que a partir da consciência que as pessoas vão formando fica patente que continuarmos acomodadas nada resolve. Constituir-se é se sentir cidadão e brigar por isto. E isto não se esgota com uma carta constitucional. Vai muito além das leis burguesas, até porque não podemos esperar muito desta Constituinte. É preciso que a

gente não se iluda demais para não ficar frustrada demais. Precisamos continuar levando nossas lutas do dia-a-dia com convicção. A luta pelo saneamento, embora pareça por demais imediata é uma luta estratégica. Os três congressos da ABM tiraram como prioridade esta questão. Amplos setores do movimento popular estão empenhados nesta luta...”

E é importante ressaltar que, na época da coleta de assinaturas para as emendas populares à Constituinte, as emendas que mais circularam em São João foram as do saneamento básico e reforma urbana.

Existe um outro dado a ser considerado que é como fica a continuidade do trabalho que fizemos. Aí entramos na segunda parte deste artigo. Mas, antes é bom ler o que o Sérgio Bonato coloca sobre o andamento da Constituinte:

“... Os companheiros nos cobram, querem saber como estão as coisas na Constituinte. Mas sabemos que dada a correlação de forças, os avanços possíveis não são muitos. De qualquer maneira vejo como algo muito importante que tenhamos uma intervenção direta na questão da Constituição Estadual e na da lei orgânica dos municípios. Acho que as coisas importantes, as propostas que levantamos e que não passarem em Brasília, devemos utilizá-las para pressionar os deputados estaduais e os vereadores, pois são bandeiras da população e exigí-las sempre faz parte da continuidade da luta mesmo que não tenham sido aprovadas em Brasília.”



Liderança social e representação política

Os passos dados por nós nos últimos anos, principalmente no período eleitoral de 85/86 foram importantíssimos para nossa caminhada, para o movimento popular. Por quê? Existe uma série de lideranças emergentes que a cada luta se constituem, recuperando sua cidadania. Este é um progresso difícil.

Essas lideranças que estão surgindo no movimento têm uma dificuldade muito grande de conceber passos mais avançados. No período da discussão da Constituinte e no período eleitoral existe, inclusive, uma unidade em todo o movimento de São João com relação ao processo eleitoral. O nome do Ernani Coelho (PT-RJ) é apoiado por todo o conjunto do movimento; nisso não tem divergências. Você pode não ter recursos, você pode ter dificuldade, pode não ter bandeira, carro pra ir pra rua, mas você tem uma unidade que é importante. Uma outra coisa é que os bairros em São João fizeram seus seminários, independente às vezes do próprio comitê. As Igrejas fizeram suas discussões. Essa coisa corria pelo município mesmo que não estivesse tão afinado em termos de organização. E uma coisa que se vê em São João é que é o único município, praticamente, onde aquelas antigas lideranças que vêm manipulando, que vêm se elegendo nos últimos vinte, trinta anos, todas elas são derrotadas. Grandes nomes, os grandes empresários que podem se considerar do município, eles não vão se eleger e vão se eleger três candidatos que são candidaturas novas. Mesmo que tivessem concepções ideológicas diferentes, tinham uma mensagem nova, tinham pelo menos uma mensagem de mudança. Uma mensagem que se voltava pra essa questão da nova Constituição, que se voltava pra questão da organização, mesmo que depois das eleições nem todos eles vão se comprometer de fato com essa organização.

São João de Meriti fez um voto, sem dúvida, oposicionista à Nova República. O voto da população buscava uma novidade, mudanças. Os três deputados estaduais eleitos, de certa maneira, expressam isto: Ernani Coelho — PT, sindicalista, um companheiro que ajudou a fundar várias associações de moradores; Carlos Correa — PDT, já tendo passado pelo PT, se elegeu ajudado pela prefeitura; Domingos Freitas — PL, nunca havia tido, como os outros, nenhum mandato. Realmente a população quis expressar algo de novo.

Para demonstrar isso tivemos a eleição do Ernani Coelho, principalmente; sem dúvida alguma refletiu esse avanço, que também foi importante para a eleição do Carlos do PDT e mesmo a eleição do Domingos de Freitas, mesmo estando no PL, sendo um "cara" conservador. Domingos de Freitas



João Marçal Bodé de Moraes

é um tipo diferente de político conservador, por isso, não necessariamente era encarado como aqueles outros. Essa mudança na eleição de deputados estaduais e a presença do Ernani foi importante, porque o Ernani, pelo menos, vinha do movimento. Isso faz com que as lideranças do movimento passem a acreditar em si mesmas. Porque foi possível eleger um deputado que não tinha recursos, um "cara" que estava no município, que estava nos bairros, que não tinha estrutura que os outros tinham, que pelo menos isso os outros dois, que foram eleitos, tiveram, um mínimo de estrutura na rua.

Ernani era um candidato do papel na mão, panfletinho e muita conversa. E na verdade ninguém conseguiu emprego ou resolveu um problema pessoal. É um negócio que sempre o pessoal não acredita. Até que o pessoal dizia: "não, tudo bem"... e as próprias lideranças intermediárias que estavam na campanha tinham uma certa dúvida, até porque estão habituadas a ver ganhar quem consegue ter todo aquele aparato de *marketing* e tal.

E a gente vê aqui no movimento as associações de moradores saindo do movimento eleitoral, as lideranças que surgiram, elas passaram realmente a ter uma preocupação enorme com estudo, em avançar politicamente. Tanto é que da diretoria da ABM passada, você vai ter sete ou oito lideranças que são candidatos a vereadores. É importante que o município, que sempre esteve dependente, que nunca teve suas lideranças próprias, começa a ter a chance de ter pelo menos três, quatro vereadores numa Câmara, que são populares e que inclusive vão mudar um pouco o perfil da representação municipal.

A queda do prefeito de S. J. de Meriti

Existe um outro fator que devemos levar em conta para refletir sobre o avanço do movimento popular e das lideranças do município: em 82, com a eleição de Brizola para o governo do estado vários ilustres desconhecidos se elegeram para algumas prefeituras, já que o voto era vinculado. Entre estes estava o prefeito de São João, Manuel Valência, de origem desconhecida. Desde o início do seu mandato o movimento tentou negociar, mas o cara além de corrupto era um "palhaço", pois sequer sabia falar em público. À medida que a população começou a perceber que havia no governo um sistema de corrupção exacerbado, visível, iniciaram-se as pressões. Combinamos as formas de luta: pressionávamos o governo do estado e ridicularizávamos o governo municipal. Fizemos uma passeata com uma jaula e um boneco dentro dela que era o prefeito. No final tocamos fogo na jaula. Em outra

ação, enchemos de lixo a entrada da Câmara de Vereadores, pois eles se recusavam a tirar o prefeito. E neste processo nós também interferimos, e propusemos o nome do vice-prefeito para interventor.

É Sérgio Bonato quem afirma que:

"Indicamos o Zé Cláudio como interventor porque, de certa forma, ele tinha uma participação direta, quer dizer, estava presente em algumas assembleias do movimento. Na hora de o governador indicar o interventor, a gente pressionou e disse o seguinte: se for para indicar um interventor, que pelo menos seja alguém que foi eleito e que tenha um mínimo de compromisso com a população."

Mudança política na Baixada Fluminense

João Marçal Bodé de Moraes



Nós nos sentimos à vontade para afirmar que em São João não houve apenas algumas conquistas políticas importantes, mas uma mudança na correlação de forças locais afetando vários setores, inclusive a prefeitura.

Aquele bloco histórico que vinha se mantendo no poder foi de certa forma afetado. Claro que há muitos problemas e dificuldades depois. O próprio deputado Carlos Correia, ele tem uns compromissos, que a gente discorda, com setores dominantes

da sociedade. Ele faz algumas políticas mais tradicionais, nos moldes tradicionais, ainda não rompeu com isso. Não é deputado que a gente pode dizer que é popular, não é um deputado comprometido totalmente com o movimento, que leva as bandeiras do movimento. Mas eu acho que ele permite alguns avanços, não tem dúvida. Isso de dizer: é a mesma coisa Carlos Correia, Domingos de Freitas, Ernani Coelho, não é correto, houve um corte claro. Esse corte dá pra perceber. E quase que foi uma surpresa pra Baixada toda. Quando se diz: São João tem três deputados . . . Como é que conseguiu isso sendo que Nova Iguaçu com toda máquina das clínicas, colégios particulares; Caxias que sempre mandou na política da Baixada também investiu todo um dinheiro, recursos e quase que seus candidatos não são eleitos.

Quer dizer, houve essa surpresa de São João de Meriti: de repente, três deputados surgem. Da Baixada e de São João de Meriti; quer dizer proporcionalmente São João produziu um fenômeno na medida em que a Baixada . . . mesmo os políticos tradicionais não conseguiram se indicar, se sobrepor à máquina partidária a nível estadual dos seus partidos. Mesmo a direita da Baixada não foi

capaz de se afirmar frente à direita do estado. E aí é bom levar em conta também que a nível de deputado federal Constituinte, em São João, o Vivaldo Barbosa (PDT) teve uma votação expressiva, o Luiz Alfredo Salomão (PDT) teve uma ótima votação e a Benedita da Silva (PT) também teve uma boa votação. Por isto, por este quadro concluímos que o setor de esquerda, centro-esquerda teve uma predominância clara a nível de deputados federais em São João.

Estes dados são indicadores de que São João vem se consolidando como um pólo político da Baixada Fluminense, assim como no passado foi Nova Iguaçu e depois Caxias. A luta por saneamento básico, por exemplo, começou em São João e depois se ampliou com Caxias e Nova Iguaçu. Eles também brigavam por saneamento, mas estávamos desarticulados e aí os convidamos à unificação em torno de uma luta que era comum. Isto nunca tinha acontecido e porque tomamos a iniciativa passamos de certa forma a ser a referência. Dom Mauro coloca e nós do movimento popular concordamos que a Baixada tem um papel fundamental não só a nível de estado, mas do país.

Movimento popular urbano e partido político

Nos últimos dez anos o movimento popular do Rio de Janeiro teve todos os elementos para fazer uma nova análise, uma teoria mesmo; que os próprios partidos não tiveram uma teoria específica para esse tipo de movimento popular. Por exemplo, o movimento sindical tem toda uma teoria acumulada sobre seu papel, agora o movimento urbano, o movimento popular, ele tem uma expressão diferente que os próprios partidos têm dificuldade de colocar como programa.

O que a gente vê aqui em São João ocorre a nível do próprio PT. A diferença do PT de São João e o PT de outros lugares é a seguinte: a maior parte das lideranças que hoje são do partido, até aquelas que o Jorge colocou, são candidatas a vereador e tal, elas não começaram a sua formação assim primeiro no nível partidário com toda aquela estrutura histórica e ideológica e depois vão pro movimento pra tentar trabalhar essas questões do partido dentro do movimento.

O que acontece é o contrário. As pessoas vêm primeiro pro movimento. O movimento atrai essas pessoas e as pessoas, depois, percebem que têm um partido com uma certa identidade com as propostas do movimento e ingressam no partido e passam a fazer uma formação, todo um trabalho dentro do partido, e ao mesmo tempo no movimento. Há essa relação muito próxima. Isso a gente percebe muito

claro. A direita nos critica nisso dizendo que a ABM é do PT. Mas não é porque a pessoa vem pra cá com as propostas do partido porque o partido discutiu isso, elaborou isso e tal, e agora o movimento vai ter . . . não, isso é porque justamente é até difícil você conseguir posições de partido.

Nós tivemos agora nosso Congresso da federação, nós estamos miscigenados partidariamente, assim, a chapa que a gente queria fazer pro congresso da ABM, a gente queria colocar pessoas de vários partidos diferentes e foi até muito complicado encontrar lideranças comprometidas, lideranças que estivessem fazendo um trabalho realmente no bairro e de outros partidos que não do PT. Então a gente teve que colocar uma maioria que são pessoas ligadas ao PT, e entraram também pessoas do PDT e do PC do B.

Para o presidente da Federação de Moradores de São João de Meriti hoje a questão que se coloca é a seguinte:

“A gente está teorizando um pouco mais, pois sabemos que o princípio básico é a autonomia do movimento, autonomia do partido, e que cada um tem o seu papel, então a gente defende essa teoria que alguns não defendem. Mas achamos que isso precisa avançar mais.”

Priorizando o movimento popular

Em vários momentos da vida política do município priorizávamos o movimento popular em detrimento de priorizar o partido. Avaliamos que, se por um lado o partido não cresceu tanto quanto poderia à medida que não o priorizamos, por outro lado se o movimento popular não cresce como cresceu, o partido também não teria alcançado o crescimento que tem hoje. Então é uma relação superdialética que é difícil até de você separar essas duas coisas. É muito interessante, porque sempre

temos uma preocupação muito grande de não estar atrelando, de garantir que está havendo autonomia realmente do movimento. Estávamos deixando que o movimento tomasse as iniciativas.

Um outro aspecto importante é o fato de outros partidos não participarem na construção das associações. Isto acontece, não porque eles não tenham espaço, mas por uma questão de opção, de prática política deles.

A formação política diferenciada

João Marçal Bodé de Moraes



A formação política é uma das nossas prioridades de trabalho. A partir dos diversos níveis de consciência dos companheiros vamos criando cursos que buscam elevar a capacitação política do maior número de pessoas possível.

“É nessa formação de massas, segundo Jorge Florêncio da FASE, que a gente acredita;” que sempre foi colocada como teórica, ela tem na prática acontecido. É claro que a gente diferencia níveis. É preciso diferenciar níveis. Acho que existe alguns companheiros que já têm uma caminhada, que têm uma clareza maior, têm um tipo específico de formação, de reflexão, discussão.

E há outros companheiros que estão começando ou alguns que já assumem alguma liderança, que é preciso trabalhar esse nível intermediário. E há

outro pessoal que a gente coloca que está na massa mesmo, na base, começando a perceber que uma associação é importante; então você tem que dar o be-a-bá mesmo, o be-a-bá da política, da democracia, aquelas coisas mínimas. O que é uma democracia, como é que ela se exercita na prática . . . então a partir do momento que se separa esses níveis, acredito que é possível que as pessoas vão para uma luta, para um plenário com um mínimo de clareza daquilo que estão querendo, formando um grupo de lideranças de frente, discutindo e colocando as idéias de uma forma mais clara.

Estamos buscando também descentralizar esses cursos. No início a gente fazia cursos mais centralizados na sede da ABM, e aí a gente foi vendo que à medida que você consegue descentralizar, fazer cursos nos bairros, você amplia o le-

que, atinge mais pessoas, você consegue mobilizar mais. Porque a pessoa que está começando a participar do movimento popular tem dificuldade de sair do bairro dela para outro bairro, mas se for pertinho da casa dela, ela vai, ela consegue se deslocar. Então a partir disso aí a gente está conseguindo, cada vez mais, fazer formação nos bairros.

Para o Jorge, educador popular, "tem um outro fator de formação que consideramos privilegiado que é a prática cotidiana do movimento. Pois o tempo todo as discussões propostas quanto às questões municipal e nacional vão para as associações e depois retornam às instâncias de direção da ABM enriquecidas pela prática diária de cada um".

A busca de Alternativas

O poder institucional no município oferece umas brechas e à medida que nos posicionamos buscando alargar estas brechas, abrindo maiores espaços, sabemos que estamos claramente avançando no sentido de nos caracterizarmos cada vez mais como poder alternativo.

A cada passo nos colocamos diante da necessidade de democratizar ao máximo as instâncias de poder. Isto não significa jogar no lixo a prefeitura, tanto é que temos clareza da importância de eleger alguns candidatos para a Câmara de Vereadores que sejam expressão do movimento popular.

A luta no município de São João de Meriti, da ABM, da Igreja, das associações, dos partidos no último período caminhou com duas pernas: a questão geral nacional, a Constituinte, e a questão municipal dos enfrentamentos pelo poder político local.

A questão estratégica é que não estamos realizando nosso trabalho político na base do voluntarismo. Temos muito claros nossos objetivos. E aí o

Sérgio Bonato, presidente da ABM, fechando esta matéria, explica isto:

"... A gente acredita na concepção de que o movimento popular não deve ser um movimento puramente reivindicativo, não deve simplesmente no município fazer o papel de estar apenas pressionando o poder público. A gente acha que fundamentalmente o papel do movimento popular é de influir decisivamente na gestão da cidade. A gente acredita que sem isso descaracterizaria o movimento popular enquanto um movimento que busca com que os trabalhadores assumam de fato, que a população assumam de fato a gestão dos serviços que lhe são devidos, que ela tem que ter a medida dos impostos que paga no município.

O município é uma célula do poder geral aí constituído. Então a gente acha que na medida em que se interfere por dentro da célula, no município, você pode no processo político interferir no poder do estado e no poder federal."



1º CONGRESSO CONSTITUINTE MUNICIPAL

São João de Meriti – RJ

CARTA COMPROMISSO

Nós, no 1º Congresso Constituinte Municipal, reunidos nos dias 16 e 17 de agosto, com 230 delegados presentes, representando 27 associações de moradores e 30 entidades (sindicatos, partidos políticos, igrejas, CIMIs, conselho comunitário de saúde, associações profissionais etc.), debatemos e aprovamos um conjunto de propostas para a nova Constituição brasileira. Firmes na esperança de que a nova Constituição possa trazer um avanço nas condições de vida do nosso povo, queremos registrar as bases de um compromisso dos candidatos à Constituinte com este congresso.

Acreditamos que a única forma de concretizar este avanço, é garantir a participação popular no processo de discussão e aprovação da nova Constituição. Afirmamos também nosso compromisso com a "Plenária Nacional Pró-Participação Popular na Constituinte", cujo objetivo é de participar decisivamente no processo constituinte que se expressa através do slogan "CONSTITUINTE SEM POVO NÃO CRIA NADA DE NOVO".

- 1 – Inseridos dentro da realidade do município de São João de Meriti, Baixada Fluminense, com as angústias, sofrimentos e esperanças do nosso povo, vivemos as conseqüências das contradições da ordem política, econômica e social, adotadas pelo Estado.

Nossa união é nossa força e nosso compromisso é nossa esperança que melhores dias virão. Essas são as bases que mantêm de pé nossa alegria e vontade de viver.

- 2 – Estamos diante de um momento decisivo para a vida de nosso povo, no qual nos deparamos com o confronto entre forças que de um lado querem manter tudo do jeito que está, continuando a beneficiar as minorias privilegiadas de um modelo econômico concentrador e injusto, e de outro lado, os que lutam por uma sociedade democrática, construída sob as bandeiras da justiça social e da liberdade.
- 3 – O projeto liberal-conservador se mantém na vanguarda do processo de transição do regime de ditadura imposto ao povo brasileiro durante 21 anos, mudaram alguns homens do poder, alguns canais de expressão da sociedade foram abertos, mas a prepotência, a arrogância e oportunismo sempre conviveram ao lado de algumas reformas que se concretizaram.

A estrutura da sociedade continua a mesma e as mudanças realizadas na economia foram para preservar a velha estrutura, sem alterar, no entanto, a divisão sangrenta e injusta dos poucos privilegiados que se beneficiam deste sistema e a grande maioria da população permanece à margem deste processo.

- 4 – O processo democrático, conduzido por aqueles que se comprometem na construção de uma sociedade justa e igualitária, é desenvolvido no dia-a-dia dos movimentos populares, sindicais, pelas associações de moradores, sindicatos, Igrejas, entidades e partidos políticos comprometidos com as lutas populares.

Nossa luta é para fortalecer este projeto, e devolver ao povo aquilo que lhe foi usurpado: direito à vida. E isso passa pela crença e luta por uma democracia que não seja limitada à escolha de representantes, mas apoiada na participação popular e a serviço da vida. É a vez das classes populares, oprimidas e exploradas, transformarem suas bandeiras em projeto político e organizadas, lutarem para torná-lo realidade.

- 5 – O poder constituinte pertence ao povo. Há que se reconhecer efetivamente a soberania popular. Só assim poderá ser garantido que todo poder emana do povo e em seu nome e proveito será exercido. Toda organização de poderes dentro da sociedade tem por finalidade última assegurar a todos, condições de vida digna e feliz.
- 6 – A imposição de um Congresso Constituinte, ao invés de uma Assembléia Nacional Constituinte, exclusiva, com participação popular, foi uma manobra de autoritarismo do governo da "Nova República". As oligarquias conservadoras se organizam e usam todos os meios, para elegerem seus representantes com maioria absoluta no Congresso, e minimizar perante a opinião pública a importância da Constituinte.

- 7 – Um de nossos objetivos é eleger deputados constituintes comprometidos com nossa luta e com o projeto democrático, opondo-se ao projeto liberal-conservador, através da formação de um bloco de constituintes.
- 8 – Esse processo se inicia com a busca, até esgotadas as possibilidades, por abrir canais diretos de participação popular na Constituinte. Ao mesmo tempo, tem de servir para desenvolver uma consciência de CIDADANIA na população brasileira.
- 9 – Nosso compromisso, por isso, se expressa na luta por fortalecer as organizações populares, garantindo sua autonomia e participação nos destinos da Nação.
- 10 – No aspecto econômico propomos a mudança da organização econômica, com o objetivo de propiciar uma distribuição de renda mais igualitária, garantindo a todos o direito à propriedade, tendo essa um caráter social.
- 11 – As reformas agrária e urbana sob o controle dos trabalhadores são urgentes e imprescindíveis para a promoção desta justiça social.
- 12 – Deve haver uma melhoria real do poder aquisitivo dos trabalhadores, uma vez que o Plano Cruzado, como se constata na prática, “não deu certo”. A população foi induzida ao “consumismo” e verificou-se que a política do plano econômico mostrou claramente que a crise de abastecimento dos gêneros de primeira necessidade favoreceu o ágio e os grandes especuladores.
- 13 – O papel das atividades voltadas para o lucro, bem como os serviços públicos devem ter suas funções definidas para o bem social. Os trabalhadores devem participar no lucro das empresas e os serviços públicos devem ser garantidos pelo Estado, com acesso universal e gratuito, e gerenciados com a participação da comunidade.
- 14 – O município deve ser a base político-administrativa da nação, deve ter plena autonomia e garantia à participação da população em todos os níveis administrativos.
- 15 – As organizações populares, sindicais e político-partidárias, devem ter autonomia. Devem também ser garantidos os direitos de fiscalizar, cobrar e controlar o poder público, sendo o canal de participação que efetivamente garanta a democracia.
- 16 – É impossível pensar numa sociedade democrática, onde existem informações que apenas uma minoria dominante conhece. Nossa proposta é pela extinção de organismos de informação com finalidade repressiva (ex.: SNI). O poder público em todas as suas instâncias deve informar à população o que está sendo feito: planos, orçamentos, prestação de contas, etc.
- 17 – A mulher, o negro, o índio e outros segmentos discriminados terão seus direitos plenamente reconhecidos pela sociedade; e que qualquer discriminação seja considerada crime inafiançável.
- 18 – A luta na sociedade é a luta do capital contra o trabalho, da opressão contra a liberdade. Nossa proposta é que a Constituinte reconheça a primazia do trabalho sobre o capital.
- 19 – O Estado tem uma grande dívida social com o povo brasileiro. A consequência de todos esses anos de governos impopulares foi a miséria, a marginalização e a morte de milhões de brasileiros.

A nova Constituição deve reparar esta dívida, deve ouvir os clamores da população.
- 20 – Esta carta é um compromisso com as propostas concretas que foram feitas no Congresso Constituinte Municipal, é um compromisso com o povo meritiense.

É um compromisso por um Brasil novo, com democracia participativa, e com um povo digno e feliz, assumindo a sua plena condição de cidadão.
- 21 – Quem assinar esta carta, se compromete a lutar por estas propostas. É um compromisso sério e concreto. Aqueles que desrespeitarem este compromisso serão publicamente denunciados, sofrendo todas as sanções possíveis que o movimento organizado puder concretizar.

POR UMA CONSTITUINTE LIVRE, DEMOCRÁTICA E SOBERANA.

CONSTITUINTE SEM POVO NÃO CRIA NADA DE NOVO.

São João de Meriti, 17 de agosto de 1986.

Congresso Constituinte Municipal

Projeto Educação Popular para a Constituinte

Que "Educação Popular" para a Constituinte?

Cesar Caldeira*

Este depoimento pessoal visa chamar a atenção dos interessados em comunicação e formação política sobre três problemas encontrados na elaboração e execução do **Projeto Educação Popular para a Constituinte**. O primeiro problema está na **delimitação dos objetivos** do projeto; o segundo, na **escolha de uma metodologia** adequada para os objetivos do projeto e compatível com os recursos humanos e materiais disponíveis. E o terceiro, na escolha de uma **articulação política** para assegurar os interesses que o projeto apóia.

O projeto

O apoio financeiro de uma fundação católica estrangeira tornou possível a organização de uma rede de entidades não-governamentais (laicas e confessionais) que opera desde o final de 1985. Participaram, ou ainda participam, do projeto as seguintes entidades: CEDAC, CEDI, CPO, CPT, FASE, IBASE, ISER, PACS/CENPLA e SEP.

Objetivos do projeto

O projeto vem publicando um boletim chamado **Por um Povo-Constituinte** desde maio de 1986. O próprio título do boletim evidencia o propósito de se "lutar por uma ativa participação popular nos trabalhos de elaboração da nova Constituição".¹ O boletim afirma também que "acredita que o povo brasileiro é capaz de vir a constituir-se a si próprio enquanto sociedade democrática e nação soberana".²

Esta potencialidade — tornar-se um "povo-constituinte" — precisa, no entanto, ser deliberadamente realizada. "Para isto ser possível, é necessário desenvolver-se uma **consciência de cidadania**, capaz de traduzir-se em propostas relativas aos direitos individuais e sociais do cidadão, e as instituições e políticas governamentais que viabilizem tais

direitos; e em formas de organização capazes de exercer uma pressão eficaz e permanente em favor da aprovação e do cumprimento daquelas propostas feitas pelo Estado e pelas diversas instituições da sociedade".³

A contribuição do projeto para o desenvolvimento da consciência de cidadania e de formas de organização política adequada para "pressão popular" se daria através dos seguintes meios:

— "realização de cursos e seminários de capacitação de iniciadores e de multiplicadores do trabalho em torno da Constituinte, junto a grupos de base, sindicatos, associações profissionais e de moradores, dioceses etc.;

— produção de subsídios didáticos — textos, audiovisuais e assessoramento — dirigidos aos iniciadores e multiplicadores;

— subsídio financeiro para algumas atividades educativas organizativas pelas próprias organizações da sociedade, de acordo com critérios de seleção estabelecidos pelo projeto; e

— apoios específicos na articulação do movimento constituinte popular a nível local, municipal, estadual e nacional".⁴

* Advogado, professor de Direito da Faculdade Cândido Mendes-RJ.

1. **Por um Povo-Constituinte**, nº 1, maio de 1986, p. 1.

2. *Idem*.

3. *Idem*.

4. *Idem*.

A visão estratégica atribuída ao "Povo - Constituinte"

Baseado nas conclusões do I Encontro do Movimento Constituinte Fluminense, realizado entre 13 e 15 de março de 1986, em Nova Iguaçu, com a participação de 120 representantes de organizações populares de 12 municípios, os redatores do boletim listaram três objetivos estratégicos do "povo-constituinte":

— "influir na composição da Constituinte, elegendo para ela candidatos que estejam comprometidos com um programa mínimo coerente com os interesses da maioria trabalhadora;



Douglas Mansur

Caravana dos Trabalhadores Rurais e Sem Terra. Brasília, 87

— introduzir na Constituição, através de seus representantes e de toda forma de pressão social, propostas de cunho democrático; e

— elevar, por meio desta luta, a consciência dos setores populares sobre seus próprios interesses, consolidar as organizações populares e fortalecer seu poder de pressão, sua autoconfiança e criatividade"⁵.

Metodologia do projeto

Os objetivos do projeto — desenvolver uma consciência de cidadania e auxiliar a construção de grupos de pressão popular no processo constituinte — exigiam uma metodologia adequada e compatível com os recursos humanos e materiais disponíveis pela iniciativa. A metodologia participativa foi, em princípio, adotada pelo projeto.

A primeira aplicação da metodologia participativa

O ensaio geral do projeto foi o curso para monitores realizado pelo CEDAC-RJ, entre 17 e 19 de janeiro de 1986. A equipe de organização do curso estipulou que a seleção de participantes seria feita pelas entidades, organizações e movimentos populares convidados. Assim excluiu-se dos cursos indivíduos que voluntariamente queriam participar do curso, como, por exemplo, estudantes universitários.

A carta-convite, expedida pelo ISER, solicitava a participação no curso assim: "Este curso quer formar uma equipe capaz de reproduzi-lo, no sentido de capacitar outros multiplicadores nos diversos municípios e regiões do Estado do Rio e fora dele.

E para que tantos multiplicadores?

Eles deverão ser capazes de animar e levar as informações necessárias a grupos organizados para a luta pela participação popular na Constituinte.

"O movimento social acumulou experiências e conquistas na luta por melhores condições de vida. Hoje ele quer levar essas conquistas e experiências ao campo institucional. Queremos que estas conquistas se reflitam em melhores leis. Mas não queremos apenas eleger deputados que farão as leis. Queremos nós mesmos elaborar as nossas propostas para a nova Constituição. E eleger candidatos comprometidos com nossas propostas"⁶.

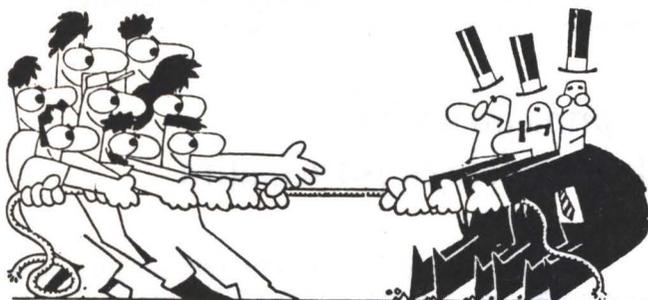
Haveria, conforme indica a carta-convite, dois tipos de cursos. O primeiro, dirigido para monitores ou multiplicadores, estava previsto para um mínimo de dois dias e meio e seria feito com um grupo de até 40 participantes. Os outros cursos seriam de menor duração e visariam divulgar informações.

O curso para monitores deveria ser a chave para a reprodução ampliada do projeto. "O que precisa ser sempre preservado é aquilo que conside-

5. Por um Povo-Constituinte, nº 1, maio de 1986, p. 3.

6. Carta-convite do ISER, datada de 20 de dezembro de 1985.

ramos o maior valor do curso: sua **metodologia participativa**, que visa não apenas informar os monitores sobre as questões de **conteúdo e estratégia de ação**, mas ajudá-los apropriar-se da própria metodologia, de tal forma que possam **recriar o curso** com grupos de base das suas próprias organizações".⁷



Roteiro do curso sobre Constituinte para monitores⁸

O roteiro sugere uma série de atividades e exercícios, além de tópicos de informação e reflexão. No entanto, a ênfase está no papel do "coordenador" que vai assessorar o grupo. Baseado na experiência de janeiro de 1986 — de fato, a única vez em que praticamente toda a "equipe" do projeto esteve reunida — é possível reconstruir o plano de um curso de monitores.

1) **Noite de abertura** — cerca de quatro horas (originalmente, prevista para três horas).

A. **Introdução.** Apresentação dos coordenadores e da agenda.

B. **Apresentação dos participantes:** nome e entidade que representa ou é filiado.

C. **Discussão dos objetivos do curso.** Visa expor as expectativas dos participantes do curso em relação ao "conteúdo" ou efetivo programa de atividades. Pode ser feita em pequenos grupos (cochicho) e concluída em plenário. Cabe aos coordenadores resumir as propostas feitas; esclarecer quais são os principais objetivos sugeridos e negociar com os participantes quais são aqueles objetivos que podem ser realisticamente alcançados.

D. **Intercâmbio de experiências** das entidades e ativistas em relação ao processo constituinte a nível local, municipal, estadual e nacional. Na verdade, adotou-se como prática que o "coordenador"

do curso daria um **informe nacional** sobre a participação popular na Constituinte, geralmente no final do período de trabalhos do grupo.

E. **Entrega de subsídios.** Caso os participantes não houvessem recebido previamente um pacote contendo textos, estes seriam entregues neste primeiro dia. Os textos distribuídos mais frequentemente eram as separatas organizadas por Cesar Caldeira para o **Boletim Aconteceu Semanal** do CEDI:

separata nº 2 — A Constituinte Congressional, que contém os textos "Como organizar a participação" e "Como participar", preparados pelo Plenário Pró-Participação Popular na Constituinte de São Paulo;

separata nº 4 — Sem Constituinte Popular Nada Vai Mudar que reproduz um "Roteiro para a discussão da futura Constituição brasileira nos plenários constituintes";

separata nº 5 — A Questão Agrária e a Constituinte: sem reforma agrária não há democracia, que reproduz textos da Campanha Nacional pela Reforma Agrária, com propostas para a nova Constituição (OAB, CNBB, Fábio Konder Comparato, movimentos populares etc.).

Estas separatas eram distribuídas gratuitamente. Outros textos, como a **Cartilha da Constituinte** da CPO/IDAC, textos preparados pelo IBASE para a Federação Nacional dos Engenheiros sobre a Constituinte e o **Dossiê Constituinte I** do CEDI, foram também frequentemente usados nos cursos para monitores no primeiro semestre de 1986. Em particular, deve-se notar que o primeiro **Dossiê Constituinte**, editado por Cesar Caldeira, foi organizado levando em consideração a abordagem de análise de conjuntura adotada pelo projeto e suas necessidades de informação. A primeira edição de dois mil exemplares esgotou-se em três meses, em grande parte devido à demanda do projeto.

2) Segundo dia

Pela manhã, o roteiro previa uma análise participativa da conjuntura nacional. À tarde, deveria ocorrer um estudo da história das Constituições brasileiras, em si e, se possível, em comparação às Constituições de outros países. Por fim, o grupo seria dividido em subgrupos que estudariam alguns temas previamente escolhidos. É uma agenda bastante ambiciosa. E o autor não tem notícia de qualquer encontro que tenha conseguido realizar todas essas tarefas em um dia — inclusive, no ensaio geral do CEDAC, se pode constatar a impossibilidade de sua realização. O resultado é que algumas tarefas quase sempre eram suprimidas ou adiadas para o dia seguinte — o que prejudicava o plano de trabalho do terceiro dia.

7. **Por um Povo-Constituinte**, nº 2, junho de 1986, p. 1.

8. Este roteiro está publicado na íntegra no boletim **Por um Povo-Constituinte**, nº 2, junho de 1986, págs. 2-4.

A análise participativa da conjuntura: aspectos metodológicos

A apresentação de uma abordagem de análise de situação ou conjuntura política ao grupo com sua aplicação simultânea à questão da Constituinte com a participação de todos é a chave da "metodologia participativa" do projeto. É também um dos seus aspectos mais problemáticos.

Esta abordagem pressupõe que os participantes do grupo já estejam envolvidos na questão da Constituinte devido a suas atividades em alguma entidade, movimento popular, ou militância político-sindical. Apesar de não estar explícito, esta abordagem supõe mais ainda: que o "envolvimento" — leia-se "prática política transformadora de uma realidade de opressão e injustiça para as classes populares" — necessariamente constitui um **saber** e um **ponto de vista cultural de classe** que serão o alicerce sobre o qual se desvendarão — ajudado pela "análise participativa de conjuntura" — **autênticas propostas populares** para a Constituinte.

É sobre estas suposições de que o "ativismo de base" seja garantia de alguma "verdade" genuinamente popular, que se pode compreender o papel do "coordenador". O ponto de partida da análise de conjuntura será a "visão e as experiências" dos militantes indicados para o curso de monitor: "Os coordenadores vão assessorar o grupo no plano metodológico, estimulando quanto possível a participação de todos e introduzindo novas informações e conhecimentos sempre que necessários, mas apenas quando ficar claro que elas não podem sair do grupo".⁹

A compreensão dos limites da atividade do "coordenador" parece tão crucial que o roteiro recomenda uma introdução explicando "a proposta de metodologia participativa, explicando o papel dos coordenadores e dos participantes na **construção coletiva de um novo conhecimento**".¹⁰ Vê-se, portanto, que a transmissão de "conteúdos", informações e explicações tem pouca legitimidade nesta metodologia educativa. O "coordenador" e os participantes estão em pé de igualdade para a caminhada ao novo conhecimento ("nível de prática de qualidade e eficácia superior"). É uma perspectiva generosa sobre as antecipadas recompensas do pensar coletivo. Pena que seja equivocada e ineficaz na sua aplicação.

Os equívocos principais estão na rejeição apriorística de idéias que não venham da experiência do grupo de militantes (a recusa de um "saber professoral") e no conseqüente empobrecimento que esta atitude — pretensamente político-ideológica de caráter popular — traz para o efetivo conhecimento da realidade social mais ampla e diferen-

ciada. Corre-se o risco de ao invés de se obter uma análise da conjuntura do ponto de vista das classes populares, alcançar-se apenas uma perspectiva paróquial ou corporativa.

Os equívocos mencionados são, na verdade, evitados porque o encaminhamento de sua aplicação esbarra na realidade cultural dos militantes de base. O fato é que existe carência de informações político-sociais e econômicas básicas sobre o país ao alcance dos militantes de base. É ilusão imaginar que a clientela desse projeto tenha acesso às informações encontradas nos jornais, revistas semanais e especializadas encontradas nos lares e escritórios dos "coordenadores". O resultado é que os militantes muitas vezes conseguem aprender as sutilezas da aplicação da abordagem de análise de conjuntura quando aplicadas ao seu campo de experiência política imediata e local. Mas quase sempre é o "coordenador" que efetua a análise de conjuntura nacional, com foco na questão da Constituinte.

A ineficácia desta abordagem "participativa" acentua-se quando se constata que o seu empirismo, limitado pelas condições sócio-situacionais dos militantes, tende a guiar a atenção de todos para problemas e carências sociais. Assim, torna-se muito difícil analisar aspectos da **organização do Estado** que são cruciais na feitura de uma nova Constituição. A abordagem participativa tende a privilegiar os direitos sociais em detrimento de questões institucionais que também repercutem na condição de vida das classes populares. Em suma, a metodologia participativa não proporciona por si só "a construção coletiva de um novo conhecimento". Muitas vezes o efetivo resultado também não são propostas populares mais genuínas, mas apenas uma lista de reivindicações genéricas sobre carências populares a serem asseguradas pelo Estado. Neste sentido, vale a pena ler o documento "Propostas Populares para a Constituinte" do IBASE/Arquivo Constituinte Popular¹¹ onde se constata a ausência de propostas sobre aspectos básicos da Constituição como, por exemplo, sistema de governo, forma de Estado etc.

3) Terceiro dia

Pela manhã, o tema geral do curso para monitores deveria ser "Trabalho e Produção", dentro do qual caberiam os subtemas referentes à ordem econômica e social e as questões seriam referentes ao "Estado e Poder". Se as indagações sobre "Cidadania e Direitos Sociais" não tivessem sido abordadas na tarde do dia anterior, seriam condensadas nesta manhã.

9. Por um Povo-Constituinte, nº 2, junho de 1986, p. 2.

10. Idem.

11. Cesar Caldeira (editor-geral), **Dossiê Constituinte II: As Grandes Questões Nacionais e as Propostas Populares**, SP, CEDI, 1987, págs. 61-64.

A tarde, o grupo se dedicaria fundamentalmente ao planejamento de ações coletivas para as várias etapas do processo constituinte. Uma breve avaliação do curso pelo grupo era o fecho previsto no roteiro.

De fato, o roteiro do curso previa uma agenda por demais carregada, o que levava a condensação de etapas, supressão de temas ou ao abandono dos demorados trabalhos de grupo. Enfim, havia a tensão entre a metodologia participativa e as limitações do tempo e da resistência física dos participantes.

Estrutura do curso para monitores: indicações sobre materiais de apoio

Se o curso para monitores de janeiro de 1986 serviu, de fato, como modelo para futuras aplicações adaptadas — o que o autor não pode garantir — valerá a pena mencionar quais eram os subsídios didáticos que expressariam os "conteúdos" do curso.

O estudo da história das Constituições brasileiras encontra-se à disposição no livro **Como Surgiram as Constituições Brasileiras**, de Cesar Caldeira e Marcos Arruda, FASE, 1986. Quanto à discussão sobre a convocação da Constituinte atual e a participação popular, o texto do curso é basicamente "A Constituinte de 1986: a construção da democracia no Brasil" de Cesar Caldeira, incluído no primeiro **Dossiê Constituinte**, do CEDI. Os aspectos de direito constitucional comparado, bem como as questões polêmicas sobre a forma de convocação da Constituinte, estão no "Estudo Comparativo entre as Constituições do Brasil, Itália e Portugal" de Cesar Caldeira, IBASE, RJ, 1985. Outro artigo importante para a compreensão do projeto é "As Grandes Questões Políticas e a Constituinte" de Hebert de Souza, IBASE, RJ, 1985. Dois audiovisuais do IBASE circularam muito durante o primeiro semestre de 1986: **O Povo é o Poder Constituinte** e **Constituinte: A Luta pela Democracia**.

O tema da democracia participativa, fundamental na estruturação das palestras e cursos do projeto, é discutido num texto escrito por Claudio Nascimento, incluído no primeiro **Dossiê Constituinte** do CEDI (págs. 193-197).

Quanto às questões da ordem econômica e social, os dois textos publicados pelo IBASE em 1985, de autoria de Sebastião Soares e de Ricardo Rebouças sobre a Constituinte circularam bastante. Mais específicos são, porém, "Constituição e democratização da economia" de Marcos Arruda, IBASE, RJ, 1986 e "A propriedade da terra na Constituinte" de Miguel Pressburguer, AJUP, RJ, 1986.



A escolha de um tipo de articulação política

Uma questão fundamental para o projeto foi escolher um tipo de articulação política que fosse viável, eficaz e compatível com seus objetivos. É preciso lembrar que várias negociações foram conduzidas nos bastidores para que, por exemplo, os prefeitos "progressistas" eleitos em novembro de 1985 viessem a colaborar na formação e manutenção de "assembléias municipais constituintes". Nada de concreto saiu dessas tentativas de articulação política, o que provavelmente prolongou a indefinição do projeto.

No primeiro semestre de 1986, o projeto passa a apoiar logisticamente e financeiramente a articulação nacional dos plenários Pró-Participação Popular na Constituinte. A trajetória dessa articulação é bastante irregular e variada para cada comitê de bairro, municipal, estadual.

A título de depoimento, só poderia comentar as tentativas de articulação política no Estado do Rio de Janeiro. Mas um relato detalhado não seria oportuno. Por isso, prefiro transcrever a "proposta de estruturação e trabalho do Comitê do Estado do Rio de Janeiro", que indica quais seriam os objetivos e funções do comitê: "1) aglutinação e identidade em torno de uma proposta fundamental: a participação popular no processo constituinte; 2) ser um fórum para troca de experiências levadas ao nível de base; 3) ser um fórum de articulação de estratégias políticas gerais com vistas a garantir essa participação; 4) ser um centro de informação e divulgação; 5) ser um centro de estímulo e assessoria aos comitês locais em formação" (documento mimeografado de circulação restrita).

Eventualmente o "comitê" transformou-se em Plenário Pró-Participação Popular na Constituinte — RJ. Afinal, os princípios gerais de funcionamento, propostos pelo pioneiro plenário de São Paulo na reunião nacional dos plenários em maio de 1986 no Rio, era claro: "O plenário é um espaço democrático para trocas de informações, aprofundamento conjunto de análises de conjuntura e discussão de estratégias para desenvolver a participação popular no processo constituinte e remover obstáculos à mesma. O plenário não é portanto nem movimento, nem comitê, nem frente, mas unicamente uma assembléia, que se reúne periodicamente. As assembléias (sessões do plenário) são sempre abertas à participação de todos os interessados, sejam eles pessoas avulsas ou representantes de comitês, movimentos, partidos e entidades em geral. Nessas condições, o plenário é suprapartidário e pluriorganizacional. Assim, ele não substitui os comitês e movimentos existentes com os mesmos objetivos, nem pretende se constituir em organismo coordenador da atividade dos mesmos.

"Como organização, o plenário não tem coordenadores. A única coordenação é a de cada uma de suas sessões, e esta fica a cargo das pessoas que sejam escolhidas pelos participantes das mesmas. Dessa forma, o plenário não conta com órgãos diretivos constituídos, de forma a abrigo todas as posições políticas que dele participam, e aos quais sejam atribuídas funções representativas ou de direção a serem desempenhadas no intervalo de suas sessões."

O próprio documento de São Paulo mostra a significação da articulação política dos plenários: "Trata-se de fato de uma experiência de funcionamento organizativo novo, que busca fechar os caminhos às lutas por hegemonia, ao aparelhamento por grupos ou facções, ao sectarismo partidário etc. Mas é por isso mesmo, isto é, ao não se transformarem em movimentos organizados, por cujo controle em geral se travam lutas que terminam por dividir e excluir, que os plenários vêm assumindo uma aparência indefinida que gera mal-entendidos, dificultando a adesão de muitas pessoas e organizações."

Os problemas da articulação política escolhida

O projeto dirigiu, de fato, seus esforços para: articular os interesses de organizações comunitárias ou populares e sindicatos (principalmente as "oposições sindicais"); sensibilizar líderes e militantes dessas organizações para a importância e especificidade do trabalho político necessário para se obter uma Constituição democrática; colaborar com o processo organizativo das forças populares e com a elaboração de uma proposta política estratégica.

O problema central, no entanto, é que o projeto não considerou adequadamente a fundamental importância dos **partidos políticos** e dos **políticos profissionais** na realização de seus objetivos. Note, por exemplo, no texto "Constituinte e Participação Popular", de Maria do Carmo & Percival Tavares — ambos da Comissão Nacional da Pastoral Operária e do projeto — o tratamento dado aos políticos, partidos e à Igreja (leia-se a "católica"): "Não queremos apenas **eleger** deputados constituintes. Queremos escrever nossas propostas de leis. Como aprendizado e construção da democracia participativa, a Constituinte não é um objetivo em si mesma, mas um meio para se buscar, passo a passo, a transformação global da sociedade. Dentro dessa visão, é muito importante o papel da Igreja. Ao contrário dos partidos políticos, ela não tem nada a perder. Está fora desse jogo que os lança, quase compulsoriamente, nas velhas regras da política, de disputa do poder. A Igreja pode, por isso, exercer o papel decisivo de **marcar** esse momento constituinte como um momento de **constituir** uma nação, construindo a cidadania do seu povo".¹². Face a

12. Maria do Carmo & Percival Tavares, "Constituinte e Participação Popular", in *Vida Pastoral*, Ano XVII, nº 128, maio-junho de 1986, p. 32.

essas atitudes não é difícil entender por que apenas o PT "igrejeiro" conseguiu trânsito tranquilo nesta articulação política.¹³

Ocorre, todavia, que a articulação nacional dos plenários Pró-Participação Popular na Constituinte conseguiu elaborar a "plataforma mínima supra partidária de propostas populares para a nova Constituição brasileira"¹⁴ antes das eleições. Mas as adesões de candidatos a este programa mínimo foi pequena e, em consequência, sua repercussão no debate político nacional foi fraca. Por outro lado, os candidatos comprometidos com estas propostas tiveram pouco sucesso eleitoral. A presença de políticos e partidos nos plenários somente aumentou após as eleições de 15 de novembro de 1986.

Conclusões

Este depoimento trata basicamente do período inicial do Projeto Educação Popular para a Constituinte — os primeiros oito meses de 1986. Duas razões justificam essa ênfase: 1) foi no período anterior às eleições da Constituinte que o projeto definiu-se e operou mais intensamente. Dezenas de cursos, palestras, encontros e seminários foram promovidos em todo o país. E as escolhas sobre o tipo de articulação política a ser privilegiada fo-

ram feitas; 2) o período imediatamente anterior e posterior às eleições corresponde a um tempo de desativação do projeto, por razões financeiras e organizacionais.

Convém lembrar que esta solicitação da revista *Proposta* sobre a educação popular na Constituinte é a primeira oportunidade de um reencontro com o tema — o que evidencia a precariedade (ou inexistência) de um processo de acumulação e intercâmbio de experiências.

Em conclusão, recomendo a leitura do artigo de Vanilda Paiva intitulado "Anotações para um Estudo sobre Populismo Católico e Educação no Brasil"¹⁵ para uma compreensão mais aprofundada das observações sobre o problema da metodologia participativa no projeto. É lamentoso que o processo de elaboração e coleta de assinaturas das emendas populares em 1987 tenha sido praticamente desacompanhado de qualquer debate intelectual e político. Esta perda poderia ter sido evitada e um dos objetivos do projeto — o desenvolvimento de uma consciência de cidadania — teria sido parcialmente alcançado. Restaram alguns plenários, como o do Rio, que heroicamente vão prosseguindo claudicantes numa caminhada incerta. Isso não precisava terminar assim. Vamos repensar que "educação popular" tivemos para a Constituinte?

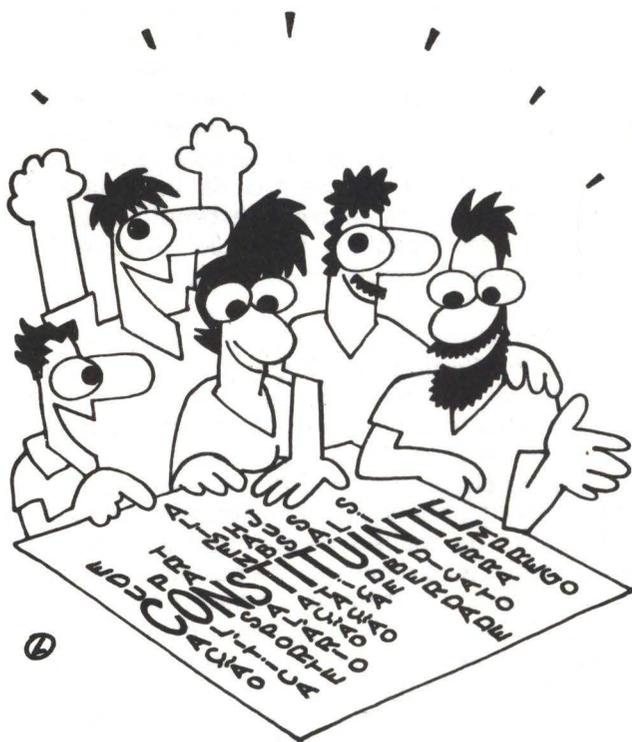


Ilustração: Laerte

13. Sobre a "apropriação partidária" do PT por parte de certos agentes pastorais e militantes católicos, ler: Paulo Botas — "Sou do PT porque é o partido que está no plano de Deus", in *Comunicações do ISER*, nº 25, maio de 1987, págs. 39-50.

14. Ver a "Plataforma mínima" na íntegra: Cesar Caldeira (editorial) — *Dossiê Constituinte II: As Grandes Questões Nacionais e as Propostas Populares*, SP, CEDI, 1987, págs. 71-72.

15. Vanilda Paiva — "Anotações para um Estudo sobre Populismo Católico e Educação no Brasil" in *Perspectivas e dilemas da educação popular*. Organização de Vanilda Paiva. Rio de Janeiro, Graal, 1984, págs. 227-265.

Constituinte e Democracia Direta

Depoimento de *Claudio Nascimento**

A conjuntura nos colocou a questão da Constituinte no final de 1984, o que levou a assembléia do CEDAC a uma tomada de posição. Até 1983 nos congressos e reuniões do movimento popular, como o da CUT, a Constituinte não era vista como uma bandeira fundamental na luta política do Brasil. Em agosto de 83 no congresso de fundação da CUT a bandeira da Assembléia Nacional Constituinte seria rejeitada, e mesmo o Partido dos Trabalhadores recusou a adoção dessa bandeira de luta, considerada uma bandeira liberal-burguesa até as mudanças ocorridas no ano de 1984, principalmente a partir dos efeitos da campanha das diretas.

A avaliação do CEDAC apontava para o fato de que a partir de 1985 a questão política central estaria ligada à Assembléia Nacional Constituinte, relacionada com outras bandeiras de luta dos trabalhadores, como a questão da reforma agrária, da liberdade sindical, da reforma urbana. Acentuávamos a questão da relação cidade/democracia, gestão coletiva dos equipamentos sociais, política de transporte, saúde, educação etc. Relacionávamos estas lutas com a problemática da dívida externa.

A Assembléia Nacional Constituinte foi vista como o eixo que condensava todas as demais demandas sociais populares, como o eixo central da conjuntura que iria se iniciar em 1985.

Apesar dessa avaliação pudemos observar no CEDAC que estávamos completamente despreparados para a discussão da questão da Constituinte, no sentido de trazê-la para o concreto: o que é que significa em termos de avanço da luta operária e popular no Brasil a questão da Assembléia Nacional Constituinte, ou mesmo dentro da conjuntura política de transição?

Para responder a essa questão vimos a necessidade de nos preparar politicamente. Começamos internamente, no CEDAC, um conjunto de trabalhos para aprofundar o significado da luta pela ANC no Brasil, buscando as referências históricas dessa bandeira democrática.

A etapa informativa

No ano de 1984 a campanha das diretas tinha aberto o espaço para a luta pela ANC, modificando as expectativas políticas que desvalorizavam essa bandeira. Então fizemos o primeiro curso acerca da ANC para uma associação de moradores no bairro de São Vicente, em Nova Iguaçu, Rio de Janeiro, em 25 de janeiro de 1985, coincidindo com o lançamento da campanha pública pela Constituinte com participação popular no município vizinho de Duque de Caxias, por iniciativa de D. Mauro Morelli, bispo de Caxias e São João de Meriti, que já vinha sendo grande liderança em torno dessa luta.

Com o slogan "Constituinte sem Povo não Cria Nada de Novo" cerca de três mil pessoas se manifestaram no comício de abertura nacional da campanha abrindo um novo campo de ação e debate político.

O conteúdo do trabalho do CEDAC, através de seminários, iniciava-se com o estudo da parte histórica, vendo as diversas Constituições do Brasil, o seu significado, qual tinha sido a participação do povo nessas Constituições, destacando a preocupação com o conteúdo social das mesmas, em termos de avanços e recuos para o movimento social no Brasil.

O seminário sempre passava por uma análise de conjuntura, perguntando aos participantes, dos diferentes movimentos sociais com os quais trabalhamos, qual era a situação política, econômica e so-

cial que estávamos vivendo. Depois de caracterizada a conjuntura, partíamos para a discussão da ANC.

Lutas sociais e democracia

Nós do CEDAC tínhamos uma visão política da relação entre socialismo e democracia que nos levava a uma interpretação de como conduzir o debate sobre a ANC. Entendíamos a Constituinte como um momento fundamental, que podia propiciar ao movimento popular no Brasil a conquista de elementos do que nós denominamos democracia direta: a participação autônoma e direta da população no processo político.

Tendo por referência a experiência da "campanha das diretas já", que tinha demonstrado, na mobilização de massas, a capacidade de transformar o quadro de imobilidade política, colocando milhares de pessoas em movimento, constatamos a existência de um potencial muito grande e, a partir desse veio de mobilização popular direta, nos pareceu possível dar um sentido mais profundo para a luta pela Constituinte.

Até aquele momento vimos apenas os aspectos de hegemonia liberal, que tinha sido a tendência dominante no processo de luta pelas diretas. Buscávamos agora contribuir para um outro sentido, uma nova direção, a partir das nossas referências de trabalho junto ao movimento social, deslocando a luta do campo meramente formal, institucional. Mas procuramos saber como é que poderíamos desenvolver elementos de democracia no campo do processo do movimento popular em si.

Com essa ótica acerca da importância da democracia direta começamos a pesquisar os movimentos de participação popular em diversos processos constituintes, ao longo da história de outros povos,

* Assessor de Formação Sindical do CEDAC.



mas com ensinamentos de abrangência universal: um pouco da experiência da Revolução Francesa (1789), e da experiência dos soviets (conselhos operários) na Revolução Russa de 1917. Desde a experiência da passagem dos Estados Gerais (Assembléia que discriminava a representação política conforme os padrões da monarquia absoluta), até as diferentes assembléias da Revolução Francesa, destacando também a experiência da Constituinte nos Estados Unidos nascida com a luta pela independência em relação à Inglaterra. Vimos nessas experiências que a dimensão de participação popular se deu em muitos níveis, porque foram marcadas por um conjunto de atividades descentralizadas antes de alcançarem a dimensão nacional e mesmo ao lado dessa dimensão. Trabalhamos a hipótese de um conjunto de atividades e lutas locais, municipais e estaduais que poderiam ampliar a dimensão política do processo constituinte, como processo de baixo para cima na construção da democracia.

Os Conselhos Populares

A partir daí começamos a pensar, no CEDAC, a questão dos conselhos populares em torno da luta pela Constituinte. Ao mesmo tempo no movimento popular, talvez iniciado no Paraná, a idéia de conselhos e comitês começou a frutificar. Já em março de 1985 os

documentos do Movimento Pró-Participação Popular na Constituinte apontavam como núcleo organizador da luta a organização de comitês populares. Essa fórmula política oriunda da experiência direta do movimento social encaixava diretamente na nossa proposta de socialismo.

O socialismo baseado na autogestão social, que necessita de coletivos sociais, de comissões, de conselhos populares, ao nível de bairro ou de cidades etc. Vimos um momento importante para o avanço dessa proposta no Brasil. E com esse objetivo já mais delimitado partimos para a prática do fortalecimento da participação popular e entramos fundo na luta pela Constituinte.

Educação Popular na Constituinte

Na busca de um trabalho conjunto com outras entidades montamos o projeto "Educação Popular na Constituinte", com a participação do próprio CEDAC, do IBASE, do CEDI, da FASE, do ISER, da CPT e da CPO. Em algumas reuniões passamos a definir a visão estratégica da luta constituinte que orientaria nosso trabalho. Do meu ponto de vista (Claudio Nascimento), foi muito importante a definição de Ferdinand Lassalle no pequeno livro *O que é a Constituição*, onde ele apresenta

uma visão da luta constituinte com um sentido estratégico duplo: como elaboração jurídico-política formal do documento chamado Constituição, cujo valor nós não devemos desprezar, embora seja secundário. Mas dentro de uma visão dialética o aspecto principal é outro, o da luta constituinte enquanto processo político aberto de possibilidades, profundamente dinâmico, que afeta a correlação de forças entre dominantes e dominados na sociedade.

A luta pela ANC como processo político articulado à reconstrução da sociedade civil no Brasil, resultante da acumulação de forças sociais que vinha se desenvolvendo na luta contra a ditadura.

Traduzimos a visão estratégica de fortalecimento dessa perspectiva de intervenção educativa em um boletim chamado *Povo Constituinte*. Apresentávamos a perspectiva de que não é tanto a luta por uma Constituição formal, jurídica, uma nova Carta Magna no Brasil, mas sim a luta pela constituição política do povo brasileiro. Isto é, um povo que se constitui politicamente dentro de um processo, de um processo a longo prazo.

Processo de longa duração

A definição política alcançada pelas entidades de educação popular significa que nós não temos ilusão quanto a duração desse processo em termos de modificações político-sociais, em termos de poder. Mas é preciso estabelecer o que significa crescer no processo político real que se está desenvolvendo no país desde então, o que significa essa Constituinte politicamente? Afirmávamos que há possibilidade do movimento popular crescer a nível de organização comunitária, partidária, sindical, com as suas diversas entidades. Crescer a nível de consciência, a nível de ação política e crescer também no plano das conquistas sociais. O aspecto político formal, institucional complementar dialeticamente essa dimensão própria dos movimentos sociais.

Nossa atuação como entidades de educação deveria levar em conta a necessidade de combinar a dinâmica da formação de comitês pela participação popular na Constituinte com o momento pedagógico, com uma etapa de esclarecimento prévio acerca da ANC. A ditadura militar deixou o país com uma débil consciência política, os trabalhadores e o povo sem consciência de cidadania, sem consciência sindical. Os cursos desenvolvidos a partir do projeto "Educação Popular na Constituinte" buscaram, de certa forma, enfrentar esse desafio através de um trabalho pedagógico, que fosse ao mesmo tempo um trabalho político e organizativo.

Tínhamos que interligar muitas dimensões no trabalho educativo: discutir as questões políticas, conscientizar em torno dessas questões, fazer a formação política, ao mesmo tempo ir criando os comitês de participação popular com o desenvolvimento das ações políticas. No sentido de que é a ação que permite a auto-educação das massas, pelo menos daqueles que estavam no processo pedagógico. E não é só através do curso ou seminário que vamos politizar os trabalhadores: o que vale mais é a autoformação que se dá dentro do processo político e as "diretas já" tinham demonstrado isso.

No Brasil, milhares de pessoas entraram na luta política diretamente e no cenário que consideramos fundamental, o cenário da rua, o cenário aberto, o cenário de massa. Somente aí se daria esse crescimento da força popular dentro do processo político constituinte, e não do cenário elitista e fechado que é o cenário institucional. Ligando essas preocupações à avaliação que fazíamos da conjuntura política, como sendo de uma transição conservadora, excludente da participação popular, a luta constituinte seria um momento para buscarmos a participação popular.

Já que o Governo Sarney, com a morte do Tancredo, buscava levar o processo da transição conservadora nos marcos do cená-



rio institucional, e não das lutas sociais, devíamos levar o trabalho na direção oposta. Coincidindo com a visão da CUT e mais particularmente com a do PT consideramos que o centro político estava na luta social. Ao contrário dos partidos políticos que como o PCB e o PC do B que se propunham atuar gerindo a transição, desde o início consideramos em nosso trabalho educativo que questões como a da reforma agrária, mais do que uma questão jurídica é uma questão da luta política, da luta social.

Fazer avançar a luta social, o processo político no campo do movimento popular apontou nessa direção, de formar comitês de participação popular. Delimitando ainda mais a nossa atuação resolvemos direcionar os cursos para as áreas em que estavam surgindo os comitês pós-participação popular na Constituinte. Os cursos deveriam ser um momento importante para a formação do comitê, para criar um potencial político maior da sua intervenção, procurando casar nossa intervenção educativa com o fato social.

Os cursos, os comitês e articulação nacional

Nós começamos a realizar através do "projeto" atividades

junto a movimentos e entidades de bairro bem como junto aos sindicatos. Em Pernambuco, onde se criou um importante movimento pela participação popular, no Rio de Janeiro, no Ceará, Mato Grosso do Sul, São Paulo, Rio Grande do Sul, Espírito Santo, Paraná e Santa Catarina. Em todos esses estados onde estivemos com o "projeto", através de cursos e seminários, foram formados comitês populares, embora existissem leituras políticas diferenciadas, como em São Paulo onde o discurso do comitê era marcado pela hegemonia liberal.

Os comitês eram de nível mais local, e em geral se articulavam através das plenárias estaduais. Por exemplo, em Santa Catarina, tinha um comitê em Chapecó, um em Lages, em Blumenau, em Joinville, até confluir na plenária estadual. No lançamento em Lajes do Comitê Pró-Participação Popular na Constituinte tinha cerca de 400 pessoas, para indicar a dimensão que podia ter um comitê local.

O desenvolvimento das articulações estaduais, e de alguma maneira o apoio do nosso "projeto", permitiram a formação da Plenária Nacional do Movimento Pró-Participação Popular na Constituinte.

“Basismo” e Igreja

Na nossa peregrinação nacional pudemos observar a relação estreita entre os trabalhos políticos dos comitês e o peso dos trabalhos de Igreja, particularmente da Igreja Católica. Por ser uma leitura política que bate com a prática do militante cristão, a da ênfase no trabalho de base, os trabalhos locais acabariam bastante ligados ao desenvolvimento do processo de participação política direta que se abriu no país. A idéia da democracia direta, da participação das massas com destaque para a questão social aproximava-se bastante do chamado “basismo” de Igreja, como preocupação com a auto-emancipação dos oprimidos.

O Movimento Pró-Participação Popular na Constituinte foi convidado pelo bispo a falar, na missa dos enfermos, com a presença de trabalhadores, da classe média local e mesmo de latifundiários da região. Ofereceram-me espaço para um pronunciamento, a partir de um lugar onde no passado re-

cente muitas vezes se pronunciaram os políticos que apoiaram o golpe de 64. Do alto do púlpito eu disse: “O Brasil está enfermo, hoje é dia dos enfermos e só tem um remédio para curar isso, é a questão da Constituinte.” Exagerei na visão ufanista da Constituinte dada a novidade das condições e do lugar para nos pronunciarmos, num discurso que chegou até à exigência da reforma agrária.

Sempre afirmávamos saber que a Constituinte não resolveria os problemas nacionais, mas que cabia incluir nela as propostas populares e que era preciso a eleição de um bloco democrata para defender as propostas populares e influir no conteúdo da nova Carta.

Mas como nos pareceu que a participação da massa se deu majoritariamente a partir de setores da Igreja, e dadas as dificuldades e resistências iniciais de partidos e sindicatos combativos em relação às possibilidades políticas abertas por esse processo, podemos concluir que a luta pela participação popular na Constituinte ganhou

contornos mais definidos pela questão da cidadania no sentido dos movimentos populares. O seu caráter se definiu mais pela dimensão local e de bairro do que pela face sindical e partidária.

A importância da institucionalidade

Ao definirmos o aspecto principal da nossa atuação, em direção ao eixo da democracia direta, não quer dizer que desprezásemos o secundário, a participação institucional. Desde o início do trabalho do CEDAC, em 85, acompanhamos a luta por uma ANC que fosse um poder soberano, uma assembléia com poder originário. Sofremos uma primeira derrota quando o governo impôs o Congresso Constituinte, e apesar de alguns setores terem colocado a vontade de desistir da participação de uma “farsa”, mantivemos nossa disposição de trabalho como a maioria do movimento e partidos populares faria. A gente não entendia como é que se faz história



Encontro com D. Helder, organizado pela arquidiocese de Vitória, ES.

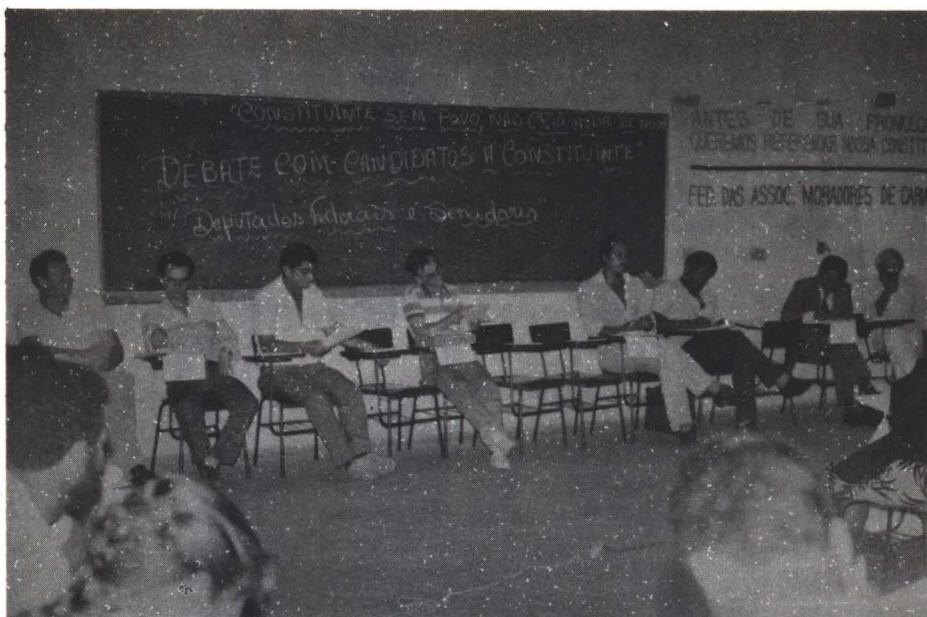
estando fora da história. Nós temos que estar dentro do processo, e para nós não se trata de tudo ou nada, a retirada é uma só, é o nada. O importante é como criar uma alternativa dentro do processo, nas condições colocadas pela história.

Agora, esse tema faz parte do debate do próprio movimento popular no Brasil, da dificuldade de encarar de uma maneira correta o problema institucional. Daí que as dificuldades só poderiam ter se ampliado quando entramos na conjuntura eleitoral, porque houve uma quebra de perspectiva, não só tática mas estratégica.

Na segunda metade do ano de 1986 as eleições para Constituinte, junto com as eleições majoritárias e proporcionais ao nível estadual, nos colocaram numa nova etapa de luta. Se nós fomos "uma azeitona na empada" do processo político pró-participação popular na ANC, e num quadro de muitas iniciativas o "projeto" contribuiu para o avanço qualitativo do movimento em escala nacional, ficava mais difícil definir os novos rumos de nossa atuação na hora em que, além das propostas, o movimento deveria escolher os seus representantes. Como relacionar as propostas com a escolha de representantes, preservando o caráter suprapartidário do movimento?

A questão eleitoral

O movimento popular articulado para a elaboração de propostas populares e ações de massa visando a ANC é por definição um movimento suprapartidário: ele aglutina os militantes dos movimentos sociais e forças de diversos partidos. Tanto ao nível do "projeto" quanto ao nível do movimento e dos comitês, a dificuldade quanto ao tratamento a ser dado ao problema da indicação e escolha de candidatos não foi bem resolvida. Num contexto novo retornou o debate sobre o "candidato popular" que lembrava o debate sobre a participação eleitoral durante a ditadura militar. Houve um certo moralismo do "projeto" no



Encontro do povo com os candidatos promovido pela arquidiocese de Vitória, ES.

trato mais aprofundado dessa questão, por medo de manipulação política.

Falava-se muito de candidato popular, daquele que estivesse comprometido com o povo. Surgiu a idéia de fazermos um perfil dos candidatos, indicando a "lista negra", colocando o histórico do candidato, e se fosse um político que já tivesse tido mandato, indicaríamos como votou, em questões como, por exemplo, a das diretas, ou nos vários decretos sobre o arrocho salarial etc. Podíamos tornar, assim, transparentes as candidaturas. Mas quem éramos nós do "projeto" para elaborarmos uma lista? Poderíamos ser "atacados" por setores tradicionais. Foi o próprio movimento que assumiu, em alguns locais, a elaboração de perfis críticos, em Pernambuco, Rio de Janeiro, Paraná, Santa Catarina etc. Houve um perfil feito pela CPT que deixou muitos candidatos irritados, a grande imprensa também falou nisso como uma "queimação" de alguns candidatos, que chegou a atingir até figuras de proa do PMDB, que antes tinham votado contra interesses democráticos e populares.

Enfatizando que os comitês tinham que garantir o seu caráter suprapartidário, nós "dançamos", de certa forma; para manter uma certa pureza pedagógica nós não

conseguimos sujar as mãos dentro do processo eleitoral. E acho que isso foi um fato mais ou menos generalizado nos comitês de participação popular, porque quando o pessoal resolveu aderir mais, fazer campanha, acho que já era tarde demais. Além dessa dificuldade de formulação política ainda tínhamos a questão do poder econômico, a eleição para governador etc.

O resultado em termos de representação popular foi evidente: os representantes da esquerda popular não chegam a 5% da composição do Congresso Constituinte. Faltava o suporte de um bloco democrático para levar as emendas populares.

Qual o nome que você aponta como candidato popular? Essa e outras perguntas se colocavam no nosso trabalho, e para não ferir o lado "pedagógico" da liberdade e autonomia da escolha popular, não enfrentávamos o problema concreto que estava colocado para os participantes do movimento, dos cursos e seminários.

Dinâmica dos cursos

Procuramos no trabalho dos cursos e seminários garantir a participação dos presentes utilizando a idéia da divisão em comissões temáticas. Procurando transformar



Grupo representando no Encontro Nacional Pró-Constituinte. Vitória, ES.

os comitês de participação popular em pequenos comitês constituintes, dividindo os grupos como se fossem comissões temáticas. Em Lajes o pessoal trabalhou a questão do município, a saúde, a educação, o transporte, realizando depois uma plenária onde cada comissão apresentava os seus resultados. A partir das experiências como essa, fomos tendo um processo cumulativo de propostas populares, que não devem ser confundidas com as emendas populares enviadas sob a forma de abaixo-assinados para a Constituinte. Trabalhamos sempre na perspectiva da população elaborar diretamente suas propostas.

Ocorria também nos cursos adotarmos uma espécie de teatro, um sóciodrama, simulando uma Constituinte e os interesses nela representados. Lembro-me de um curso com trabalhadores rurais em Juazeiro na Bahia onde tivemos uma Constituinte simulada, onde tinha gente representando a polícia, a repressão, outros que representavam o lobby econômico, patronal, outros representando a sociedade, quer dizer, as prostitutas, os trabalhadores etc. O teatro era muito rico, porque tocava o cotidiano das pessoas.

Nesse curso houve o caso do cara representando o trabalhador rural que se agarrou com o que representava a polícia, deu um soco e derrubou o outro no chão. Os sentimentos eram mobilizados quando se assumia os personagens sociais.

Nessa ocasião tinha uma alemã que estava fazendo uma visita à diocese de Juazeiro. Ela foi escolhida para fazer o papel de representante do FMI, ela não falava português nem espanhol, ficou num canto, e o pessoal quase que pega a garota e joga janela afora. O pessoal se empolgou!

Aproveitamos como base para o boletim que editamos acerca da conjuntura política, e como instrumento para os cursos, o livro do Betinho (Herbert José de Souza, do IBASE), *Como Fazer Análise de Conjuntura*. Creio que esse livro é a primeira sistematização sobre esta questão que se faz no Brasil. Os cursos começavam assim: em vez de nós fazermos uma análise de conjuntura, nós passávamos a metodologia para que as pessoas, divididas em grupos, pudessem analisar a conjuntura. A gente fez esse boletim, apresentando uma sistematização de

metodologia de análise para que eles próprios, os participantes dos cursos, pudessem multiplicar esse tipo de trabalho de formação política sem a nossa presença. Entre esses trabalhos de esclarecimento da conjuntura política e a da busca de formular proposições para a Constituinte nós fomos desenvolvendo nosso trabalho.

Quando da busca de formas de pressão sobre a Constituinte, foi cogitada a hipótese de contrabalançar o caráter congressual da Constituinte, simulando uma Constituinte de caráter nacional com representantes populares, delegados eleitos, que funcionaria em Brasília com um papel político crítico e mobilizador em torno das proposições populares. Muitos consideraram que essa proposta trazia riscos de "paralelismo", desviando o sentido da luta que deveria confluir exclusivamente sobre a Constituinte real, oficial. Isso não impediu que se buscasse realizar constituintes em âmbito municipal, simuladas, para fins de elaborar propostas e educar politicamente a população, o que ocorreu com êxito considerável em Vila Velha no Espírito Santo (leia o relato dessa experiência na página 7).

As emendas populares

As propostas elaboradas pelos movimentos locais e pelas constituintes simuladas, e mesmo sugestão de emendas feitas por movimentos de base precisavam ser preservadas, por isso com o apoio do "projeto" o IBASE criou o banco de dados sobre as propostas da sociedade civil para a Constituinte (vide pág. 84). Hoje, depois do processo eleitoral, já ultrapassada a etapa das assinaturas em torno das emendas, e quando as tarefas são de pressão política sobre o Congresso para as votações, nossa proposta continua sendo de recolher essas propostas elaboradas nesses comitês de participação popular.

As emendas populares foram elaboradas num outro cenário, muitas vezes com divergências políticas, como foi o caso da reforma

agrária que não teve uma emenda unificada, embora elas tenham assimilado e aproveitado muita coisa que foi produzida dentro do debate coletivo de base. Podemos dizer que o trabalho de participação popular contribuiu para a preparação do terreno que levou a obtenção de 12 milhões de assinaturas em torno das emendas populares, um trabalho imenso, que se revelou a garantia para o impulso de coleta de assinaturas. Desde uma freira que pega uma barquinha na Amazônia e desce o rio recolhendo assinaturas nas comunidades, até o delegado sindical do estaleiro em Niterói-RJ que afirmou ter andado diariamente alguns quilômetros discutindo com cada companheiro que ele encontrava. Ele dizia: "Cada operário que eu pego, eu fico cinco, dez minutos com ele discutindo a importância da estabilidade, da liberdade sindical..."

O refluxo da participação popular

O "projeto" foi renovado para 1987, e nós tínhamos uma análise feita em conjunto com as entidades, de que esse não seria um ano para fazermos cursos, e de certa forma, o campo político pedagógico estava esgotado. A questão agora é a da pressão do movimento popular sobre o Congresso Constituinte. Passamos o ano de 1987 acompanhando a elaboração do projeto de Constituição, apoiando seminários e caravanas a Brasília. Nesse período pudemos constatar as debilidades da capacidade de lidarmos com a instituição do Congresso, com o poder de pressão dos lobbies patronais e com a presença política da UDR. Os obstáculos vão desde a dificuldade com os representantes em sua maioria conservadores, até a capacidade de manobra e neutralização que podem desarticular os movimentos.

Nós fomos percebendo, acompanhando os movimentos populares, a presença articulada das forças do capital e do latifúndio, e isso contribuiu para o refluxo dos

comitês, quando se deparavam com as enormes exigências de mobilização que teriam de ser feitas para compensar a precária representação da esquerda no Congresso. Mas a crise conjuntural trouxe de volta a questão das diretas, e os resultados parciais positivos obtidos na Comissão de Sistematização abriram novas possibilidades para a retomada do movimento.

Novamente as Diretas

As dificuldades para um salto de qualidade na luta política de massas permaneceram, como também a dificuldade de mantermos a pressão quanto às bandeiras populares que devem ser garantidas na próxima Constituição, e, ao mesmo tempo, enfrentarmos a mobilização para as diretas em 88. Nós não devemos jogar fora toda a força articulada em direção à questão da Constituinte. Os resultados da Comissão de Sistematização, na

aprovação de alguns direitos fundamentais dos trabalhadores, e sobretudo agora na questão das diretas em 1988, vem reanimar um pouco o quadro político, mas a "ameaça", do ponto de vista popular, pela ação articulada da UDR, pelas manifestações militares como a de Apucarana e pela mobilização da direita no chamado Centrão mostra que a iniciativa é das forças reacionárias.

Buscando articular o trabalho de educação popular com o desdobramento da crise política, visando buscar um conteúdo mais preciso, do ponto de vista político-social para o trabalho iniciado em torno da Constituinte, as entidades ligadas ao Projeto Educação Popular na Constituinte indicam uma nova perspectiva de retomada do trabalho educativo. Trata-se de destacar o tema da dívida externa como uma das bandeiras que sintetizam um obstáculo político-social



Trabalhadores Rurais em Brasília

significativo do capitalismo internacional para a realização dos objetivos de melhoria das condições políticas, econômicas e sociais de nosso povo, e, num enquadramento mais amplo, dos povos oprimidos de outros continentes.

As diretas isoladamente não definem um conteúdo, uma direção social, dentro dos interesses de classe dos trabalhadores: é uma

contradição conjuntural que por si só não resolveria as nossas questões fundamentais. Por isso é necessário transformar o projeto de educação popular, modificando o eixo político, centrado na Constituinte, na direção da questão da dívida externa; com isso: 1) retomar as atividades educativas; 2) tentar recuperar os comitês populares; 3) buscar articulação com

um conjunto mais amplo de entidades como a CUT e a CGT que já trabalharam essa questão a nível da América Latina. A perspectiva é de trabalhar, fazer cursos, jogar na frente a questão da dívida externa como um obstáculo espoliador às lutas sociais dos povos por melhores condições de vida, e com todos os efeitos regressistas em matéria política.



Constituinte: Retrato do Brasil?

Depoimento de *Herbert de Souza**

Há três anos eu pessoalmente e o IBASE estamos trabalhando com a Constituinte. A atividade inicial era basicamente didática: os pedidos que chegavam dos diferentes setores da sociedade, dos grupos de bases, Igrejas, pastorais, sindicatos eram no sentido de saber o que era Constituinte, o que era Constituição. Nesta época, nas reuniões que fazíamos, quando perguntávamos quem já havia lido a Constituição, poucas pessoas, inclusive o palestrante, reconheciam que leram a Constituição depois que começou o debate da Constituinte. O tema não estava ainda na imprensa nem na agenda política dos partidos e das lideranças, mas os movimentos sociais, principalmente os grupos de base, já estavam perguntando, e nós tentávamos responder a isso.

Nesse sentido, foram montados dois audiovisuais: um mais histórico, sobre a questão da Constituinte ao longo da história do Brasil, as diferentes Constituições etc., e outro mais atual, destacando os grandes temas. Como não havia uma visão jurisdicista do problema, as questões eram políticas: de que trata e o que decide uma Constituição? Sobre a ordem econômica? A estrutura política? Neste primeiro momento, didático, os movimentos sociais manifestavam sua curiosidade sobre a distinção entre Constituinte e Constituição, por exemplo, e as lideranças desempenhavam o papel de falar sobre o que a grande maioria da sociedade desconhecía.

Daí que no segundo momento da discussão de algumas questões centrais, a primeira delas foi o debate Assembléia Nacional Constituinte/Congresso Nacional Constituinte. D. Mauro, a OAB, a Igreja, o movimento sindical e alguns partidos políticos, principalmente o PT, se posicionaram e defendiam

a Assembléia Constituinte, o que tornou o debate muito rico. Aliás este debate devia ser resgatado, porque muitas das questões que nós estamos enfrentando hoje no Congresso Nacional Constituinte derivam do fato de que ele é uma realidade híbrida e contraditória — é Assembléia e Congresso, mas como Assembléia ele é Congresso — e tudo sobre o que não se consegue acordo acaba sendo remetido pelo Congresso a ele mesmo, na lei ordinária. A nossa tese é que se fosse uma Assembléia Constituinte, ela teria que tomar todas as deliberações básicas e não remetia as definições para a fase ordinária. Esta fase da discussão marcou um tipo de militância e de trabalho junto aos diferentes movimentos sociais.

O grande debate

Nesta fase houve também o debate das grandes questões, mas passando pela dimensão institucional, o que normalmente não acontecia nas discussões que tínhamos com o movimento social. Passamos a falar, então, da questão agrária, da reforma agrária e da base institucional da reforma agrária. O que, a meu ver, globalizou a discussão dos grandes temas, dando uma dimensão institucional, foi a questão da cidadania. Porque uma sociedade só é democrática quando o cidadão, e não o Estado, assume a tarefa de definir uma institucionalidade, os tipos de relações econômicas, sociais e políticas que a sociedade quer, e em cima das quais se elabora um programa de governo, um programa de partido etc.

Este foi um momento em que se criou a conjuntura da chamada utopia. E nós nos sentimos partidos entre o drama da realidade concreta e a utopia: se uma Assembléia Nacional Constituinte é soberana, ela pode definir o país que quiser ou que puder... Quando a utopia foi colocada, as pes-

soas começaram a vislumbrar horizontes maiores na realidade política brasileira, e isto foi importante. Mas ainda nesse segundo ano de debate a Constituição continuava fora das manchetes e da atividade das principais lideranças, que cuidavam de um item anterior da agenda política: as eleições para governadores, prefeitos etc. Os partidos estavam engajados na luta imediata pelo poder, e a discussão dos grandes temas era jogada para a frente, quando a Constituinte se instalasse.

O engajamento no projeto de educação

A participação do IBASE foi, desde o início, dentro de uma coalizão de oito entidades, com um programa comum de atividades (uma espécie de cooperativa para o trabalho com a Constituinte), que surgiu a partir de algumas necessidades, entre as quais o número de convites para falar de Constituinte, que chegavam simultaneamente de todas as regiões do Brasil, e a necessidade de dominar todos os temas. Para atender essas demandas nasceu a coalizão, a segunda experiência concreta do IBASE num trabalho conjunto com outras entidades (a primeira foi na Campanha Nacional pela Reforma Agrária), com resultados muito positivos, que produz efeitos até hoje.

Com isso chegamos no terceiro momento, não mais didático ou de discussão de grandes temas, mas o momento da mobilização, quando os diferentes grupos do movimento popular já tinham formulado suas propostas e saem em campo para conseguir as milhões de assinaturas. Nós nos engajamos tanto através da Campanha Nacional pela Reforma Agrária como através da coalizão. As companheiras aqui do IBASE que trabalham com o movimento feminista puxa-

* Sociólogo e Secretário-Executivo do IBASE.

ram a brasa para sua sardinha e como tínhamos um trabalho com "menores", apoiamos também. As articulações que nós tínhamos ajudaram a coleta de assinaturas e a mobilização em torno dos temas.

Na etapa atual, da Constituinte instalada e da apresentação das propostas populares, eu acho que a nossa atividade passa a ser de acompanhamento, de análise e sistematização. Nós produzimos, possivelmente, o primeiro perfil do Congresso, e parece ter sido correto, pois numa primeira análise fizemos a avaliação de que havia 30% de liberais e progressistas, 30% de conservadores e 40% de indefinidos. Eu acho que o Centro é isso, os 40% conquistados pela direita. Isso revela, a meu ver, a incapacidade da esquerda de reconhecer a correlação de forças e "ganhar" os liberais e os indefinidos, ao invés de entregar a liderança disso para o Amaral Neto e o Robertão. Esse é um problema político importante do ponto de vista da esquerda: ela confundiu a correlação de forças da Comissão de Sistematização, que era mais progressista, com a do Congresso, que era mais conservador — e os nossos estudos mostravam isso.

O trabalho de acompanhamento

Nesta etapa atual¹, estamos fazendo com o INESC e a UNB uma pesquisa muito detalhada do perfil do Congresso, que deve ficar pronta antes da votação final, que vai indicar o resultado provável da Constituição, se cada parlamentar continuar coerente com aquilo que afirmou no questionário. Foi um questionário amplo, com 170 questões, onde o perfil deles está muito bem caracterizado, passado, presente, as posições ideológicas sobre as mais diferentes questões... Agora estamos em fase de apuração deste questionário.

Fizemos também um banco de dados durante todo este período da Constituinte (que tem sido consultado), e o seguimento das votações. Com isso pretendemos chegar ao fim do trabalho com a Constituinte com um registro desta experiência, que nos últimos 20 ou 30 anos foi das mais ricas do ponto de vista político, porque envolveu o conjunto da sociedade brasileira. Se atualmente só o Congresso discute, não significa que poucas pessoas discutiram, porque não se pode esquecer as antenas de seminários, debates e reuniões que se realizaram pelo Brasil inteiro durante três anos. Esse é o fato inédito do ponto de vista do conhecimento político, da consciência política, que nunca havia ocorrido nesse país.

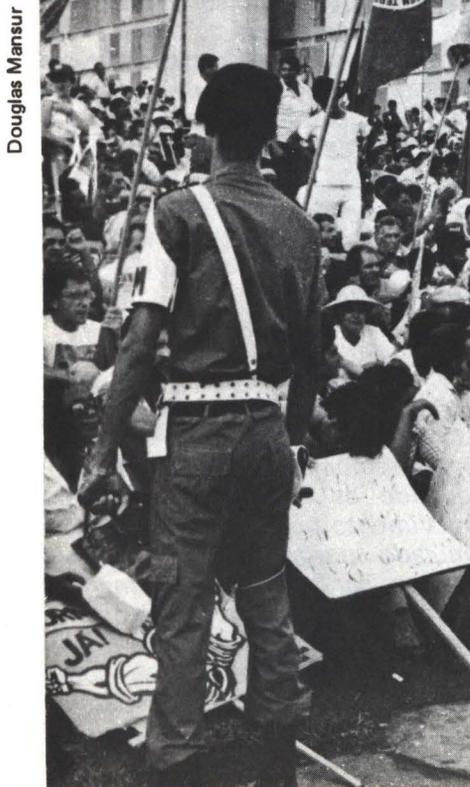
Houve também um processo de acúmulo até chegarmos aos 15 milhões de assinaturas nas emendas populares. Um conjunto de atividades se somaram no processo da discussão e da luta política por uma nova Constituição, que não partiram de setores da esquerda ou liberais progressistas, mas foi uma mobilização do conjunto das forças da sociedade brasileira, inclusive da direita. De alguma maneira a UDR nasce no contexto da Constituinte, não só da luta para impedir a reforma agrária, mas para impedir que o Estatuto da Terra conti-

nuasse como lei básica da sociedade brasileira. A mobilização global foi também molecular, porque se realizaram milhares de reuniões com 20, 30, 100 pessoas, mas também com 500, 1.000, 1.500 pessoas em todo Brasil. Nós, do IBASE, falamos nessas reuniões, assim como as pastorais, a Ação Católica Operária, a Juventude Católica, as Igrejas Evangélicas, o movimento sindical. Começou a haver uma aglutinação interessante, também capilar, que era a expressão dos interesses específicos, corporativos ou não, setoriais, em torno da Constituinte. Grupos em torno da questão da mulher, do negro, da criança, da ecologia, da informática, de questões até que nós não sabemos, porque são certas mobilizações muito confinadas. Por exemplo, a questão do subsolo: o que não mobilizou em termos de grupos de pressão do lado da direita? Mas também do lado do movimento popular se discutiu a questão do subsolo. Certos temas eram "organizadores" destas manifestações moleculares, se traduziam em reuniões onde as pessoas iam, não para discutir salário, greve etc. mas para discutir como é que se organiza uma sociedade.

A Constituinte como lição política

Recompor esse processo é uma tarefa impossível, não há registros de todas essas reuniões, mas quando surgem as assinaturas, elas são a coleta disso. E não foram em maior número porque os grupos não tiveram acesso aos meios de comunicação de massa. Caso contrário, se pudéssemos através dos meios de comunicação de massa pedir que a população assinasse a emenda da reforma agrária, ao invés de um milhão e meio ou dois milhões, nós teríamos vinte milhões, seguramente. Então esse saldo se deve quase exclusivamente ao esforço pedestre de cada grupo, porque foi grupo a grupo, corpo a corpo, e os "campeões" dessa coleta foram a Igreja e o movimento sindical. A Igreja misturando alguns temas avançados como a reforma agrária, com outros conservadores. O movimen-

¹ Dezembro de 1987, quando a entrevista foi realizada.



Douglas Mansur

to sindical sendo uma espécie de pedra de escândalo da sociedade capitalista, não porque negasse esta sociedade, mas tocando na questão que o capitalismo não quer mexer, isto é, nas condições de exploração da força de trabalho. Esse escândalo está aí colocado e é isso que o Centrão quer destruir.

Começamos um processo qualitativamente novo do ponto de vista político e vamos ter um "espetáculo-aula" permanente, de política, até o fim das votações na Constituinte. O Brasil estará assistindo a todas as questões básicas sendo discutidas: sistema de governo, a questão agrária, enfim, todas as grandes questões, e isto revelando um jogo de forças da sociedade, ou seja, não é uma discussão acadêmica ou abstrata, mas uma discussão incorporada num processo de luta política. A sociedade pode se reconhecer neste parlamento ou pode estranhá-lo. A esquerda ameaça denunciar o parlamento à sociedade se for votada uma Constituição conservadora e se a sociedade for conservadora? Dizer que a maioria dos parlamentares foram eleitos através do poder econômico não basta, pois seria afirmar que o poder econômico tem um poder absoluto de manipulação das consciências ou então que, não podendo ser manipuladas, as consciências podem ser enganadas ou compradas. Mas um operário não pode ser conservador? Operários não votam no Maluf e no Jânio Quadros? Não apoiaram Vargas durante tanto tempo? Esta é uma questão política importante. O Brasil através do processo constituinte vai tirar a limpo sua própria fisionomia, sua própria realidade. O resultado será a Constituição, que todo mundo vai ler e disputar, porque uma série de questões vão ser decididas na lei ordinária e a luta vai continuar, a luta institucional vai continuar a nível federal. Imediatamente depois vamos entrar na etapa das lutas nas Constituintes estaduais, que, a meu ver, promete ser tão importante quanto a primeira a nível de processo, porque podem surgir estados mais avançados do que a própria Constituição e se

colocar, então, a discussão da soberania. Vai ser discutida a federação e teremos um mosaico de processos políticos mostrando o que provavelmente nunca se viu até agora. Depois descerá a nível de município. Tudo isso será mais rico, a meu ver, se passa o parlamentarismo, que dará ao poder legislativo uma força tão avassaladora que o processo legislativo será identificado pela população como o processo do poder.

Esta é uma agenda de trabalho riquíssima, daqui até o fim das Constituintes estaduais e municipais. Mas depois destas etapas todas, ainda vai haver a luta pela aplicação, porque como a sociedade hoje conhece muito mais o direito e a lei, e esse é o saldo fundamental, ela vai lutar pelo direito. Definiu-se a propriedade da terra, mas como é que se passa da lei para o fato? Da lei para a realidade, da legislação para a atuação? Não se pode menosprezar ou subestimar este tipo de processo, porque fora essa capacidade da sociedade ter consciência do direito — enquanto um objetivo político a ser atingido através de uma institucionalidade dada, que nas condições em que foi realizada no Brasil não é uma institucionalidade revolucionária —, quando uma sociedade se mobiliza, e principalmente via parlamentarismo, para realizar isto, ela está expressando sua descrença no "salvador", seja ele quem for. Ela deixou de hipotecar seu direito ou transferi-lo a um determinado líder, a uma individualidade que vai fazer por ela aquilo que ela resolveu não fazer. Esse talvez seja o ponto crucial da mudança de consciência política que nós podemos ter.

Transformando a cultura política

A meu ver o autoritarismo brasileiro está identificado, embutido, no presidencialismo. O nosso presidencialismo sempre foi autoritário ou populista, mas às vezes foi autoritário e populista, como em períodos da ditadura. É uma ilusão pensar que durante estes vinte e tantos anos, 90% da sociedade brasileira rejeitavam a dita-

dura, assim como é ilusão pensar que 90% dos chilenos odeiam o Pinochet. Hoje deve ser a maioria, mas quando ele entrou não era. A mudança da cultura política propiciada pela mudança do regime político — uma é reflexo da outra, porque estão em relação — abre uma nova era. Se nós chegarmos ao fim desse processo com o parlamentarismo, alguma forma de parlamentarismo ou com uma recuperação eficiente do poder legislativo, eu ainda mantenho esperanças de curto e médio prazos no Brasil. Se tivermos um regime presidencialista da forma como estão querendo o Leônidas, o Sarney e seus aliados, um parlamento tipo "saco de pancada" da imprensa, e os partidos girando em torno da luta pelo poder absoluto do executivo, na disputa adoidada pelo poder, vamos emplacar o século XX com uma perspectiva desalentadora do ponto de vista político, e buscando o salvador do Brasil... o que eu me recuso a fazer.



Douglas Mansur

Parlamentarismo e democratização

Porque, se houver o parlamentarismo, o Sarney ficar quatro ou cinco anos não é o mais grave. Mas se o Sarney sair amanhã e em troca tivermos o presidencialismo, será um retrocesso tão grave ou pior. Porque quando se fala em presidencialismo, pensamos logo em quem será o presidente, e quando se pensa nisso estamos pensando em quem vai salvar o Brasil. É o Quéricia? É o Brizola? Fulano ou beltrano? A sociedade está se alienando no salvador, num poder mágico que se instaura e que é mistificador ao extremo. No parlamentarismo não há a alienação da sociedade, ou ela se dá num grau muito menor, porque não existe esta encarnação do salvador.

Voltando ao dado da cultura política: esse processo todo é algo que se acumulou, um conhecimento incorporado, uma experiência rica, complexa, da percepção das relações, da correlação de forças, é um curso de política, um curso de Brasil. Diferente de quando alguém participa de uma greve porque foi tocado por um problema, mas quando sai da greve continua igual ao que era antes, só que aprendeu a fazer greve.

Outra coisa que fica evidente é que, por mais que todos digam que a direção política do país é dada pelos partidos, ela não é: o Centrão não é um partido, a esquerda não é um partido, e a televisão te joga uma série de imagens que te obrigam a ter outras percepções. É como se tivéssemos entrado na Praça da Apoteose, mas a apoteose só virá quando se realizar a votação final em plenário: quatro ou cinco anos? É parlamentarismo ou presidencialismo? O subsolo pode ser entregue ou não às multinacionais? E a reforma agrária? Vai ter estabilidade ou não? Enfim, as tais questões. Aí vai ser a apoteose. Nós vamos viver situações de grande instabilidade, inclusive emocional, porque em determinado momento ganhamos e a sociedade fica meio eufórica, mas



pode ficar completamente deprimida. Como nas diretas; depois da euforia foi uma grande depressão. A Constituinte pode vir a ser isso, e aí será uma depressão grave, por ser mais estrutural, pode ser um desencanto no processo político, na política.

Mas acredito que a sociedade brasileira insiste em ter esperança. As formas de percepção, as formas de luta, as experiências que os movimentos sociais têm são muito mais pacientes e muito mais realistas, no sentido do cotidiano da vida mesmo, do que muitas das análises que nós fazemos. Quantas análises já fizemos em que este era o dia "D"? Quantas vezes já enterramos nossas esperanças? A primeira vez que eu enterrei foi em 64, quando eu pensava que o golpe militar só seria superado a longo prazo (e isto seria em quatro ou cinco anos!) e os companheiros me achavam pessimista porque eu estava imaginando uma verdadeira capitulação. As esperanças tam-

bém foram enterradas em 68, 69, depois da passeata dos cem mil e do AI5, várias vezes no governo Médici, e ainda no governo Geisel, e por aí vamos. Mas quanto mais você enterra, mais você descobre que ela não está morta, e, na verdade, nem sei se é possível enterrear a esperança de uma sociedade. Nas diretas eu fui para as ruas, e quando me dei conta estava cantando o hino nacional chorando de emoção. Nós achávamos o hino nacional conservador e reacionário, mas quando estávamos todos lá cantando, as diretas eram o símbolo do fim dessa era e do início de uma nova era. Estava aí a esperança. Por que eu vou, então, agora que tem Centrão, Amaral Neto etc. perder a esperança? Eu não gosto da maioria esmagadora dos deputados da direita, mas não são de todos os de esquerda que eu gosto, não. Tem uns companheiros que a gente tem que segurar, pois se eles estivessem no poder, fariam um país muito esquizofrênico, mesmo.

A Igreja popular e a Política

Entrevista com Pedro Oliveira*

PROPOSTA — Dentro da possibilidade institucional e política aberta pela Constituinte, foram desenvolvidos no Brasil um conjunto de trabalhos de esclarecimento; de conscientização; de organização; alguns mais voltados para a Constituinte, mais ligados às emendas, mais ligados ao desenvolvimento de preocupações populares como saneamento, reforma agrária, que se refletiram na luta pelas emendas populares. E de outro lado também se desenvolveram trabalhos preocupados com a auto-organização popular. Existem experiências tipo Vila Velha, no Espírito Santo, onde encenou-se uma Constituinte. Existe o trabalho que Dom Mauro Morelli desenvolveu. E tem o trabalho que algumas organizações, não-governamentais, tentaram desenvolver como por exemplo o CEDAC, que atuou dando muitos cursos, na tentativa de situar o que a Constituinte representava naquele momento (até as eleições de 1986).

Então, como você participou dessa preocupação de contribuir para a análise desse momento político junto a uma série de setores, você poderia me dizer com que setores trabalhou, com que preocupações nessa conjuntura, à luz da relação, talvez, do ISER com este trabalho, mais particularmente da sua ação.

Pedro Oliveira — Bom, primeiramente, houve um trabalho do ISER junto com cinco outras entidades: CEDAC, SEP, Pastoral Operária, CPT, IBASE. No início eram seis entidades. Foi um projeto financiado pelo ISER, para a educação política, para o momento Constituinte. Foi um projeto que o ISER apresentou, mas era um projeto das seis entidades em conjunto.

No primeiro ano foi coordenado pelo ISER, no segundo ano aumentou o número de entidades e foi coordenado pelo CEDAC. Isto foi no início de 85, quando da convocação da Constituinte e a idéia desse programa era a seguinte: a gente viu que o pessoal da Igreja, bispos da Igreja Católica, estava por fora disso e vimos que havia um vazio e nos perguntávamos: como dar uma formação política nesse momento da Constituinte? Tenho a impressão que foi por aí que brotou a idéia e saiu esse projeto que está em curso até agora.

A minha atividade foi principalmente no ano de 1986, quando fui coordenador do projeto, embora não estivesse na coordenação executiva.

Nesse trabalho da Constituinte, estiveram presentes duas concepções. Uma concepção que pensava: é preciso influir na produção da nova Constituição. Houve toda uma série de trabalhos onde o CEDAC, o IBASE e a FASE se destacaram para não dizer outros mais, que era como trabalhar a Constituição e cujo resultado foram as emendas populares, a mobilização popular, o plenário pró-Constituinte que discutiam a Constituição.

Houve uma segunda tendência, dentro da qual eu mesmo me situo e dentro da qual o ISER se situou também. O ISER menos, foi mais eu pessoalmente com um grupinho de assessoria do ISER, que foi o seguinte: aproveitando a discussão política nacional sobre Constituinte, como é que nós podemos dar uma formação política de mais fôlego a nível dos movimentos populares? Foi uma segunda vertente que talvez não tenha um resultado imediato em termos de mobilização em torno da Constituinte, mas foram momentos com cursos, reflexões etc. quase que a propósito da Constituinte,

para não dizer sob pretexto da discussão da Constituinte, onde se discutiu e se fazia formação política e agitação política. E foi por aí que eu dei minha contribuição.

PROPOSTA — E você atuou basicamente com que tipo de grupos?

Pedro — Dei cursos para o pessoal da Igreja. A nossa atuação foi quase sempre voltada para o pessoal da Igreja.

Falar "pessoal da Igreja" é uma coisa meio complicada. Eu estou tentando entender teoricamente esse "pessoal da Igreja". O que é "pessoal da Igreja"? É gente de Igreja sim, mas não é todo mundo de Igreja. É gente de Igreja com uma certa militância política, um certo trabalho popular que se define muito mais pela sua metodologia de trabalho, do que propriamente por sua crença religiosa.

Então, o que a gente fez nos encontros de dois, três dias de reflexão sobre a realidade brasileira com esse pessoal? Na verdade estava-se discutindo o quê? O movimento popular, autonomia do movimento popular, movimento popular e partido, movimento popular e a conquista do poder, a questão do poder, muito mais isso do que unicamente a questão da Constituinte, ou seja, como fazer para defender a reforma agrária na Constituição feita.

Então, eu chamaria esse "pessoal de Igreja" uma categoria muito ampla. Evidentemente, não é todo "pessoal de Igreja", não é o pessoal liberal da Igreja, mas é o pessoal de Igreja que está em uma linha de trabalho, em uma linha de libertação, de transformação social, econômica e política da sociedade e que se define muito mais enquanto grupo de trabalho, pela sua atividade, do que propriamente pela sua expressão de fé religiosa. São pessoas a quem não se per-

* Teólogo, professor, membro do ISER.

guntava muito sobre a fé, mas a quem se questionava muito sobre o método do trabalho que existe hoje na realidade brasileira.

PROPOSTA — Você destacaria algum grupo cuja experiência merecesse referencial? Algum grupo que você sentisse que a resposta nessas questões do compromisso popular, na atuação, na compreensão da conjuntura se destacasse mais? Algum experimento em particular?

Pedro — Não me passa pela cabeça nenhum grupo em particular. Eu vejo que no conjunto desse chamado "pessoal de Igreja" houve um amadurecimento da questão da fé e da política. Esse livrinho que saiu agora, essa discussão em torno daquele primeiro texto do Clodovis Boff, eu tenho a impressão que dificilmente isso sairia se não fosse o contexto da discussão da Constituinte. Isso porque a discussão da Constituinte trouxe à baila a questão do poder, quer dizer, quem faz a lei?

Isso que estava tão distante da experiência de quem está no trabalho popular, no momento da Constituição isso apareceu. Entrou a discussão do poder, conquista do poder. Ora, quem conquista o poder é o partido. Então, nessa minha área em que atuei mais de perto, não destacaria nenhum grupo. Mas eu diria que dentro dessa temática, dessa descoberta do poder, que existe um poder, existe gente que faz lei, nessa descoberta da dimensão do poder, acho que diferentes grupos se destacaram.

PROPOSTA — Então, além de um efeito propriamente geral da conjuntura que levava ao debate sobre o tema e dos eventuais efeitos de mobilização política dos setores mais comprometidos, tipo: sem-terra, CPT etc., em torno das emendas, você vê efeitos na conjuntura interna da Igreja Católica provocados por esse debate político? Definições mais precisas?

Pedro — Vejo sim, no caso da Igreja Católica.

A Igreja Católica tem uma dificuldade muito grande de transar o poder. Embora ela esteja no poder, ela exerça o poder, católico não gosta de falar do poder, parece palavrão. O próprio papa se define como servidor dos servos de Deus; o bispo se define como servo. Na Igreja não existe poder, existe serviço, porque pega-se o Evangelho que tem o dom maior de voz e vai-se servir os outros. A Igreja tem muita dificuldade de pensar o poder mas o poder existe e está aí. Este momento da Constituinte deixou claro que existe quem tem o poder de fazer leis e fazer leis grandes, que são as leis da Constituição.

Esse desafio do poder e portanto a discussão sobre esse desafio, acho que foi o grande "crime", digamos assim, dessa campanha, desse trabalho de educação popular sobre a Constituinte no interior da Igreja Católica.

PROPOSTA — E com relação aos protestantes, alguns evangélicos, pentecostais que dizem ter em torno de trinta e poucos parlamentares ligados às diferentes denominações religiosas? Houve alguma relação? Algum debate com essas áreas?

Pedro — Não tive contato, não posso dizer.

Agora, eu quero dizer o seguinte: é preciso lembrar que quando dizemos esse pessoal de Igreja, a gente não está falando da Igreja toda. Quer dizer, nesse momento da Constituição, ficou bem nítido que mesmo no interior das Igrejas, ou pelo menos da Igreja Católica, que é aquela que conheço melhor, havia duas grandes preocupações. Uma preocupação, que foi a da CNBB incluía a questão da escola pública ou particular, incluía a questão do divórcio, do aborto etc. E outra, que é a discussão sobre Constituinte no pessoal de base. Não me lembro em nenhuma das reuniões que participei de se ter discutido, por exemplo, a questão do aborto ou do divórcio.

Para o pessoal de base, o que estava em questão era o poder. Qual o desafio? O que significa exercer o poder hoje, para o movimento popular? Como é que o movimento popular pode conquistar esse poder? Inclusive o poder popular que está na Igreja. Então, eu acho que quando a gente fala "pessoal de Igreja" fica-se pensando a Igreja no movimento popular, eu penso o contrário. É o movimento popular dentro da Igreja. É esse, me parece, o elemento definidor, que dá identidade a esse pessoal.

Não é tanto a sua fé, mas a sua prática política. Eu não quero separar fé da prática política porque os dois estão muito juntos, mesmo porque da fé católica faz parte Dom Eugênio Salles, por exemplo, que não tem nenhuma preocupação com a conquista do poder pelo movimento popular. Isto não está na área de preocupação dele, no entanto ele deve ter, provavelmente, uma série de preocupações de fé.

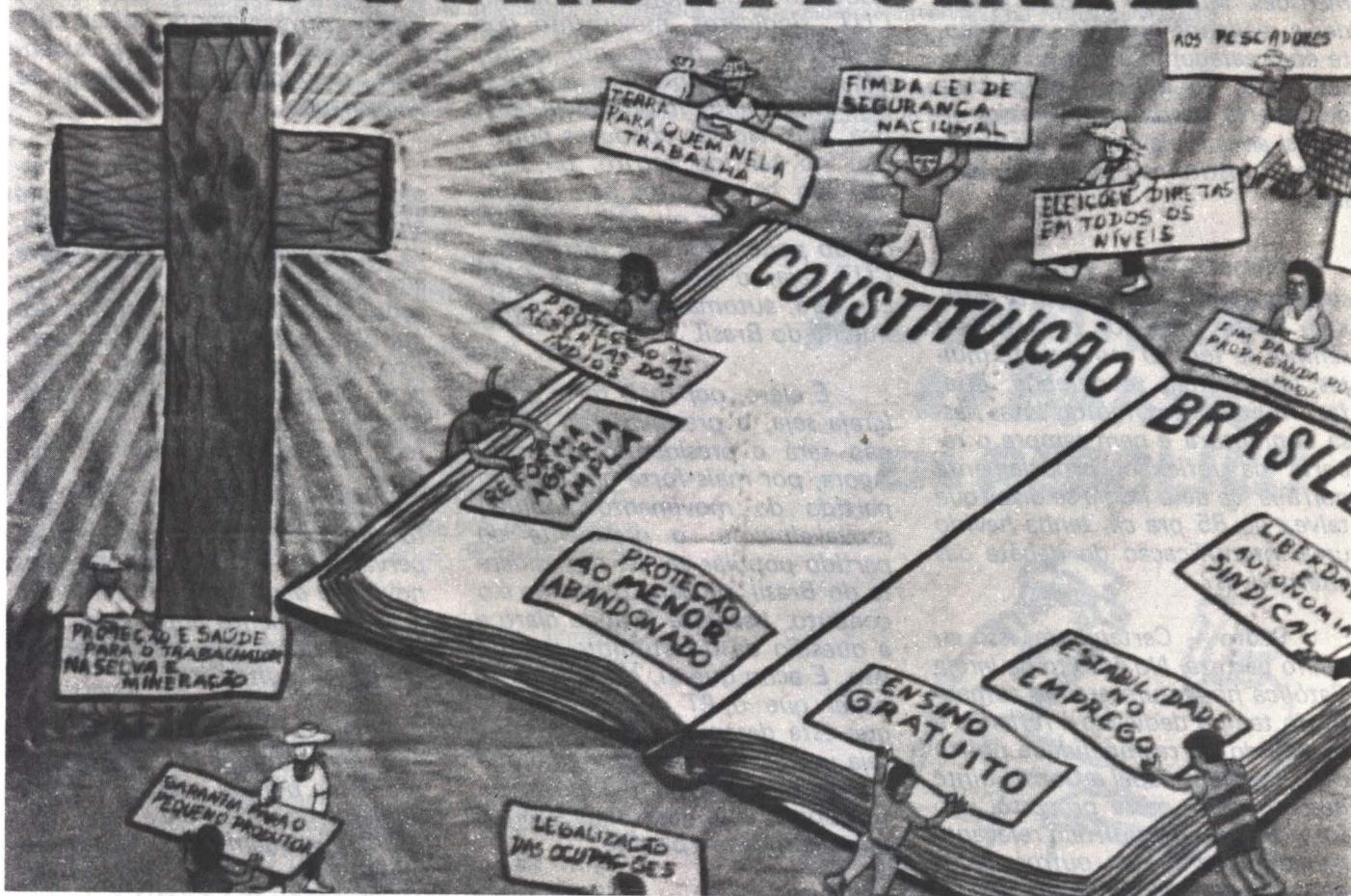
PROPOSTA — Neste sentido, os efeitos teológicos, doutrinários da própria prática religiosa que se transforma, criticamente, são decorrentes até da pressão popular. Você concorda com isso?

Pedro — Eu não diria decorrente, mas pelo menos muito influenciados por essa nova experiência de vida, por essa experiência de prática política. Eu volto à questão da Constituinte. Eu acho que uma das dimensões foi a da pressão direta na Assembléia da Constituinte. A outra foi como um subproduto da campanha popular pela Constituinte, que foi o amadurecimento político de grupos religiosos, para quem não bastam as categorias religiosas para pensar a política. Esses perceberam que a política, a atividade política, exige uma racionalidade.

PROPOSTA — A questão de uma nova cidadania transborda as fronteiras clássicas da Igreja, é um movimento permanente.

Pedro — Exato, transborda, não anula, mas transborda.

CEB's, POVO DE DEUS NA CONSTITUINTE



PROPOSTA — As fronteiras são muito difíceis?

Pedro — São difíceis. Andei participando de cursos, por exemplo, em que o pessoal fazia celebrações. Na celebração a gente procurava viver essa racionalidade política, ou celebrar essa política, diferente do momento da reflexão quando buscava-se entender a racionalidade da política. Acho que uma boa parte dos cursos que eu dei por aí foi uma tentativa de reflexão. O que é o movimento popular? Qual é a sociedade que as classes dominantes instauraram

nesse Brasil? Qual o papel do Estado nessa sociedade? Então, é uma racionalidade que não é mais a simples crítica. Acho que a crítica ética, a crítica moral, dizer que a sociedade é injusta, isso está errado. Agora é: vamos entender essa realidade. Se a gente quer transformar a sociedade, não adianta dizer, por exemplo, que a Assembleia Constituinte está fazendo coisas certas ou não, precisamos entender esse jogo de poder todo.

PROPOSTA — Mesmo que a política tenha a visão da transcen-

dência e nisso ela se aproxima da religião por causa da preocupação com a transformação social, com a "conquista do reino", a comunidade, o poder popular; é curioso como enquanto os parlamentares discutiram a sacralização da política, o povo discute a política como prática humana. Enquanto os parlamentares discutiram que a lei devia corresponder a Deus, discutiram o nome de Deus na Constituinte, você está dizendo que o povo está mais próximo da experiência religiosa, portanto de Deus, quando discute a secularização

mesmo da política, quer dizer, a política como relação humana de poder?

Pedro — Exato, no momento de descoberta da racionalidade da política, de alguma coisa que a gente tem que entender, eu tenho que ter categorias racionais para entender a política, mesmo que a política seja mais do que racional, que ela tenha muitas outras dimensões. Mas não dá para entender a realidade política unicamente com categorias éticas ou religiosas. Essa, eu acho que foi uma descoberta fundamental nesses últimos anos e na qual a discussão sobre Constituinte contribuiu para isso.

PROPOSTA — Então, pode-se dizer que houve um corte reflexivo nesse período, o que nem sempre se tem. O movimento muitas vezes atua, se defende, luta, faz, muitas vezes, muitas lutas nessa conjuntura e nem sempre o recorte da reflexão propriamente política se deu. Podia-se dizer que talvez de 85 pra cá, tenha havido uma intensificação do debate das alternativas?

Pedro — Certamente, isso eu tenho certeza. No âmbito da Igreja Católica houve um grande aumento do tempo dedicado à reflexão e ao estudo da racionalidade política. E se algum papel a Constituinte desempenhou nesse processo, não foi o único fato político relevante na conjuntura, tem outros dados da realidade que mudaram, que favoreceram, mas a Constituinte ajudou.

PROPOSTA — Você vê algum desdobramento? Você acha que tem alguma preocupação que decorre dessa experiência, que possa se materializar por um período agora? Você vê alguma coisa específica no que diz respeito à formação apenas?

Pedro — Olha, eu estou vendo desdobramentos disso agora no que a gente pode chamar no conduto político, ou seja, acho que o grande tema de discussão de 88 vai ser partido político. Cada vez fica

mais claro que a Igreja não é um conduto político, que não pode ser um conduto político. A CUT também não pode ser um conduto político, a associação de moradores também não, o movimento negro, o movimento de mulheres, o movimento dos sem-terra, também não são. Então, o conduto político é o partido político, isso me parece que está ficando muito claro, com isso não quero negar que associações de moradores, Igreja, CUT, sindicatos, movimento dos sem-terra e o movimento negro, não tenham importância política, têm uma grande importância política. Mas não são condutos políticos, no sentido estrito, ou seja, não são os condutos para a conquista do poder ou para o exercício do poder. Por mais forte que a CUT seja, o presidente da CUT não será, automaticamente, o presidente do Brasil.

É claro, por mais forte que a Igreja seja, o presidente da CNBB não será o presidente do Brasil. Agora, por mais forte que seja um partido do movimento popular, provavelmente o presidente do partido popular vai ser o presidente do Brasil, ou seja, o partido é o conduto. Isso está ficando claro e a questão da Constituinte levou a isso. E acho que aí, claramente, o papel que o PT desempenhou e que está desempenhando, embora seja um partido pequenininho, minoritário, está levando o movimento popular a se questionar sobre o que significa um partido.

Acho que aqui está o nosso impasse. Eu me pergunto se é possível ou se é desejável um partido do movimento ou se não tendemos, naturalmente, para vários partidos do movimento popular? O que supõe a criação de uma frente do movimento popular, uma frente política capaz de levar adiante esse processo de conquista, de poder pelo movimento popular.

Minhas preocupações vão por aí, quer dizer, eu acho que esse é o tema de 88. Até o final de 88, deverá nascer, como é que vamos chamar, uma frente de esquerda? Uma frente popular? Mas uma

frente que seja um conduto político para a conquista do poder.

PROPOSTA — É, a própria conjuntura da Constituinte, o clientelismo da representação política, a inorganicidade dos partidos e o quadro da política do Cruzado, da maneira como se desenvolveu; de certa forma diluiu essa prioridade para a construção partidária. Até o problema de quem vai ser o candidato, não é? Quer dizer, agora, provavelmente, talvez com a realização de eleições presidenciais, reconduza ao problema de identidades.

Pedro — Eu tenho a impressão que a novidade agora é que até algum tempo atrás, quando se falava de partido político se pensava em partido eleitoral. E acho que agora se começa, no movimento popular, a falar em partido político, a pensar um partido ideológico, ou seja, com uma definição ideológica, com um projeto. Aí tem novidade pela frente. Novidade, que eu te digo, você não pode atribuir unicamente à Constituinte ou à Constituinte, seria supervalorizar a Constituinte. Mas novidade dada à própria conjuntura do movimento popular no Brasil, acho que o movimento popular cresceu nos últimos anos.

Quem diz que o movimento está com problema... , está com problema porque cresceu. É como adolescente, a criança não tem problema, quem tem problema é o adolescente. Cresceu, está enfrentando problemas e nessa conjuntura o funcionamento da Assembléia Constituinte desempenha um papel importante, não é tudo, mas é alguma coisa.

A minha impressão no fundo, na minha avaliação pessoal, é que essa Constituinte na verdade é um grande equívoco. Acho que se tivesse pego a Constituição de 46, dado uns retoquezinhos, só para estabelecer regras do jogo, talvez a coisa funcionasse melhor. Mas não foi por essa mistura do Congresso Constituinte eleito com Plano Cruzado, com um presidente biônico, uma coisa complicada, muito complicada...

Uma experiência de educação popular

GAJOP*

O trabalho de informação e educação desenvolvido pelo Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares (Recife-PE) é um dos melhores exemplos das atividades desenvolvidas no Nordeste voltadas para a questão da Constituinte. Por isso, resolvemos incluir esse relato em nossa publicação.

Tendo por eixo o esclarecimento da população em torno dos direitos democráticos e da conquista da cidadania, as atividades do GAJOP podem exemplificar um conjunto amplo de iniciativas levadas a cabo por entidades de massas e entidades não-governamentais do movimento social.

Brasil 1985. O país recém-saído de um período de explícita dominação militar, busca caminhos para sua reconstrução. 1986. Convocação da Assembléia Nacional Constituinte. O país era tomado por uma enxurrada de candidatos constituintes de todas as matizes ideológicas, mas que muito pouco ou quase nada diferiam entre si pelos seus discursos. A população, pouco acostumada à realidade eleitoral, via-se perplexa e confusa. Afinal, de uma hora para outra, como um passe de mágica, os políticos pareciam ter-se tornado, todos, árdios defensores populares. Não era bem essa a prática deles durante longos anos de ausência de eleições "livres".

Até que ponto, também, eram essas eleições livres? As discussões políticas versavam a respeito da convocação de uma Assembléia ou um Congresso Constituinte, dos critérios para a escolha de candidatos, da influência do poder econômico, da elaboração de propostas constituintes etc. Embora essas discussões passassem ao largo das massas, sabia-se que algo estava acontecendo. Constituição e Constituinte eram as palavras mais faladas e ouvidas, embora nem sempre usadas de forma adequada. Por isso mesmo, havia uma vontade, bem ou mal expressa, de conhecer aquela nova realidade.

O GAJOP — Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares —, uma pequena entidade de defesa dos direitos humanos, com atuação na região metropolitana do Recife, também sentia essa vontade expressa pela população. Através do trabalho desenvolvido com comunidades carentes, à época prioritariamente centrado na questão da posse da terra urbana, as reuniões de que participávamos davam também conta da necessidade de realização de atividades educativas acerca da questão, haja vista a desinformação geral.

A CONSTITUINTE E O BRASIL EM REBOLIÇO



Autor: Walderes Brito

* GAJOP — Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares.

A proposta básica da atividade

Algumas já eram as incursões do GAJOP na área da educação. Desta vez, contávamos com a diferença básica de objetivarmos atingir um número mais expressivo de pessoas. A proposta básica era a da realização de debates de duas horas, aproximadamente, que despertassem o interesse pelo tema "Constituição/Constituinte", vinculado às eleições de 86. Nestes debates, alguns objetivos se destacavam:

- identificar critérios para a escolha de representantes realmente comprometidos com os legítimos interesses sociais;
- buscar formas de comprometimento dos candidatos constituintes com as propostas populares para a nova Constituição;
- discutir propostas populares para a nova Constituição, a partir de questionamentos acerca da realidade política e social em que vivemos; e
- discutir a importância de participação popular ativa nos movimentos sociais, de forma permanente, e não apenas no momento constituinte.

Definidos os objetivos básicos da atividade, restava-nos cair em sua prática. Afim, estava tudo começando. Um longo caminho havia que ser percorrido.

Evolução da atividade

É preciso dizer que a atividade não nasceu pronta e acabada. Foi preciso aprimorar a atividade no decorrer de sua própria execução. Ao mesmo tempo que se "ensinava" também se aprendia, como é próprio do verdadeiro processo educativo. Várias técnicas e metodologias de ensino foram aplicadas e aperfeiçoadas ao longo do tempo na ânsia de acertar.

Podemos identificar, claramente, dois grandes ciclos nesse trabalho. Um, ainda no ano de 1985, há mais de um ano das eleições constituintes, caracterizado por debates esporádicos; e outro, no ano seguinte, ano da própria eleição constituinte, caracterizado por debates intensos.

1º Ciclo – Debates esporádicos

O momento de implantação da atividade. Não havia a preocupação, por conta da distância das eleições, de atingir um grande número de pessoas. Era preciso sentir um pouco o terreno em que estávamos pisando, explorar nossas possibilidades e as do próprio tema.

Num período de sete meses – março a outubro – realizamos 17 debates que atingiram 595 pessoas, numa média de 35 por debate. Durante

este período, procuramos discutir, apenas com um público ligado a associações de moradores, o tema Constituição e Constituinte a partir da própria distinção entre esses termos; a importância que tem na vida política de um país. Além disso, um pouco da história de nossas Constituições e algumas idéias com relação à participação popular para o ano de 1986. Este era, também, o conteúdo da cartilha **Nós e a Constituinte**, especialmente editada para esta primeira etapa da atividade.

A distância em mais de um ano das eleições permitia a realização de debates a um nível bem básico, sem maior aprofundamento. Tal limitação na abordagem do tema deu-nos, também, oportunidade de desenvolver melhor o próprio conteúdo e a forma de trabalharmos a nível metodológico os aspectos mais específicos do tema para o próximo ciclo. Afinal, estávamos adquirindo a experiência necessária para a realização de trabalho mais massivo e abrangente – quanto ao conteúdo – sobre o tema.

Neste ciclo, os debates eram sempre realizados por dois expositores. Assim, a condução da exposição era dividida entre esses dois assessores, cabendo ao outro eventuais complementações durante a dinâmica. Ao lado destes dois expositores, havia a figura do observador, ao qual não cabia nenhum papel na condução da discussão, mas era extremamente importante para o aperfeiçoamento da metodologia e dos expositores, na medida em que, a nível interno da entidade, fazia a crítica do debate.

Tal sistemática adotada refletia o novo momento que vivíamos com a implantação da atividade com metodologia educacional especialmente criada para comunidades de baixa renda. O tipo de abordagem, a forma de falar, as expressões a serem evitadas, enfim, tudo estava sendo construído.

2º Ciclo – Debates intensos

Ano das eleições constituintes. Os candidatos nas ruas, rádios, TVs. Também para nós, do GAJOP, era fundamental atingirmos o maior número possível de pessoas. O grande número de solicitações para debates constituintes demonstrava bem a motivação da população em discutir o tema.

Num período de seis meses – maio a novembro – foram realizados 56 debates que atingiram cerca de 5.000 pessoas, numa média de 89 pessoas por debate. Estes números são inexpressivos se considerado o contingente de eleitores da região metropolitana do Recife – nossa área de atuação – e suas necessidades de informação. Para nós, porém, representaram esforço acentuado. A priorização desta atividade, em razão da proximidade das eleições, resultou em menor dedicação a outras. Foi preciso, inclusive, recusar inúmeros pedidos de debates, sob pena de sacrificarmos os outros trabalhos desenvolvidos.

Nesta etapa, já que o objetivo era atingir o maior número de pessoas, dentro de nossas possibilidades, não nos restringimos a atender solicitações apenas de associações de moradores. Realizamos debates também em escolas, igrejas, associações profissionais, e até mesmo num circo. O importante mesmo era ampliar a discussão na ótica popular.

Com grandes platéias o trabalho educativo fica sempre, de alguma forma, dificultado. Apesar disso, procuramos discutir o tema de forma que não ficasse tão genérico. Certos detalhes e especificações do processo histórico vivido eram de fundamental importância serem apreciados.

Nesta etapa valemo-nos de dois instrumentos que consideramos fundamentais para o trabalho — vídeos e cartilhas. Os vídeos enquanto instrumentos introdutórios ao debate, utilizados para motivar, nortear e facilitar as discussões. Já as cartilhas serviram como instrumentos finalizadores dos debates, através das quais buscamos deixar de posse dos participantes, em linguagem de fácil acesso, um pouco dos assuntos discutidos. A cartilha oferece, portanto, a possibilidade de consulta ao tema, complementando o processo educativo que tem no debate seu ponto alto, mas nele não se esgota.

Procuramos fazer com que esses dois instrumentos acompanhassem o conteúdo do debate, para que, complementando-se entre si, atingissem o público-alvo naquilo que fosse fundamental. Foram os seguintes os roteiros básicos dos instrumentos utilizados:

1. Cartilha e vídeos "Nós e a Constituinte" — Direitos do Cidadão

1.1 — Distinção entre Constituição/Constituinte (reprodução do conteúdo da primeira cartilha).

1.2 — Forma de convocação e funcionamento do Congresso Constituinte.

1.3 — Direitos e garantias individuais e coletivos (o que deve ser mantido e mudado).

1.4 — Eleição dos representantes do povo.

2. Cartilha e vídeos "Nós e a Constituinte" — A Hora de Votar

2.1 — As regras do "jogo" constituinte.

2.2 — O voto como arma popular.

2.3 — A importância dos partidos políticos.

2.4 — A escolha de candidatos comprometidos.

Esta última cartilha e vídeo foram utilizados apenas durante os dois meses anteriores às eleições.

Embora com conteúdos básicos semelhantes, as especialidades de cada instrumento permitem tratar mais detalhadamente determinados assuntos; a cartilha, por exemplo, tem condições de aprofundar a questão como a dos partidos políticos, bem como a função dos representantes do povo. Enquanto isso, o vídeo tem condições de melhor apresentar propostas populares para a Constituição, como o faz com relação a diversos assuntos: igualdade, segurança pública, trabalho, reforma agrária.

Nesta etapa do trabalho, plenamente consolidada a atividade, não havia mais a necessidade dos debates se realizarem com dois expositores. Apenas um era suficiente para conduzir as discussões.

DIFICULDADES ENCONTRADAS

As dificuldades que encontramos para a realização do trabalho foram de dois níveis:

1. A nível da equipe do GAJOP

- No início, não nos encontrávamos devidamente preparados para o desenvolvimento da atividade, problema este que fomos vencendo aos poucos, como já foi mostrado na evolução dos ciclos de debates.

- Além desta atividade desenvolvíamos várias outras que não podiam ser sacrificadas. Em certos momentos, tivemos que nos desdobrarmos com vistas a atender a todas as formas de atuação. Apesar disso, nem sempre nos foi possível satisfazer toda a demanda.

2. A nível das comunidades

- O momento pré-eleitoral, contraditoriamente, foi um fator de dificuldade. Como sabemos, as pessoas terminam se afastando das reuniões nas associações de moradores para se engajarem em campanhas, trabalhando como cabos eleitorais ou simplesmente assistindo comícios. Isso é comum, principalmente em comunidades carentes, onde a eleição vira uma festa "popular". A utilização do "vídeo" conseguiu, porém, diminuir estes efeitos, embora competíssemos com carros de som de alta potência, os quais tocavam os grandes sucessos da música popular nos momentos que antecediam os comícios.

- As lutas específicas de cada comunidade, diante de problemas graves e prementes como a construção de barreiras, transporte, saneamento, legalização da posse da terra, entre outros por que passam as comunidades carentes. É até natural que seja relegado a segundo plano. Um trabalho de natureza educativa.

- O baixo nível de conscientização do público-alvo algumas vezes impossibilitou o maior apro-

fundamento do tema, ficando os assessores presos à realização de uma aula, e não um debate, como era nossa proposta.

Esta última dificuldade nos dá a absoluta certeza da necessidade de trabalhos deste tipo, com o qual se busca abrir novos horizontes com vistas à participação ativa das comunidades carentes na vida política do país, o que é, em última análise, trabalho de conquista da cidadania.

PROPOSTAS PARA A NOVA CONSTITUIÇÃO

Os debates foram também momentos dedicados à identificação e elaboração de propostas populares à nova Constituição. Algumas delas, conhecidas nacionalmente ou surgidas em debates anteriores conosco realizados, eram apresentadas para reflexão e aprofundamento.

Com relação aos mais diversos assuntos — educação, saúde, reforma agrária, habitação etc. — tivemos propostas de modificação da realidade. Destacamos, aqui, algumas a nível institucional.

● **Quem tem o poder de eleger, deve ter também o poder de deseleger** — Proposta insistentemente apresentada, principalmente no meio das comunidades carentes e escolas públicas, como forma de barrar o populismo demagógico de grande parcela de políticos que se elege à custa de promessas para as quais pouco ou nada contribui para pô-las em prática, seja por má fé ou inexecutabilidade.

● **Tempo de propaganda eleitoral igual para todos os partidos** — Por essa proposta, todos os partidos disporiam do mesmo espaço de propaganda no rádio e na TV, independente do desempenho que os partidos tenham tido em eleições passadas. Afinal de contas, uma vez iniciada uma campanha política, os partidos deveriam possuir as mesmas condições para apresentarem seus candidatos e propostas e ganhar as eleições. A proposta visava ainda diminuir os efeitos do abuso do poder econômico.

● **Mecanismo de execução das leis vigentes** — Embora não devidamente detalhada, a proposta visava garantir a execução das leis em geral, principalmente a própria Constituição, as quais, como sabemos, hoje são flagrantemente desrespeitadas a torto e a direito.

EXTENSÃO DA ATIVIDADE

Nem sempre foi possível, como já dissemos, atender a todos os pedidos de realização de debates. Por isso, muitas vezes a solicitação se convertia em pedido de doação de cartilhas e empréstimos de fita de vídeo para a realização autônoma de debates. Inúmeras foram as vezes que assim procede-

mos. Na medida do possível cedemos cartilhas em números que variavam de 50 a 150 e possuíamos uma fita reserva para circular entre entidades interessadas.

Alguns pedidos de cartilhas por demais vultosos eram impossíveis de serem atendidos. Neste caso, autorizávamos a sua reprodução no número que desejassem, sem qualquer ônus para as entidades solicitantes. Hoje, fogue-nos ao controle, em razão do grande número de pedidos, a real quantidade de cartilhas que foi reproduzida.

Com isso, avaliamos que o real alcance da atividade foi de extensão bem superior aos números de debates realizados e do público-alvo atingido nestes debates. Embora sem a nossa participação concreta, inúmeros debates foram realizados e pessoas atingidas com a ajuda dos instrumentos de apoio por nós produzidos para a execução da atividade.

O alcance do trabalho se amplia ainda mais com a utilização do rádio. Através do programa "Violência, Zero", promoção semanal do GAJOP pela rádio Tamandaré — emissora em segundo lugar de audiência na Região Metropolitana do Recife — foi realizada uma série de debates sobre o tema:

1º debate: "A reforma agrária e a Constituinte". Contou com as participações de Reginaldo Muniz, economista e assessor da FETAPE (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco) e Euclides Nascimento, líder camponês candidato à Constituinte (30/Ago/86).

2º debate: "O que o povo espera da Constituinte". Teve como debatedor, analisando o tema e respondendo a perguntas dos ouvintes, um advogado do GAJOP (06/Set/86).

3º debate: "Partidos políticos e a Constituinte". Com a participação de representantes estaduais dos principais partidos (13/Set/86).

4º debate: "Como Votar". Com o Juiz Eleitoral, Dr. Estério Galvão, a respeito das dúvidas dos ouvintes quanto ao processo eleitoral, candidaturas, cédulas etc. (08/Nov/86).

Com uma média de 10.000 ouvintes por programa, segundo números do instituto verificador de audiência, atingimos com estes debates radiofônicos cerca de 40 mil pessoas, número que consideramos extremamente positivo, em se tratando de apenas quatro debates.

AVALIAÇÃO

Fica a consciência de que atingimos nosso principal objetivo, qual fosse o de levar a discussão do tema Constituição/Constituinte a um nível po-



pular compatível com nossas possibilidades. Não poderíamos, obviamente, ter a ilusão de atingirmos um número maior de pessoas. Para chegarmos a tal número, foi preciso um sobre-esforço da equipe nos últimos meses antes das eleições.

Nem por isso, deixamos de avaliar que muito mais havia por ser feito no âmbito de atuação que trabalhamos. Necessário seria que outras entidades similares ao GAJOP tivessem se juntado a um trabalho desse tipo, o que, infelizmente, não ocorreu. O tema "Constituinte", priorizado na palavra pela maioria das entidades que trabalham com direitos humanos, não encontrou ressonância na atuação concreta destas entidades.

Neste trabalho, encontramos nos vídeos algo de novo, para nós um instrumento dotado de um imenso potencial comunicador, na perspectiva exata de meio para se atingir um objetivo, que é a discussão de um determinado tema. Utilizando este instrumento motivador de discussões, a educação corre de maneira agradável. Diante de um resultado de tal forma proveitoso, podemos ter este veículo

de comunicação definitivamente incorporado à nossa prática educativa.

A evolução ocorrida durante os ciclos do programa na qualidade do trabalho educativo desenvolvido foi inegavelmente grande, ao ponto de encontrarmos todos aptos a coordenar discussões em vários níveis, desde comunidades carentes a cursos universitários, sabendo exatamente que tipo de abordagem metodológica empreender com cada público.

Dentre as razões já apresentadas, pelas quais identificamos a repercussão social por um trabalho desse tipo, destacamos, ainda mais, as propostas surgidas das comunidades. Apesar desse surgimento não ter sido em tão grande número — nem o objetivo principal da atividade era este — muitas propostas apresentadas foram de excelente qualidade. Cuidamos, pois, por veiculá-las nos debates subsequentes, procurando discutir seus prós e contras. Não objetivamos, entretanto, chegar a uma posição comum. Com a simples apresentação das propostas, o debate estava lançado. E era isso que nos interessava.

Participação Popular na Constituinte

A Plenária Nacional e as Emendas Populares



Capa do Boletim 1 do Movimento Gaúcho da Constituinte

Antropóloga Regina Prado* fez para **Proposta** um relato oral da relação entre os movimentos populares voltados para a Constituinte, e os seus avanços na educação política, ao lado do processo institucional em curso. Passaremos nessas reflexões pela formulação de uma visão de participação, pela sistematização nas comissões e subcomissões da Constituinte, pelas formas de esclarecimento e informação populares, pelas formas de pressão e negociação sobre os constituintes, levando em conta as etapas do próprio processo constituinte.

As experiências de articulações voltadas para a participação popular na Constituinte começaram em Porto Alegre, São Paulo e Rio de Janeiro, sem

que tivessem, inicialmente, conhecimento umas das outras. Em 1985 essas iniciativas estariam articuladas como uma espécie de rede nacional. O momento inicial do movimento girou em torno da "modalidade de constituinte", com os setores populares lutando por uma Constituinte exclusiva que fosse poder originário. Com o impacto da convocação de uma Constituinte congressional, o movimento de participação popular refluiria.

Do ano de 1986 até o mês de setembro, as entidades civis e os sindicatos, isolados ou articulados, dariam um caráter de "ano de reflexão e formulação de propostas" para a Constituinte. A partir de setembro de 1986 a campanha eleitoral começa a ganhar corpo, "sem centrar na Constituinte, com um pequeno grupo de entidades valorizando-a", os plenários se mantêm graças ao empenho abnegado de alguns, e com "momentos de vazios". Para Regina Prado, os ziguezagues da

* Secretária nacional dos plenários, movimentos e comitês pró-participação popular na Constituinte.

conjuntura se refletiam nos ciclos de fortalecimento e esvaziamento da luta pela participação popular no plano da afirmação da presença popular na construção de uma nova institucionalidade.

Com a posse dos constituintes e ao lado do processo de organização das comissões e subcomissões, as articulações pró-participação popular e algumas outras entidades que viriam se destacando no processo de pressão e acompanhamento pelas causas populares na Constituinte fizeram um trabalho de reconhecimento e formulação. Reconhecimento dos parlamentares e de suas inclinações políticas, e formulação de sugestões e propostas para os trabalhos substantivos, inclusive na busca da formulação legal, nos termos de um trabalho constituinte. Ao lado de parlamentares interessados nas causas democráticas e populares foram sendo elaborados, pelos movimentos e entidades populares, artigos e capítulos com base política, técnica e legal. Foi uma forma de capacitação política, na qual, aos poucos, algumas entidades de assessoria ao movimento popular, e algumas entidades de massas foram criando as condições para a posterior difusão de propostas, e particularmente de emendas, corretamente elaboradas.

Se as cartilhas e instrumentos de esclarecimento popular tiveram papel destacado nos primeiros momentos do movimento, com temas como "Constituições e Constituintes no Brasil" ou "O que É a Constituinte", os novos instrumentos e as novas cartilhas, desde a posse e início dos trabalhos, iam adquirindo nova feição. Tratava-se de distribuir cartilhas que formulassem os interesses populares que deveriam ser garantidos como conquistas sociais, políticas e econômicas na Constituinte, permitindo uma compreensão da relação entre os interesses mais urgentes e a necessidade de uma formulação legal. Assim, buscou-se, com essas cartilhas, dar inteligibilidade aos textos legais formulados que traduziam os interesses populares, bem como popularizar na forma de campanha as bandeiras de luta que ali estavam materializadas.

Para dar força a esse processo de elaboração, e ao trabalho junto aos parlamentares, Regina Prado destacou a importância do aprendizado que tiveram movimentos e entidades populares, ao terem de formular a atuação dos, assim chamados "lobbies populares". Através de caravanas e formas de pressão os movimentos populares e suas lideranças iam aprendendo a exercitar a sua capacidade política de manejo do intrincado mecanismo parlamentar, explorar as brechas e negociar, processo que nem sempre pode funcionar na base simplista do "ou tudo ou nada".

O parlamento deixa de ser, assim, um mundo desconhecido dos de "baixo", e os procedimentos de negociação podem ser entendidos como positivos em face à correlação de forças, às condições reais da Constituinte, o que permitiu muitas vezes, como veremos, conquistas parciais significativas. A

atividade política do movimento popular em relação à Constituinte, enquanto experiência direta, permitiu ver "o Congresso como um campo de batalha", com todos os seus confrontos e manobras. O aprendizado da lógica parlamentar contribuirá, por motivos diversos, no dizer de Regina Prado, para que o "resultado final não seja tão frustrante", isso se tivermos em mente que já se esperava uma forte presença conservadora, uma evidente inclinação à direita, tornando, assim, paradoxalmente, extremamente relevantes certas conquistas, que dependeram da capacidade de influenciar melhores escolhas por parte dos constituintes, explorando contradições do seu posicionamento. Essa avaliação será relativizada posteriormente pelas modificações impressas pela presença política do Centrão, mas no início a presença e a influência dos movimentos e entidades populares pareciam aumentar.

A "iniciativa popular ampliando a democracia representativa"

A partir da posse do Congresso Constituinte, os movimentos populares, baseados em propostas dos plênários pró-participação decidiram antecipar para o regimento interno da Constituinte instrumentos de participação popular. Na "batalha regimental" travada a partir de fevereiro de 1987 a pressão das forças democráticas, segundo Regina Prado, conseguiu garantir conquistas significativas:

1. a realização de audiências públicas das subcomissões com os movimentos e entidades;
2. o voto devia se dar nominalmente e a descoberto;
3. as entidades procurariam manter uma rede diária de informações; e
4. conquistava-se para a etapa de elaboração da Carta, antecipadamente, o direito à iniciativa popular de realizar emendas ao trabalho dos constituintes.

Não se conseguiu garantir a soberania da Constituinte, seu caráter de poder originário, capaz de prevalecer imediatamente sobre os demais poderes da República. Muito menos conseguiu-se fazer com que os congressistas assumissem o caráter exclusivamente constituinte de sua atividade, o que significaria a dissolução da Assembléia após a aprovação da Carta.

O movimento pró-participação popular se colocou em marcha, a partir daí, para a difusão do novo instrumento, da emenda popular. Através de cartazes, panfletos e contactos procurou estimular e explicar acerca da sua utilização, para que as entidades e movimentos sociais elaborassem propostas de emendas, que poderiam, talvez, vir a se converter em artigos ou capítulos da nova Constituição.

Os próprios plenários pró-participação popular se dividiram para elaborar, ou para buscar a colaboração de entidades que pudessem fazê-lo, algumas propostas de emendas sobre: reforma agrária, reforma urbana, saúde, direitos dos trabalhadores e educação. Mais particularmente, os plenários pró-participação assumiram a bandeira da emenda relativa à iniciativa popular para legislar, como parte do aprimoramento da democracia representativa na nova Carta. A sugestão ficou como base para que todas as propostas de emenda contivessem sugestões de mecanismos de aplicação e decisão baseados no controle democrático do povo.

Para Regina Prado, o êxito de mobilização em torno das emendas se evidencia pela entrega de mais de 122 emendas populares, durante o período de sistematização. O aproveitamento desse mecanismo legal, formal, de caráter regimental, permitiu a mobilização nacional que resultou em mais de 12 milhões de assinaturas. Aqui cabe destacar que, de acordo com uma pesquisa de avaliação das emendas, a maioria delas teve sua origem a partir de três tipos de organização social: Igreja Católica e movimentos religiosos de base, tipo pastorais; as próprias plenárias populares; e os sindicatos de trabalhadores rurais (até mesmo quando se tratava de questões correlativas aos trabalhadores urbanos).

Os resultados da Comissão de Sistematização, votando a partir do texto do Deputado Bernardo Cabral foi acompanhado com interesse por muitas entidades, e resultou num texto de compromissos políticos mais ou menos positivos, chegando a produzir "um novo alento", como quando da votação do mandato de José Sarney.

A guinada à direita

A articulação do chamado Centrão levou a efeito o chamado "golpe do regimento interno".

Desde 3 de dezembro de 1987 o substitutivo das forças conservadoras passou a prevalecer nas votações e as conquistas sociais ficaram ameaçadas. Nesse primeiro turno de votações da Constituinte vem prevalecendo a iniciativa da direita, o que para Regina Prado se materializou de maneira mais contundente na votação de terça, 22 de março, quando, ao lado do presidencialismo, abriu-se o espaço para a vitória dos cinco anos para Sarney. Para Regina Prado a divisão das forças progressistas naquele episódio, da votação do sistema de governo, amplia as dificuldades para bloquear os golpes da direita nas próximas votações. Os plenários populares e entidades mais ligadas ao acompanhamento constante do processo constituinte se preparam para manter um poder de pressão que alcance o segundo turno da votação da nova Constituição, quando ainda existe o risco de serem suprimidas conquistas que foram preservadas no primeiro turno da votação.

Para a dirigente da articulação dos plenários e movimentos é preciso que, tanto agora (abril de 88) quanto depois de aprovada a nova Carta, saibamos, cidadãos e movimentos sociais, refletir de maneira matizada os resultados políticos desse processo. Os painéis esclarecedores e cartazes de denúncias nas ruas e praças nem sempre conseguem traduzir os aspectos e matizes de conquistas parciais que o processo pró-participação popular vem garantindo e pode ainda garantir. Nos desdobramentos da elaboração das leis complementares, nos desdobramentos das Constituintes estaduais, nos processos de elaboração da legislação municipal (lei orgânica dos municípios), e mesmo no esclarecimento popular acerca da nova Carta nacional, é preciso manter de pé o movimento; o processo de luta em torno da Constituinte ainda está aberto.

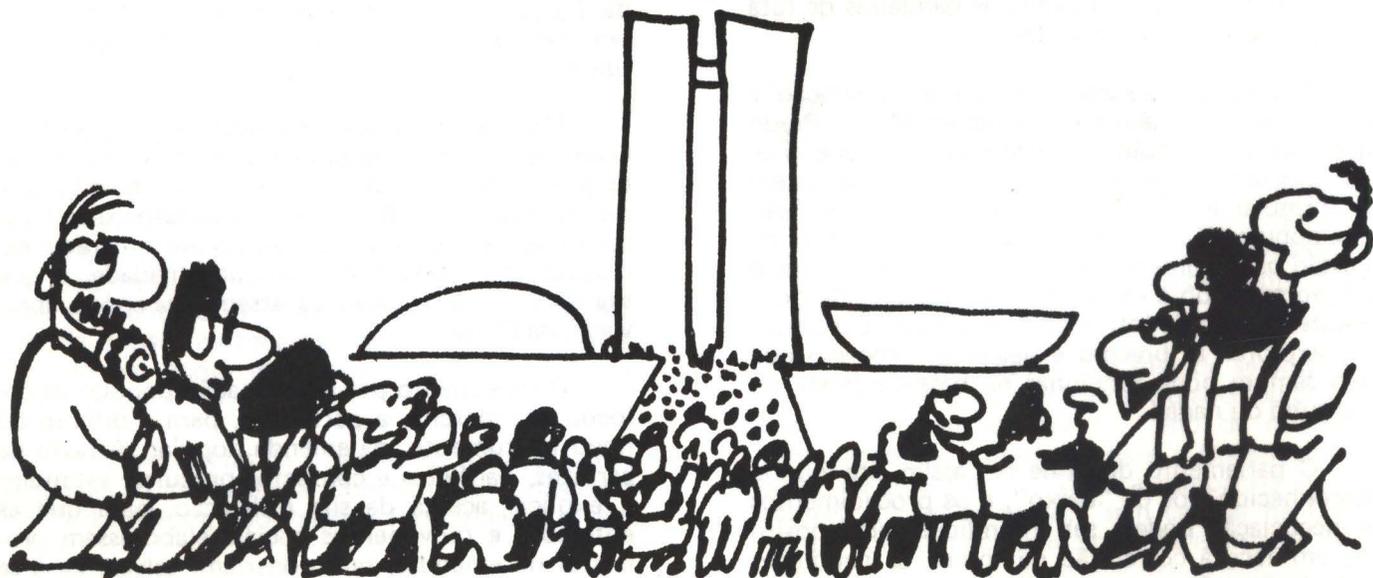


Ilustração: Laerte

Os movimentos sociais como atores políticos

Além das experiências de Vila Velha e São João de Meriti, cujo caráter educativo é acentuado, outras mobilizações, como a caravana dos trabalhadores rurais e sem-terra a Brasília, têm um conteúdo de formação política, num sentido mais específico, dado o processo de preparação para a mobilização, que envolveu muita discussão, esclarecimento e reflexão nas bases, sobre o espaço aberto pela Constituinte e a melhor forma de ocupá-lo.

Trabalhadores rurais e sem-terra

O dia 12 de agosto de 1987 foi o dia da entrega das emendas populares no Congresso Constituinte, em Brasília, com o comparecimento de cerca de três mil trabalhadores. A emenda da reforma agrária, que conseguiu o maior número de assinaturas — um milhão e duzentas mil! — no total das 34 emendas populares entregues, mobilizou de norte a sul do país, desde trabalhadores rurais e de outras categorias, até um número bastante expressivo de entidades que “se responsabilizaram” pela emenda. Ficou evidente, neste processo todo, que a necessidade da realização da reforma agrária é um “consenso nacional!” Um “consenso nacional”, sim, entre as forças democráticas e populares do nosso país, entre os trabalhadores e cidadãos que lutam por uma ordem mais justa e insistem em não fechar os olhos às atrocidades cometidas no campo pelos opositores da reforma agrária.

Não é à toa que esta foi a emenda que conseguiu o maior número de assinaturas!

Continuando mobilizados e atentos ao desenrolar dos trabalhos do Congresso Constituinte, os trabalhadores rurais e sem-terra prepararam uma caravana a Brasília, com participação de delegações do Brasil todo. Entre 4 e 7 de outubro de 1987, Brasília foi ocupada por mais de dez mil lavradores, com o objetivo de mostrar à sociedade a força dos trabalhadores rurais; de conscientizar e politizar os trabalhadores sobre o funcionamento do poder político central; de pressionar os constituintes e os órgãos públicos relacionados com a reforma agrária e a política agrícola.

Para pressionar os órgãos públicos, os trabalhadores saíram em passeata, da rampa do Congres-

so Nacional para o Ministério da Agricultura, onde entregaram documento exigindo, em resumo, soluções relativas ao crédito rural, aos preços de comercialização dos produtos agropecuários, seguro agrícola, assistência técnica e extensão rural etc. Depois, continuaram a caminhada até o Ministério da Justiça, onde protestaram contra a violência do latifúndio e a “omissão” do ministro, exigindo apuração dos crimes no campo. Brossard negou-se a receber os trabalhadores e a comissão de parlamentares presente.

Concentraram-se também em frente à catedral, planejando se dirigir ao Ministério do Interior, mas foram impedidos pela Polícia do Exército sob ordens do secretário de Segurança Pública de Brasília, cel. Brochado. Foram, então, até a embaixada norte-americana, onde entregaram documento denunciando a exploração de empresas e bancos norte-americanos no Brasil, e a situação geral dos trabalhadores rurais e sem-terra. Além disso, denunciaram que, sob a administração de partidos políticos americanos e com recursos do Tesouro americano, a entidade National Endowment for Democracy, articuladora de várias ações em países latino-americanos, tentava nos impor uma Constituição conservadora, contando, para isso, com o apoio de parlamentares do PDS, PFL, PL, PTB, PDC e PMDB.

Por último foram ao MIRAD: ocuparam os arredores do Ministério, cantando, discursando e colocando suas reivindicações, ao mesmo tempo que cobravam do ministro um posicionamento mais firme na execução da reforma agrária, sem permitir recuos em relação às conquistas previstas na legislação atual, mas assumindo os avanços exigidos nas ruas.

PROPOSTA POPULAR DE EMENDA AO PROJETO DE CONSTITUIÇÃO

"Emenda sobre Reforma Agrária, Política Agrícola e Fundiária" Inclua-se na Constituição Brasileira onde couber:

Art. 1º — Ao direito de propriedade de imóvel rural corresponde uma obrigação social.

§ 1º — O imóvel rural que não corresponder à obrigação social será arrecadado mediante a aplicação dos institutos da Perda Sumária e da Desapropriação por Interesse Social para fins de Reforma Agrária.

§ 2º — A propriedade de imóvel rural corresponde à obrigação social quando, simultaneamente:

- a) é racionalmente aproveitado;
- b) conserva os recursos naturais renováveis e preserva o meio ambiente;
- c) observa as disposições legais que regulam as relações de trabalho e de produção e não motiva conflitos ou disputas pela posse ou domínio;
- d) não excede a área máxima prevista como limite regional;
- e) respeita os direitos das populações indígenas que vivem nas suas imediações.

§ 3º — O imóvel rural com área superior a sessenta (60) módulos regionais de exploração agrícola terá o seu domínio e posse transferidos, por sentença declaratória, quando permanecer totalmente inexplorado, durante três (03) anos consecutivos, independentemente de qualquer indenização.

§ 4º — Os demais imóveis rurais que não corresponderem à obrigação social serão desapropriados por interesse social para fins de Reforma Agrária, mediante indenização paga em títulos da dívida agrária, de valor por hectare e liquidez inversamente proporcionais à área e à obrigação social não atendida, e com prazo diretamente proporcional aos mesmos fatores.

Art. 2º — A indenização referida no art. 1º, § 4º, significa tornar sem dano unicamente em relação ao custo histórico de aquisição e dos investimentos realizados pelo proprietário, seja da terra nua, seja de benfeitorias, e com a dedução dos valores correspondentes a investimentos públicos e débitos em aberto com instituições oficiais.

§ 1º — Os títulos da dívida agrária são resgatáveis no prazo de vinte anos, a partir do quinto ano, em parcelas anuais sucessivas, assegurada a sua aceitação, a qualquer tempo, como meio de pagamento de até cinquenta por cento do imposto territorial rural e como pagamento de parte de terras públicas.

§ 2º — A declaração de interesse social para fins de Reforma Agrária opera automaticamente a imissão da União na posse do imóvel, permitindo o registro da propriedade. Qualquer contestação na ação própria ou em outra medida judicial somente poderá versar sobre o valor depositado pelo expropriante.

§ 3º — A desapropriação de que fala este artigo se aplicará tanto à terra nua quanto às benfeitorias indenizáveis.

Art. 3º — O imóvel rural desapropriado por Interesse Social para fins de Reforma Agrária será indenizado na proporção da utilidade que representa para o meio social e que tem como parâmetros os tributos honrados pelo proprietário.

Parágrafo Único — A desapropriação de que trata este artigo é de competência exclusiva da União, e poderá ser delegada através de ato do Presidente da República.

Art. 4º — Ninguém poderá ser proprietário, direta ou indiretamente, de imóvel rural, de área contínua ou descontínua, superior a sessenta (60) módulos regionais de exploração agrícola, ficando o excedente, mesmo que corresponda à sua obrigação social, sujeito à desapropriação por interesse social para fins de Reforma Agrária.

Parágrafo Único — A área referida neste artigo será considerada pelo conjunto de imóveis rurais de um mesmo proprietário no País.

Art. 5º — Durante a execução da Reforma Agrária ficam suspensas todas as ações de despejos e de reintegração de posse contra arrendatário, parceiros, posseiros e outros trabalhadores rurais que mantenham relações de produção com o titular do domínio da gleba, ainda que indiretamente.

Art. 6º — Estão excluídos de desapropriação por interesse social para fins de Reforma Agrária os imóveis rurais direta e pessoalmente explorados em dimensão que não ultrapasse a três (03) módulos regionais de exploração agrícola.

§ 1º — É dever do Poder Público promover e criar as condições de acesso do trabalhador à propriedade da terra economicamente útil, de preferência na região em que habita, ou, quando as circunstâncias urbanas ou regionais o aconselharem, em zonas plenamente ajustadas, na forma que a lei vier a determinar.

§ 2º — O Poder Público reconhece o direito à propriedade da terra agrícola na forma cooperativa, condominial, comunitária, associativa, individual ou mista.

Art. 7º — Terras públicas da União, Estados, Territórios e Municípios somente serão transferidas a pessoas físicas brasileiras que se qualifiquem para o trabalho rural mediante concessão de Direito Real de Uso da Superfície, limitada a extensão a três (03) módulos regionais de exploração agrícola, excetuados os casos de cooperativas de produção originais do processo de Reforma Agrária e ressalvadas as hipóteses previstas nos arts. 13 e 14.

Art. 8º — Pessoas físicas ou jurídicas estrangeiras não poderão possuir terras no País cujo somatório, ainda que por interposta pessoa, seja superior a três (03) módulos regionais de exploração agrícola.

Art. 9º — Aos proprietários de imóveis rurais de área não excedente a três (03) módulos regionais de exploração agrícola que os cultivem, explorem diretamente, neles residam e não possuam outros imóveis rurais, e aos beneficiários da Reforma Agrária, serão asseguradas as condições de apoio financeiro e técnico para que utilizem adequadamente a terra.

Parágrafo Único — É insuscetível de penhora a propriedade rural até o limite de três (03) módulos regionais de exploração agrícola, incluída a sua sede, explorada diretamente pelo trabalhador que nela reside e não possua outros imóveis rurais. Nesse caso, a garantia pelas obrigações limitar-se-á à safra.

Art. 10 — A desapropriação por utilidade pública dos imóveis rurais mencionados no artigo 9º somente poderá ser feita, se assim preferir o expropriado, mediante permuta por área equivalente situada na região de influência da obra motivadora da ação.

Art. 11 — A Contribuição de Melhoria será exigida aos proprietários de imóveis valorizados por obras públicas e terá por limite global o custo das obras públicas que incluirá o valor das despesas e indenizações devidas por eventuais desvalorizações que as mesmas acarretarem, e por limite individual, exigido de cada contribuinte, a estimativa legal do acréscimo de valor que resultar para imóveis de sua propriedade.

§ 1º — A Contribuição de Melhoria será lançada e cobrada nos dois anos subsequentes à conclusão da obra.

§ 2º — O produto da arrecadação da Contribuição de Melhoria das obras realizadas pela União nas áreas de Reforma Agrária destinar-se-á ao Fundo Nacional de Reforma Agrária.

Art. 12 — O Poder Público poderá reconhecer a posse pacífica em imóveis rurais públicos ou privados, sob certas condições impostas aos beneficiários e em área que não exceda três (03) módulos regionais de exploração agrícola.

Art. 13 — Todo aquele que, não sendo proprietário rural, possuir como sua, por três (03) anos ininterruptos, sem justo título ou boa fé, área rural particular ou devoluta contínua, não excedente a três (03) módulos regionais de exploração agrícola, e a houver tornado produtiva com seu trabalho e nela tiver sua morada permanente, adquirir-lhe-á o domínio mediante sentença declaratória, a qual servirá de título para o registro imobiliário respectivo.

Art. 14 — Lei Federal disporá sobre as condições de legitimação de ocupação até três (03) módulos regionais de exploração agrícola de terras públicas para aqueles que as tornarem produtivas, com seu trabalho e de sua família.

DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 15 — Até que a lei especial determine a forma de cálculo do Módulo Regional de Exposição Agrícola, referido nos Artigos 1º, 4º, 6º, 7º, 8º, 9º, 12, 13 e 14 e defina a área geográfica das respectivas regiões, será utilizado o cálculo descrito para o módulo fiscal no Artigo 50, § 2º, da Lei 4.504, de 30 de novembro de 1964, com a redação dada pelo Art. 1º da Lei 6.746 de 10 de dezembro de 1979, e no art. 4º do Decreto nº 84.685 de 06 de maio de 1980, e considerado como região o Município ou grupo de Municípios com características econômicas e ecológicas homogêneas.

Art. 16 — A receita pública da tributação dos recursos fundiários rurais deverá atender exclusivamente aos programas governamentais de desenvolvimento rural e, preferencialmente, ao processo de reforma agrária.

Art. 17 — Será constituído o Fundo Nacional de Reforma Agrária, com dotação orçamentária de no mínimo 5% da receita prevista no orçamento da União.



Movimento de Meninos e Meninas de Rua - como se define a sua origem



O Movimento dos Meninos e Meninas de Rua, ao realizar seu primeiro encontro nacional em Brasília, marcava o início da luta pelo reconhecimento de uma identidade própria e pela definição de seus direitos à cidadania, no momento em que o "constituir" se colocava para todos.

"O Movimento de Meninos e Meninas de Rua* é um movimento não-governamental, de âmbito nacional, cujo início se deu em junho de 1985, durante o Encontro Nacional de Comissões ou grupos Locais voltados à problemática dos meninos e meninas de rua.

"A origem do movimento tem uma relação estreita com a atuação do Projeto Meninos de Rua (Unicef, SAS, Funabem) que, ao longo destes últimos anos, a partir de experiências e programas com meninos de rua existentes no Brasil, facilitou o seu intercâmbio e o aprofundamento de sua prática através de seminários de sensibilização, estágios, treinamentos, estudos, publicações etc.

"Pessoas engajadas e comprometidas foram se conhecendo, pessoas sensíveis ao problema juntaram-se, experiências novas foram surgindo, linhas mais claras de trabalho foram se definindo a partir

das práticas concretas. Em diversas cidades do país grupos de pessoas ligadas diretamente a trabalhos com meninos de rua foram se encontrando sistematicamente, constituindo-se em comissões ou grupos, não institucionais, abertos, ecumênicos, unicamente comprometidos com a causa dos meninos e meninas."

Estes grupos e comissões se propõem a "ter clara a proposta pedagógica libertadora" e a realizar "ações básicas", entre as quais a organização de encontros de meninos e meninas, a divulgação do movimento comunitário nos bairros, etc., com o objetivo de promover uma reflexão dos meninos e meninas sobre sua própria experiência e a elaboração de propostas, e, ao mesmo tempo, "despertar e fortalecer uma consciência mais clara da população a respeito da situação das crianças, suas verdadeiras causas, e da responsabilidade por parte da sociedade."

O primeiro Encontro Nacional de Meninos e Meninas de Rua, realizado em Brasília, de 26 a 28 de maio de 1986, discutiu os seguintes temas: educação, trabalho, família, violência, saúde e grupos de organização. Cada um dos temas foi discutido por todos e foram registradas as propostas que surgiram em relação a cada um dos temas. O tema educação suscitou muitas opiniões a partir de quatro questões básicas colocadas pelos coordenadores do encontro. No quadro abaixo, as questões e algumas das propostas dos meninos e meninas.

* O texto e as expressões entre aspas foram retirados do documento oficial do "Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua", que contém suas definições básicas, princípios de ação, estrutura organizacional, etc.

QUADRO I

I — Você acha que a educação no Brasil está sendo boa para o menor?

1. Falta de recursos, falta de professores, falta de higiene em alguns colégios e de esporte e áreas de lazer em algumas escolas.

2. Faltam bons professores e livros didáticos. Os professores estão com método fraco.

3. Alguns professores têm outra profissão além da de professor e assim prejudicam os alunos porque se dedicam mais a outra profissão.

4. Se a gente tiver um estudo melhor, a gente não é enganada pelos candidatos. Não vamos ser comprados por um pouquinho de feijão, brinde, atterro, para votar em qualquer um.

5. A escola não prepara a gente para a vida.

6. Muitos menores não têm educação. Alguns estudam, mas por uma condição de necessidade deixam de estudar para trabalhar.

7. Nenhuma pessoa educa. Eles dão mais violência do que educam.

8. A escolha não é boa porque não é dinâmica. Todo dia é a mesma coisa.

9. Muitos alunos só vão à escola por causa da merenda.

10. Merenda suja, feijão "bala", duro, banheiro fedido e água suja.

11. O diretor me dava 10 a 15 cruzeiros para mim não caguetar a escola. Ele levava roupa, arroz, feijão, que o governo mandava. Já fazia um ano até que eu e três colegas caguetamos.

12. Não porque o governo não tem atenção voltada para o menor carente que estuda ou não.

II — Você acha que os livros que se usam na escola estão sendo relacionados com a nossa realidade, por quê?

1. Não porque os livros que eles dão fala mais para a sociedade acima e não abaixo. Paulinho é o filho de um executivo. Paulinho não trabalha. A nossa realidade é que nós **tem** que trabalhar.

2. Os livros não falam das coisas de hoje. Não fala nada do que interessa para a gente.

3. O livro ajuda sim. Por exemplo o de matemática é muito preciso no comércio, o português numa reunião para falar certo ou errado. E se você viajar e não souber a história e a geografia de um lugar, vai ficar completamente perdido.

4. Acho que essa pergunta não é o ideal. Acho que deveria ser assim: Se há condições de alunos comprarem livros, que não só os estudantes de 1º Grau, mas também de 2º Grau que deveriam receber livros e merenda escolar.

5. Acho que não, porque existem vários autores de matérias iguais que explicam diferente uns dos outros. Que deveriam ser adotados livros que fossem capacitados. Que fossem adotados em todos os colégios com assuntos iguais para cada série ou ano ou em toda nação brasileira.

6. Os livros não ensinam a nossa própria história. Eles ensinam a de outro país.

7. Não há reaproveitamento do livro no ano seguinte. Num ano começa a metade do livro e no ano seguinte não continua e já tenho que comprar outro livro.

III — Como fazer para mudar esta situação?

1. As autoridades devem construir mais escolas, colocar mais professores, distribuir mais merendas, materiais escolares principalmente livros.

2. Os professores devem dar uma atenção maior para os alunos. Que o dever da professora é passar o dever e explicar e não só passar e ir embora.

3. A classe alta ter um livro a nível deles. A classe média ter um livro ao nível deles. A classe baixa ter um livro a nível nosso.

4. É só o governo cumprir aquilo lá que tá escrito ("Educação para todos, é por aí que se muda") — cartaz.

5. A população deveria se mobilizar. Vir num encontro como este aqui, estudante de todo Brasil.

6. Tem que ter mais escolas no interior. Tem interior que só tem uma escola. O pessoal do interior não tem capacidade de pedir escola pois não tem escola para aprender a pedir.

7. Os livros sejam doados aos alunos pobres e que realmente cheguem aos alunos.

8. Pagar salários justos aos professores.

9. A liberação do menor que trabalha no horário de aula.

10. Deveria aumentar o salário dos pais das crianças para que nós **pudesse** trabalhar menos e **pudesse** estudar. A dívida externa prejudica muito. As coisas encarecem muito e nós **tem** de trabalhar mais para ajudar em casa e não dá tempo de brincar e estudar.

IV – O que fazer depois que sairmos do encontro?

1. Esta pergunta deve ser feita para as autoridades: o que é que eles vão fazer depois do nosso encontro? Será que vai ser útil todo nosso trabalho?

2. Depois do encontro as pessoas devem se **ajuntar** em grupos nas cidades. Nós não queremos ser esquecidos; se não reunirmos mais irá cair no esquecimento.

3. Caso as autoridades não atenderem nossos pedidos, voltar novamente a Brasília e cobrar. Organizar as delegações por estado, e depois, com a chegada de todos, ir até às autoridades.

4. Se pelo menos uma vez por ano um encontro nacional. Fazer um encontro estadual, um encontro a nível de cidades mensalmente de pais e menores, debater os problemas do menor.

5. Eu gostaria de fazer uma pergunta: por que eles compram material para as forças armadas e não compram para as escolas?

Sobre o tema trabalho, a visão dos meninos, em geral, é bastante amadurecida, até sofrida, e demonstra clareza sobre a situação de exploração a que o menor é submetido nas relações de trabalho. Quanto à visão de família, é estreitamente vinculada à situação sócio-econômica dos pais, e às dificuldades decorrentes da carência material e afetiva. Foi levantada também a questão da violência em casa e da falta de diálogo como fortes motivos da separação familiar. O problema da saúde é relacionado principalmente à alimentação deficiente e à precariedade ou inexistência dos serviços do estado relativos à higiene e à saúde públicas, mas foi levantado também o problema do uso de drogas. Nas discussões sobre violência é que surgem os aspectos mais dramáticos do movimento e as denúncias: "Os policiais devem dialogar com os me-

nores, antes de começar a espancar severamente"; "Nós, os meninos de rua, que somos chamados de pequenos ladrões devemos reivindicar mais empregos e salários dignos aos nossos pais, assim os filhos não iriam para a rua pegar porrada de polícia"...

Toda esta realidade levantada no encontro só foi possível vir à tona de maneira organizada, porque a crise do regime abriu este espaço, porque a sociedade brasileira se encontra no "momento constituinte", e porque havia e há urgência, para grandes parcelas da população marginalizada, na busca de uma identidade "cidadã" e do reconhecimento social e constitucional – elementos fundamentais na construção de uma sociedade democrática e pluralista.

As crianças da Baixada Fluminense

Mas, crianças e adolescentes entre sete e 16 anos, moradores e estudantes da Baixada Fluminense, também se mobilizaram para discutir sua realidade e levantar propostas para a Constituição. Veja abaixo os documentos elaborados, redigidos por eles e enviados para os constituintes. É interessante notar que algumas reivindicações relativas à educação são semelhantes às reivindicações dos meninos e meninas de rua, o que demonstra que, embora vivendo realidades imediatas diferentes, a percepção dos problemas coincide porque, de uma maneira geral, a educação é ministrada sob condições efetivamente precárias.

Encontro do Mac (Movimento de Adolescentes e Crianças)

Orçamento na Constituição

- Data: 16 de Novembro de 1986
 Local: CIEP do Parque São Vicente de Paula, Nova Sguazú
- Participantes: 80 crianças dos seguintes locais:
- Morro agudo - Nova Sguazú
 - Bairro da Luz - Nova Sguazú
 - Mesquita - Nova Sguazú
 - São Vicente - " "
 - Santa Maria - " "
 - Km 42 - Itaguair
 - Vila do Fato - Rio de Janeiro
 - Morro São Carlos - " "
 - Acaú - " "

Durante toda manhã nos crianças discutimos a nossa realidade e fizemos os seguintes propostas para a nova Constituição:

1. Direito de viver, sem preconceitos
2. Direito de pensar e falar.
3. Direito a educação
 - Criação de mais escolas
 - Melhoria de condições nas escolas (bebedouros, banheiros, limpeza, comodidade)
 - As escolas devem dar material escolar para os alunos.
 - Transporte gratuito para todos os estudantes até 2º Grau.
 - Escolas para crianças deficientes no bairro e a escola for longe, que haja ônibus para levá-las.

5. Direito à Saúde

- Melhores condições de atendimento nos hospitais
- Limpar os hospitais e acabar com as filas do INPS. O direito de ser atendido no momento que precisa.
- Atendimento à Saúde gratuita para todos
- Mais hospitais próximos às comunidades e um posto de saúde em cada bairro

6. Melhorias na Qualidade de Vida

- Fortalecimento da organização da comunidade
- Um terreno para cada família com condições de moradia e plantio.
- Saneamento básico em todos os bairros: água, luz, esgoto, coleta de lixo, policiamento, etc...
- Iluminação pública nos bairros
- Policiamento
- Melhores condições de transporte para a população
- Que todas as empresas ofereçam transporte gratuito para os trabalhadores.

7. Outras reivindicações

- Reforma agrária
 - Melhor distribuição da renda
 - Proteção da matança
 - Mais repressões aos traficantes de drogas
- Esperando ser ouvidos pelos deputados e Senadores Constituintes, assinamos:

- Que todos os bairros tenham escolas, creches, espaço de lazer com brinquedos gratuitos para todos as crianças.
- Que os professores sejam mais capacitados, e com o salário justo.
- Professores formados em todas as escolas
- Estágios não deve ocupar o lugar do professor.
- Elevar o nível de ensino em todas as escolas que deverão ser gratuitas até o 2º Grau e a faculdade.
- Criação de creches nos bairros para que as crianças fiquem protegidas enquanto as mães trabalham.
- Que na escola a gente aprenda uma profissão

4. Direito ao Trabalho

- Melhores condições de vida para as empregadas domésticas
- Que todos os trabalhadores recebam um salário suficiente para proporcionar moradia, saúde, vestuário, educação, alimentação a sua família
- redução do horário de trabalho para trabalhadora conviver com sua família
- ter emprego para todos, principalmente para os pais.
- Estabilidade no emprego.
- Mais segurança no trabalho para evitar acidentes de trabalho.

Rio de Janeiro de 14 de novembro de 1986

Que os políticos façam cumprir a lei dos direitos humanos, cumpram suas promessas e todos os homens tenham trabalho e salário justo.

Que acabe a mendicância, não faltam do alimento para o povo.

• Que façam reforma em todas as escolas, colocando carteiras novas, material escolar, armários, melhorar as merendas em todas as escolas.

• Que façam reforma agrária justa no campo, e um saneamento básico nas favelas. Construir escolas, áreas de lazer, supermercado, transporte para condições de vida mais humanas.

• Melhorar os salários dos professores para que eles não precisem trabalhar em várias escolas para se manterem.

• Que os professores tenham um bom preparo para dar aulas.

• Que aumente os salários dos trabalhadores que merecem, e congelar mais os mercados.

Nós somos de um grupo de crianças "Esperança do Futuro" do morro de São Carlos. Nós fizemos debates sobre a constituinte e constituição. Nós debatemos este assunto no artesanato e teatro.

Nós estamos escrevendo esta carta para que coloquem estas leis na constituição. Esperamos que vocês façam leis honestas tanto para os adultos quanto para as crianças para melhorar a vida do povo brasileiro.

- Alessandra Santiago Dias - 13 anos
- Katia Cristina Elias - 12 anos
- Juanilda Braz de Lucena - 14 anos.
- Claudia Santiago Dias - 11 anos
- Vanessa Cristina Damasceno Lima - 11 anos
- Wagner Luiz Evangelista - 11 anos.
- Leonia Elaine de Carvalho - 11 anos.
- Renata Mendes - 10 anos
- Ediana apóstola morais da silva - anos 7
- Emilia Gomes - 9 anos
- Rita de Cássia dos Reis - 12 anos
- Jamaina Anívia Ferreira - 13 anos

Seringueiros e índios

Os seringueiros do Acre, Amazonas, Pará e Rondônia realizaram também o seu primeiro Encontro Nacional, em Brasília, de 11 a 17 de outubro de 1985, e tomam resoluções relativas a: "Desenvolvimento da Amazônia", "Reforma Agrária", "Política para a Borracha", "Política de Abastecimento", "Saúde", "Educação e Cultura" e "Aposentadoria e Assistência para os Soldados da Borracha e Seringueiros". Suas propostas sobre estas questões surgiram da discussão entre os 130 representantes "dos mais distantes seringais"* de um contingente de 500.000 pessoas "vivendo do extrativismo, completamente à margem de qualquer programa social, esquecidos pelo Estado desde que (seus) antepassados

dos migraram para a Amazônia, no final do século passado". Posteriormente, em 87, com os indígenas da região, criam a Aliança Amazônica dos Povos da Floresta, no sentido de fortalecer sua luta e integrar os indígenas, que também vivem do extrativismo, numa atividade mais ampla de esclarecimento, denúncia e formulação de alternativas à exploração desordenada e "predatória de grupos econômicos nacionais ou internacionais". Foi todo um processo de mobilização, conscientização e reflexão política que desembocou na campanha pela criação das reservas extrativistas e na proposta de encaminhar emenda popular à Constituinte.

PROPOSTA DE EMENDA POPULAR AO PROJETO DE CONSTITUIÇÃO QUE DISPÕE SOBRE O MEIO AMBIENTE, A AMAZÔNIA E AS RESERVAS EXTRATIVISTAS

Dentro das disposições do Regimento Interno da Assembléia Constituinte, nós abaixo assinados, apresentamos a seguinte proposta de emenda aos trabalhos da Subcomissão de Saúde, Segurança e Meio Ambiente.

Entidades responsáveis pelas assinaturas:

- CDDH — Centro de Defesa dos Direitos Humanos
Travessa Cabanela, 49
Caixa Postal 539 - CEP 69900 - Rio Branco/Acre
- CTA — Centro de Trabalhadores da Amazônia
Rua Rio Grande do Sul, s/nº
Caixa Postal 389 - CEP 69900 - Rio Branco/Acre
- CPT — Comissão Pastoral da Terra
Rua 20, nº 251 - Centro
CEP 74000 - Goiânia/Goiás
- IEA — Instituto de Estudos Amazônicos
Rua Itupava, 1220
CEP 80040 - Curitiba/Paraná

Dentro das disposições do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte, nós abaixo assinados, apresentamos a seguinte proposta de emenda aos dispositivos relativos ao meio ambiente:

Art. 1º — É dever do Estado assegurar a todos os cidadãos um ambiente de vida sadio, ecologicamente equilibrado, de forma a preservar sua integridade e identidade física, histórica e cultural.

Art. 2º — O Estado, por seus organismos próprios por ofício ou mediante provocação de qualquer pessoa física, na forma da lei, deverá determinar a cessação dos danos ao meio ambiente, sua reparação e a punição dos infratores.

Art. 3º — O exercício do direito de propriedade subordina-se ao bem-estar da coletividade, à conservação dos recursos naturais e à proteção do meio ambiente.

Art. 4º — É assegurado a todos o direito à informação, com relação às condições ambientais, planos, programas, projetos e atividades potencialmente causadores de degradação ambiental e que afetem a qualidade de vida.

Art. 5º — A Floresta Amazônica, a Mata Atlântica, o Pantanal, a Zona Costeira, as Bacias Hidrográficas, constituem patrimônio nacional, cuja utilização far-se-á em condições que assegurem a conservação de seus ecossistemas, mediante planos submetidos à aprovação do Congresso Nacional.

§ Único — O Poder Público implantará as Unidades de Conservação já definidas e criará as Reservas Extrativistas na Amazônia, como propriedades da União, para garantir a sobrevivência das populações locais que exercem atividades econômicas tradicionais, associadas à preservação do meio ambiente.

JUSTIFICATIVA

A relação entre exploração dos recursos naturais existentes no território nacional, melhoria das condições de vida da população brasileira e integridade do meio ambiente deve estar assegurada na nova Constituição. Para isso é necessário assegurar o direito constitucional a um ambiente ecologicamente equilibrado e ao uso social da propriedade. É preciso também que os principais ecossistemas do país sejam considerados patrimônio nacional e que as decisões sobre sua exploração sejam feitas no âmbito do Congresso Nacional com base em informações confiáveis e acessíveis a todos. A floresta amazônica não pode ser vista como um espaço vazio a ser depredado por grupos econômicos nacionais ou internacionais com projetos de exploração a curto prazo. A riqueza da mata amazônica vem sendo preservada pelos indígenas e pelas populações extrativistas locais (seringueiros, castanheiros, ribeirinhos, entre outros) que dela fazem uso não predatório e que, apesar de lá viverem há mais de cem anos, não têm garantidos seus direitos sociais básicos. As Reservas Extrativistas constituem uma alternativa de desenvolvimento sustentado das áreas florestais ocupadas, a melhoria das condições de vida das populações amazônicas e a garantia de que as futuras gerações poderão também dispor desses recursos.

* Textos entre aspas retirados de documento oficial do Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS).

Mulheres



As mulheres também se mobilizaram pelo Brasil afora. Um dos trabalhos que merecem destaque pela sua amplitude é o projeto "Nós e a Constituinte".

O projeto "Nós e a Constituinte" surgiu no primeiro Encontro de Educação Popular e Movimento de Mulheres, realizado em Piracicaba (SP), no início de novembro de 1985, com 75 representantes de 21 estados.

As decisões tomadas nesse encontro foram as seguintes:

a) Enviar um manifesto ao Presidente Sarney exigindo a participação das mulheres dos movimentos populares na Constituinte; este manifesto foi redigido durante o próprio encontro.

b) Continuar juntas um trabalho articulado. Para isso, as participantes fariam uma ação comum a ser desenvolvida durante o ano de 1986: a participação das mulheres dos movimentos populares na Constituinte.

E em função disso decidiram:

— comemorar o dia Internacional da Mulher — 08 de Março — com base no tema "A Mulher e a Constituinte";

— realizar estudos e promover manifestações locais, nos bairros, no campo, nos municípios e nos estados;

— organizar vários níveis de encontros das mulheres dos setores populares para discutir a participação e representação na Assembléia Nacional Constituinte e elaborar propostas para a Constituição;

— organizar, posteriormente, uma caravana a Brasília, promovida e dirigida pelos grupos do movimento popular de mulheres.

A equipe Rede Mulher (entidade de educação popular cujo objetivo é articular os grupos de mulheres no Brasil todo) ficou encarregada de centralizar e distribuir as informações entre os diferentes grupos. Para isso elaborou um boletim — "Nós e a Constituinte" — que foi enviado, em princípio, para as participantes do encontro, mas acabou circulando entre 700 grupos de mulheres em todo o país.

Ao mesmo tempo em que os grupos de mulheres organizavam encontros e reuniam as propostas levantadas, a Rede Mulher ia organizando um dossiê com todo esse material. Deste dossiê, foram selecionadas as propostas de consenso para compor um manifesto que, entre outras coisas, foi apresentado aos parlamentares no sentido de comprometê-los com as reivindicações das mulheres. A partir daí a atividade foi crescendo e o manifesto acabou se transformando na Iniciativa Popular Direitos da Mulher, e em 47.000 assinaturas para a emenda.

PROPOSTA POPULAR DE EMENDA AO PROJETO DE CONSTITUIÇÃO

Ementa: Dispõe sobre direitos e garantias da mulher. Inclui-se na Constituição Brasileira onde couber:

Art. Todos são iguais perante a lei. Homens e mulheres possuem a mesma dignidade pessoal e social, não podendo ser prejudicados, privilegiados ou tratados de forma discriminatória por ato de qualquer natureza, em razão de nacionalidade, raça, cor, sexo, religião, convicção política ou filosófica, deficiência física ou mental, idade, grau de instrução, atividade profissional, estado civil, classe social e condições de nascimento.

Art. São direitos fundamentais dos trabalhadores e trabalhadoras:

I — proibição de diferença de salário e de critério de admissões por motivo de sexo, cor ou estado civil.

II — Licença remunerada da gestante, antes e depois do parto, ou no caso de interrupção da gravidez, com período não inferior a 180 (cento e oitenta) dias, sem prejuízo do emprego e do salário.

III — Garantia de manutenção de creche e escola maternal pelos empregadores para os filhos e dependentes de seus empregados, até no mínimo 6 (seis) anos de idade.

IV — Extensão dos direitos trabalhistas e previdenciários aos trabalhadores e trabalhadoras rurais e empregados e empregadas domésticas.

Art. Considera-se atividade econômica aquela exercida no receso do lar.

Art. Ao Sistema Nacional de Saúde Pública competirá formular, executar e controlar a prestação de serviços de saúde em todo o

território nacional e, em especial, a prestação de assistência integral e gratuita à mulher nas diferentes fases de sua vida.

Art. A família, constituída de direito ou de fato, tem direito à proteção do Estado, que é obrigado a adotar todas as medidas que permitam a realização pessoal de seus membros.

Art. É assegurada pela lei a plena igualdade de direitos e deveres dos cônjuges, no que diz respeito à sociedade conjugal, ao pátrio poder, ao registro de filhos, à fixação do domicílio da família e à titularidade e administração dos bens do casal.

Art. O Estado reconhece à maternidade e à paternidade função social, garantindo aos pais os meios necessários à alimentação, saúde, segurança e educação dos filhos.

Art. É assegurada a assistência médica e psicológica à mulher vítima de violência sexual.

Art. A todos é assegurada a liberdade de determinar livremente o número de filhos, sem interferência do poder público ou de entidade privada. É também assegurado, sob o controle do Estado, o acesso e a ampla informação sobre o uso e os efeitos de métodos contraceptivos.

Art. É garantido a homens e mulheres o direito individual de posse e da propriedade da terra, qualificada como bem necessário à manutenção de uma vida digna para o indivíduo e os familiares que dele dependem.

Art. É vedada a veiculação em todo e qualquer meio de comunicação formal e/ou informal, de atos ou mensagens que incitem à violência, que firam a dignidade ou propaguem a discriminação contra a mulher.

Art. A lei punirá como crime inafiançável qualquer discriminação atentória aos direitos de homens e mulheres.

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

A Carta Constitucional em vigor, ao dispor que "todos são iguais perante a lei", não assegura instrumentos para garantir essa mesma igualdade, relativamente aos direitos da mulher e, por igual, nas relações entre homens e mulheres, buscando corrigir as discriminações existentes.

Na sociedade brasileira, a maioria das mulheres sofre dupla opressão: enquanto participantes dos setores populares e enquanto mulher. É por essa razão que, como cidadãs, lutamos pelo direito à terra, ao trabalho, à moradia, educação, saúde, transporte, lazer e segurança, particularmente através das reformas agrária, urbana e administrativa do Estado. Concomitantemente, lutamos pela extinção de todo tipo de discriminação em todas as formas nas quais se materializam, em particular contra a subordinação da mulher ao homem.

Essa subordinação se manifesta através da discriminação nos salários e nas condições de acesso ao trabalho; na falta de serviços para atender à mulher na sua condição de reprodutora biológica da espécie humana: assistência à maternidade e à criança. Manifesta-se também através da inferioridade da mulher em relação ao homem na partilha das responsabilidades do lar e no cuidado dos filhos e em relação à participação social e política.

Durante dois anos, centenas de grupos de mulheres de todo o país realizaram um trabalho conjunto através de um projeto denominado "Nós e a Constituinte". Como resultado de encontros, seminários e assembleias, foi elaborado um Dossiê de Propostas, cuja síntese está contida na presente emenda sobre os "Direitos da Mulher" que desejamos ver assegurados na nova Constituição Brasileira.

Esta iniciativa popular reforça outras iniciativas populares que insistem numa Constituição que garanta o acesso à igualdade de direitos para cidadãs e cidadãos e o cumprimento das leis que assegurem essa igualdade. O conteúdo desta iniciativa se restringe a assuntos relativos à Constituição Federal e será retomado quando da elaboração das Constituições Estaduais e leis municipais, bem como das leis ordinárias.

O presente abaixo-assinado foi assumido por grupos de mulheres que se responsabilizaram pela coleta de assinaturas e contaram com o apoio de muitas entidades nacionais e estaduais.

Movimento de bairro em São Paulo

Na região do Ipiranga, capital paulista, a mobilização começou no ônibus, no horário da saída do trabalho. Os moradores se encontravam na viagem de volta para casa e discutiam desde problemas do bairro, do município, do estado, até temas gerais, matérias de jornais e a Constituinte. Surgiu, espontaneamente, um espaço de discussão! Desse movimento espontâneo até a formação de Plenário Pró-Participação Popular na Constituinte da Região do Ipiranga, muita água rolou. Um dos momentos importantes foi a Constituinte na Praça, um dia de

discursos, tribuna livre, bate-papo, distribuição de material e pagode. Realizada na praça principal do bairro, esta atividade (da qual foi gravado um vídeo) atingiu muita gente e mostrou que o trabalho de conscientização sobre o processo constituinte deveria ser aprofundado.

Eunice Storti, membro do plenário de Ipiranga, nos mandou uma carta falando do trabalho realizado e das intenções sobre o desdobramento dele.

PLENÁRIO PRÓ-PARTICIPAÇÃO POPULAR NA CONSTITUINTE REGIÃO IPIRANGA

Quando da convocação da Assembléia Nacional Constituinte houve um grande clamor popular pela Constituinte livre e soberana.

Como resultado de um curso sobre "Constituinte" para monitores, criou-se como gesto concreto de ação, o Plenário Pró-Participação Popular, da Região Ipiranga, em setembro de 1986.

Esse movimento suprapartidário empenhou-se na organização, educação popular, informação sobre o andamento dos trabalhos no Congresso Constituinte e formação dos participantes, aprofundando os temas que estão sendo discutidos no Congresso.

Nesse espaço de tempo dedicou-se à elaboração de cartilhas, sempre procurando que mais pessoas pudessem entender esse momento histórico. Cursos, palestras, participação do movimento a nível estadual e nacional, atos públicos, sempre esclarecendo a participação popular nesse processo constituinte.

Foi criada a Sala da Constituinte II, como forma de se poder ocupar um espaço, no sentido de melhor aprofundar os temas, dar cursos, plantões e acesso à população. Visando num futuro breve a defesa da cidadania, com pessoal técnico (advogados) para melhor levar os reclamos à esfera superior. Para que haja a eficácia da lei, no seu dia-a-dia.

Esperamos que após a promulgação da nova Constituição, possamos continuar o estudo da mesma, e, traduzindo-a em linguagem popular, para que um número maior de pessoas a conheçam, fiquem sabendo, quais são os seus direitos, deveres e limites do Estado.

Eunice Fagundes Storti - advogada, membro do Plenário Pró-Participação Popular na Constituinte - Região Ipiranga - Sala da Constituinte II - Av. Cursino, 1915.

Eunice Fagundes Storti

Arquivo Constituinte Popular - IBASE

O arquivo constituinte popular foi criado pelo IBASE — Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas, em maio de 1986.

O projeto foi apresentado como ponto de aglutinação da vontade popular e foi colocado à disposição para todos que estivessem interessados em ter acesso às propostas populares que estavam sendo remetidas ao IBASE. Nosso primeiro objetivo foi o de participar, ao lado da sociedade civil organizada, do processo de organização e de mobilização em torno da Constituinte.

Também nos comprometemos a sintetizar as propostas enviadas ao arquivo constituinte popular fazendo a redistribuição destas propostas aos grupos que nos solicitassem. Desta forma esperávamos poder contribuir com a abertura de um canal de comunicação entre as diversas representações do movimento social, procurando conquistar um espaço maior de participação no processo constituinte que se iniciava.

Este arquivo teve o apoio do Plenário Nacional Pró-Participação Popular na Constituinte, da Associação Brasileira de Apoio à Participação Popular na Constituinte, do Projeto Educação Popular para a Constituinte e do IBASE.

O primeiro passo foi o envio de cartas para os grupos que estavam se reunindo por todo o Brasil em torno do tema Constituinte. Nossa idéia era a de poder reunir as propostas populares que estavam sendo debatidas e tiradas dos plenários constituintes, dos comitês, dos grupos de pastorais, enfim, reunir as propostas e divulgá-las dentro dos grupos.

Recebemos propostas de diversas partes do país, assim como dos mais diferentes grupos ideológicos. Estas propostas foram trabalhadas, processadas e arquivadas. Criamos um espaço físico dentro do IBASE para que estas propostas pudessem ser consultadas por todos os que desejassem fazê-lo e estabelecemos uma rede de informação entre os grupos de reflexão que estavam trabalhando em torno das questões constituintes.

A partir do momento em que conseguimos montar uma lógica para o arquivo, iniciamos o real desenvolvimento do canal de comunicação que queríamos, desde o início do projeto, viabilizar.

Preparamos o mapeamento das propostas populares, um texto simples editado pelo IBASE e também publicado pelo CEDI (**Dossiê da Constituinte II**). Com esse trabalho, organizamos as propostas coincidentes que estavam em nosso arquivo, para que os movimentos tivessem consciência de que a nova Constituição era debatida e pensada em todo o Brasil, e de forma próxima ou absolutamente oposta queríamos com esta metodologia deixar claro que um processo democrático estava nas ruas deste país, e detonado de forma organizada dentro da sociedade brasileira. Quer sobre a forma de plenários, ou de comitês, ou de grupos de reflexão, enfim não importa o nome, a sociedade se organizava e se informava reunindo-se em torno do debate constituinte. Engrossávamos as fileiras desta informação.

Passamos então a atuar como ponte entre os grupos que estavam debatendo a Constituinte. Circulávamos as propostas que estavam sendo tiradas dentro de diversos fóruns para outras entidades que debatiam o mesmo tema. Aliás, esta foi uma das características principais do arquivo, que nos levou também a adotar nossa metodologia. Os grupos nos procuraram para ter acesso às propostas que foram tiradas nos diversos debates constituintes. Na verdade, não há uma demanda específica em função desta ou daquela proposta por inteiro, mas sim sobre o que se está propondo dentro dos movimentos populares constituintes, sobre esse ou aquele determinado tema (saúde, educação, direito dos trabalhadores, comunicação etc.).

Nosso trabalho tomou uma forma bastante particular. O arquivo de propostas populares esteve sendo procurado como uma fonte de informação na qual os grupos que estavam debatendo a Constituinte se apoiavam para conhecer os outros grupos, mas também passamos a ser procurados no sentido de informar sobre quais propostas estavam sendo tiradas pelo movimento popular organizado sobre este ou aquele determinado tema. Portanto, passamos a atuar como uma fonte de informação temática, não apenas das propostas populares em si, mas também de como estavam sendo debatidos e articulados os temas de destaque dentro dos fóruns, e do ritmo das discussões temáticas que estavam sendo desenvolvidas.

vimos que ao longo dos debates constituintes, dentro do movimento organizado, uma das reinvin-

dicações de maior peso era a criação dos mecanismos de participação popular no Congresso Constituinte. Para que isso fosse possível, foi preparado um programa mínimo de propostas para que os candidatos que concorriam à Constituinte se comprometessem; foi na verdade uma primeira reunião das propostas populares. Na elaboração desta documentação, o arquivo de propostas populares teve sua participação quando da apresentação das propostas arquivadas. O Congresso Constituinte aprovou algumas formas de participação popular. As audiências públicas, as sugestões e as iniciativas populares foram os mecanismos mais próximos dos anseios populares que se conseguiu chegar.

Creio que o fato de ter sido aprovado pelo Congresso Constituinte alguns mecanismos de participação popular que foram apresentados pelas lideranças do movimento popular organizado através de seus representantes eleitos dentro da Constituinte, tem um significado muito positivo dentro do quadro de não participação popular que estava se delineando dentro do Congresso Constituinte e contra a vontade popular expressa em suas propostas.

Sabemos que nossa participação neste processo se deu de forma atuante e compromissada com as forças progressistas da sociedade organizada. Hoje, temos nosso arquivo copiado pelo Ministério da Cultura, em seu Centro Pró-Memória da Constituinte, como documento de que o movimento social organizado concentrou em um arquivo as suas propostas para a Constituinte durante o período pré-Constituinte.

Atualmente, estamos trabalhando na continuação do arquivo de propostas populares, que,

fazendo o acompanhamento da Constituinte, mantemos informados uma teia de grupos que estão acompanhando e debatendo os trabalhos do Congresso Constituinte. Montamos um perfil dos membros desta Constituinte com o propósito de informar quem é quem dentro deste Congresso. E estamos também desenvolvendo um trabalho de acompanhamento dos temas de maior interesse dos movimentos populares com a finalidade de estes, informados e organizados sobre os resultados que são aprovados nesta Constituinte, possam atuar junto à Constituinte e aos constituintes de suas respectivas regiões, nas mais diversas formas de pressão, para que suas propostas sejam reconhecidas e encampadas por estes "representantes do povo".

O arquivo de propostas populares, hoje banco de dados da Constituinte, se coloca à disposição da sociedade civil organizada no sentido de informar e apresentar seus dados e seus trabalhos sobre o processo constituinte que estamos acompanhando. Nosso trabalho tem por objetivo a democratização da informação. Estamos certos de que muito contribuímos para que o movimento popular se organizasse e se articulasse em torno das informações que preparamos e sistematizamos sobre a Constituinte. Desta forma, demos a nossa contribuição para com o movimento popular organizado, e continuaremos atuando desta forma.

Emmanuel G. Vieira Filho
Base de Dados Constituinte/IBASE

GLOSSÁRIO

- ABM** – Federação das Associações de Moradores de São João de Meriti
- CCVV** – Conselho Comunitário de Vila Velha
- CEAS** – Centro de Estudos de Ação Social
- CEB** – Comunidade Eclesial de Base
- CEDAC** – Centro de Ação Comunitária
- CEDAL** – Centro de Estudos para o Desenvolvimento da América Latina
- CEDI** – Centro Ecumênico de Documentação e Informação
- CNBB** – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
- CUT** – Central Única dos Trabalhadores
- CETURB** – Companhia Estadual de Transportes Urbanos
- CPO** – Comissão Pastoral Operária
- CPT** – Comissão Pastoral da Terra
- DETRAN** – Departamento de Trânsito
- DIEESE** – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos
- ETAPAS** – Equipe Técnica de Assessoria, Pesquisa e Ação Social
- FAMERJ** – Federação das Associações de Moradores do Estado do Rio de Janeiro
- FASE** – Federação dos Órgãos para a Assistência Social e Educacional
- FUNABEM** – Fundação Nacional para o Bem-Estar do Menor
- GAJOP** – Gabinete de Assessoria às Organizações Populares
- IBASE** – Instituto Brasileiro de Análise Sócio-Econômica
- ISER** – Instituto de Estudos da Religião
- MAB** – Movimento de Amigos de Bairro de Nova Iguaçu
- MIRADE** – Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário
- MUB** – Movimento de União de Bairros de Duque de Caxias
- OIT** – Organização Internacional do Trabalho
- PCB** – Partido Comunista Brasileiro
- PC do B** – Partido Comunista do Brasil
- PDC** – Partido Democrata-Cristão
- PDS** – Partido Democrata Social

PFL – Partido da Frente Liberal

PDT – Partido Democrático Trabalhista

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PL – Partido Liberal

PT – Partido dos Trabalhadores

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

SEP – Serviço de Educação Popular

UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância

UDR – União Democrática Ruralista



Documentação



O serviço de documentação da FASE-Nacional objetiva desenvolver uma prática alternativa para resguardar a memória dos Movimentos Populares, ao mesmo tempo em que procura disseminar a informação de forma verídica junto àqueles que atuam para e com o Movimento Popular.

Atualmente o serviço de documentação é composto por uma biblioteca especializada em Educação Popular, Sindicalismo, Questão Agrária, Problemas Urbanos e questões das minorias marginalizadas. Estes temas são exclusivos do cadastro de documentos avulsos, cartilhas (produzidas pelos próprios movimentos) e o "clip service" dos jornais da grande imprensa diária (seleção e organização cronológica dos recortes).

O serviço complementa-se ainda com o intercâmbio de informações mantido com outras instituições nacionais e latino-americanas, através de periódicos publicados na própria instituição. No caso da FASE, a revista **Proposta**.

A sistematização da documentação torna possível ainda a confecção de dossiês, cujos temas representam expoentes nas discussões, estudos e avaliações da prática popular.

Faça-nos uma visita.

Funcionamos de segunda a sexta-feira no horário de 8:00 às 17:00 horas.
Rua Bento Lisboa, 58 – Catete
Tel.: (021) 285-2998

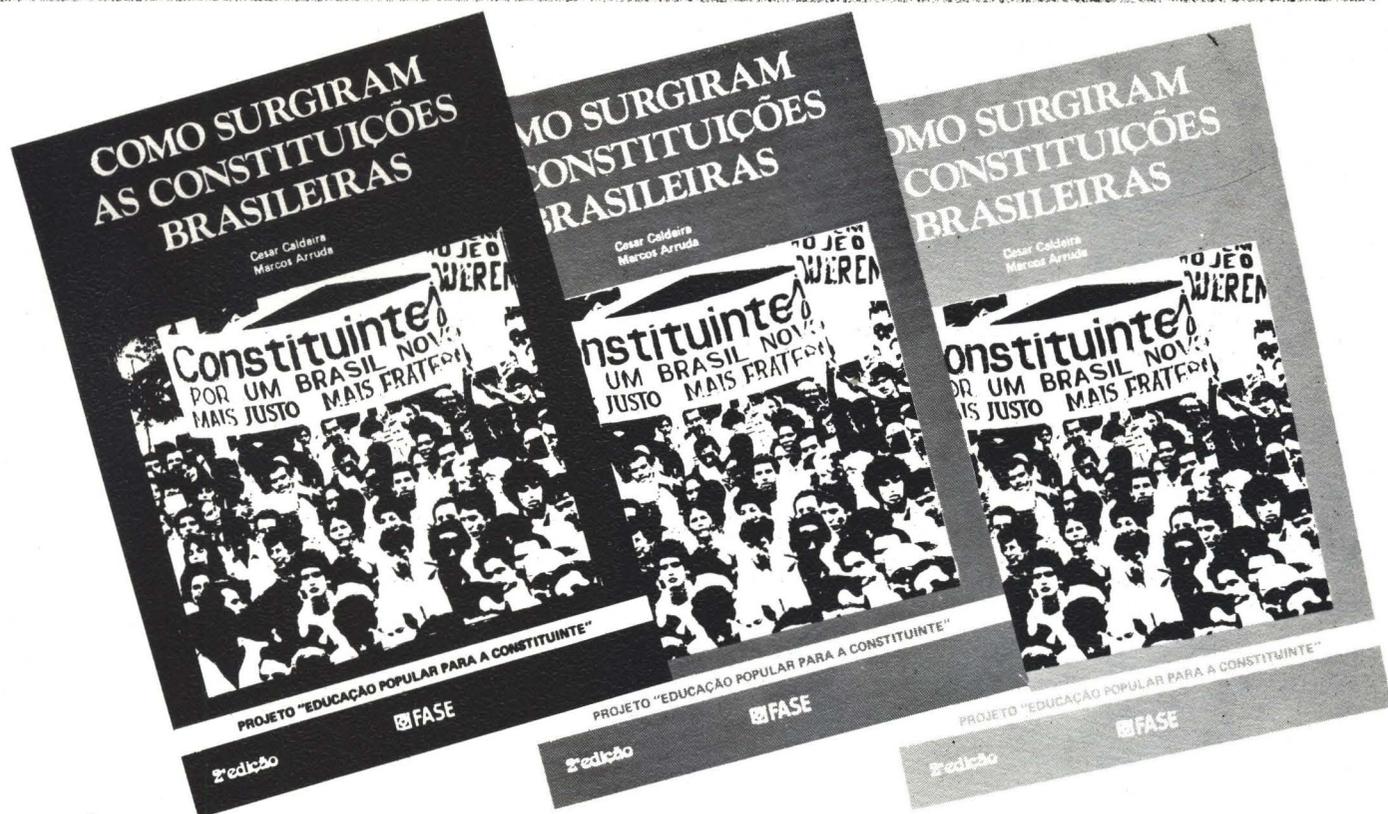


 **FASE**

**A SERVIÇO DA
EDUCAÇÃO POPULAR**

COMO SURTIRAM AS CONSTITUIÇÕES BRASILEIRAS

A história das Constituições brasileiras revela que a natureza e o conteúdo de cada uma delas é fruto de uma determinada correlação de forças sociais e políticas características de cada época. Quando a sociedade civil está fraca e subjulgada, o poder dominante é capaz de impor (outorgar) a Constituição que quer. Quanto mais forte e organizada a sociedade civil, maior a sua presença na Assembléia Constituinte e mais importante a sua influência no conteúdo da Constituição.



- A Constituição Outorgada do Império – 1824
- A Constituição Promulgada da República – 1891
- A Constituição Liberal Promulgada – 1934
- A Constituição Outorgada do Estado Novo – 1937
- A Constituição Promulgada Pós-Estado Novo – 1946
- A Constituição Semi-Outorgada do Golpe Militar – 1967
- A Constituição Outorgada da Junta Militar – 1969
- O Desafio Atual

A PESCA ARTESANAL

Vários grupos sociais, por ocasião da preparação da nova Constituição, conseguiram ter acesso aos meios de comunicação. A voz de um grupo não chegou até à opinião pública, a de centenas de milhares de pescadores artesanais, responsáveis por mais de 60% de toda a pesca do litoral e do interior do país. Por que essa marginalização? A pesca artesanal é coisa do passado? O pescador artesanal é condenado a desaparecer ou deve ser mantido só para ornamentar as praias e valorizar o turismo?

Milhares de pescadores recusam essa marginalização. Estiveram presentes nas discussões da Constituição, preparando a "constituente da pesca". Na hora em que começa a se criar no país uma consciência ecológica, o pescador artesanal, protetor dos rios, dos lagos, dos manguezais e das praias, longe de simbolizar o passado, interroga a forma de desenvolvimento e de modernização escolhida pelas classes dominantes e nos convida a repensar a sociedade que queremos. A sua sobrevivência é a nossa.

O próximo número de **Proposta** nos colocará à escuta de histórias, de lutas e de problemas dos pescadores artesanais.